ADRIANE KARINA AMIN DE AZEVEDO

TRABALHO E IDEOLOGIA:

Implicações no Programa Ciência Sem Fronteiras

Ano 2022

ADRIANE KARINA AMIN DE AZEVEDO

TRABALHO E IDEOLOGIA:

Implicações no Programa Ciência Sem Fronteiras

Ano 2022

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Bruno Oliveira
Camila Alves de Cremo
Daphynny Pamplona
Luiza Alves Batista
Natália Sandrini de Azevedo
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

2022 *by* Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do texto © 2022 Os autores
Copyright da edição © 2022 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.
Open access publication by Atena Editora

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva da autora, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos a autora, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Trabalho e ideologia: implicações no Programa Ciência sem Fronteiras

Diagramação:	Natália Sandrini de Azevedo
Correção:	Maiara Ferreira
Indexação:	Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão:	A autora
Autora:	Adriane Karina Amin de Azevedo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A994 Azevedo, Adriane Karina Amin de
Trabalho e ideologia: implicações no Programa Ciência sem Fronteiras / Adriane Karina Amin de Azevedo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0101-8
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.018221005

1. Trabalho. 2. Ideologia. 3. Sociedade do conhecimento. 4. Ciência sem Fronteiras. I. Azevedo, Adriane Karina Amin de. II. Título.

CDD 362.208624

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DA AUTORA

A autora desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

AGRADECIMENTOS

Nesses tempos difíceis, de incerteza e luta, agradeço a Universidade Federal de Roraima por proporcionar os meus estudos em um Programa de Pós-Graduação gratuito.

A realização deste trabalho foi um momento conturbado e significante na minha vida! Nesse percurso aprendi que a vida do trabalhador é muito mais complicada do que imaginava: trabalhar e estudar são desafios constantes que necessitam de persistência e força; aprendi que ser mãe também é um desafio, mas um desafio gratificante que nos torna forte e capaz; aprendi que um casamento significa união e altruísmo, estar junto sem privar o outro da sua individualidade; aprendi que podemos ser e fazer muitas coisas, que os objetivos somam, não se anulam: ser mãe e trabalhadora, estudante e companheira, tudo é possível desde que tenhamos o apoio de muitas pessoas, sejam elas: estranhas, conhecidas ou amigas. Por isso, também agradeço:

A minha orientadora, professora Ana Lúcia de Sousa, pela orientação e paciência nesses últimos meses;

Ao Professor Leandro Neves pelo incentivo e confiança!

Aos colaboradores do PPGSOF pela gentileza: Val, obrigada!

Aos colegas da turma do mestrado, especialmente aqueles que se tornaram amigos além da sala de aula!

Aos colegas de trabalho, da Diretoria de Compras da UFRR, pela compreensão, apoio e incentivo;

As minhas amigas de tudo e sempre, ainda que distante territorialmente, estiveram presentes incentivando e apoiando: Indiara e Joana!

Para além, sou grata acima de tudo a minha família: Miguel e Júnior! melhores amigos, melhores incentivadores, abrigo, conforto, amor, companheirismo. Sou grata imensamente por tê-los em minha vida. Amo vocês!

SUMÁRIO

RESUMO

O presente trabalho anseia apreender a concepção teórico-ideológica que fundamenta a ideologia da "sociedade do conhecimento" presente na concepção do Programa de intercâmbio e mobilidade estudantil, Ciência sem Fronteiras (CsF). Para isso, delimitamos o conceito de ideologia, segundo Mészáros (2004), como uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada com implicações práticas de longo alcance em todos os aspectos da sociabilidade humana, visando compreender como a categoria trabalho foi apropriada pelas teorias do trabalho imaterial, justificando as transformações no mundo do trabalho, decorrentes do processo de reestruturação produtiva a partir da década de 1970. Ao postular o fim do trabalho como gerador de valor e a superação da exploração capitalista, essas teorias fundamentaram a ideologia do conhecimento como principal força produtiva. A ideologia da "economia do conhecimento" apresenta implicações práticas no âmbito da sociedade e foi nesse sentido que buscamos analisar o CsF, como resultante de direcionamentos econômicos, situados no contexto da ideologia da "sociedade do conhecimento" cuja base teórico-ideológica encontra-se na relação entre ideologia e trabalho no modo de produção capitalista.
PALAVRAS-CHAVE: ideologia, trabalho, "sociedade do conhecimento", Ciência sem Fronteiras.

ABSTRACT

The present work aims to understand the theoretical-ideological conception that underlies the ideology of the “knowledge society” present in the conception of the Program of student exchange and mobility, Science without Frontier (CsF). For this, we delimit the concept of ideology, according to Mészáros (2004), as a specific form of social consciousness, materially anchored and sustained with far-reaching practical implications in all aspects of human sociability, aiming to understand how the category work was appropriated by Theories of immaterial labor, justifying the transformations in the world of work, arising from the process of productive restructuring from the 1970s. By postulating the end of labor as a generator of value and overcoming capitalist exploration, these theories grounded the ideology of knowledge as the main productive force. The ideology of the “knowledge economy” has practical implications within society and it is in this sense that we seek to analyze CsF as a result of economic directions, situated in the context of the ideology of the “knowledge society” whose theoretical-ideological basis lies in relationship between ideology and labor in the capitalist mode of production.

KEYWORDS: ideology, work, “knowledge society”, Science without Frontiers.

INTRODUÇÃO

O Programa de intercâmbio e mobilidade estudantil, Ciência sem Fronteiras (CsF), emerge na presente dissertação em decorrência da instigação dos discursos ideológicos elencados e difundidos sobre a educação no governo Dilma Roussef (2011- 2016). Instigava a propaganda de um Programa que possuía como um dos principais objetivos "a formação de recursos humanos altamente qualificados nas melhores universidades e instituições de pesquisa estrangeiras, com vistas [...] a estimular pesquisas que gerem inovação e, consequentemente, aumentem a competitividade das empresas brasileiras". Essa inquietação nos levou a buscar no Programa de Pós-Gradução em Educação da Universidade Federal do Pará, senão as respostas, a compreensão das contradições, principalmente, no âmbito de uma política pública de educação. Na ocasião, iniciamos a pesquisa com cerne no processo de internacionalização da educação superior brasileira, porém em virtude de determinadas escolhas não desvelamos as imbricações do Programa, motivo pelo qual o Ciência sem Fronteiras continuava a nos desafiar.

O desafio encontrou seu momento oportuno na possibilidade de realização do mestrado no Programa de Pós-Gradução em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. Inicialmente, com objetivo de analisar o impacto do Programa na formação dos alunos desta instituição. Todavia, as provocações da Banca do exame de qualificação suscitaram novamente as implicações ideológicas do CsF.

Essas imbricações partem do entendimento de que o impacto na formação desses sujeitos decorre de uma determinada concepção de formação, a qual se encontra articulada a concepção do Programa, que por sua vez, procede de determinada concepção de sociedade. "No entanto, a verdade é que em nossas sociedades tudo está "impregnado de ideologia", quer a percebamos, quer não." (MÉSZÁROS, 2004, p. 57).

De acordo com Mészáros (2004), a ideologia é uma forma específica de consciência de classe, ancorada e sustentada materialmente, sendo constituída objetivamente no âmbito da luta de classes como conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social dentro dos limites das relações de produção estabelecidas.

Nessa perspectiva, a ideologia encontra suas manifestações necessárias nas formas ideológicas orientadas para a prática. Segundo o referido autor, as diferentes formas ideológicas de consciência social têm implicações de longo alcance em todas as suas variedades, na arte e na literatura, assim como na filosofia e na teoria social, independentemente de sua vinculação sociopolítica a posições progressistas ou conservadoras.

Nesse sentido, as ideologias se manifestam na luta de classe, como forma de controle pela classe dominante ou como forma de emancipação da classe trabalhadora. No caso do CsF a delimitação dos objetivos do Programa aponta para uma concepção ideológica assentada na ideologia da "sociedade do conhecimento".

Nessa perspectiva, Thiengo (2013) fez uma análise do CsF almejando compreender o consenso que foi sendo construído acerca do ensino superior brasileiro na primeira década do século XXI, considerando as orientações do Banco Mundial e sua incidência sobre as políticas públicas brasileiras, tomando o referido Programa como objeto de análise.

Concernente as políticas educacionais nos anos 2000, a referida autora aponta para a continuidade e o caráter contraditório das políticas educacionais, visto que ao mesmo tempo em que os discursos oficiais defendem a educação pública, estreitam a relação público-privada. Neste contexto foi criado o Programa Ciência sem Fronteiras, inserido numa concepção de educação compreendida como motor do progresso econômico e salvador de todas as mazelas sociais, gerando um ambiente de conformação, um consenso assentado nos discursos da sociedade globalizada, os quais defendem a necessidade de sistemas educacionais que atendam as demandas de uma nova sociedade.

A proposta do CsF está em conformidade com as tendências internacionais expressas nas orientações do Banco Mundial (BM) para o setor educacional, principalmente no documento: *Construir sociedades del conhecimento: nuevos retos para La educación terciária* (2003). De acordo com a referida autora, o Programa apresenta uma sobreposição da concepção econômica sobre a educação na medida em que o ser humano é pensado enquanto recurso, no velho estilo neoliberal de capital humano, competitividade, inovação e internacionalização.

Ao incorporar as diretrizes do Banco mundial no concernente ao atendimento das demandas do mercado, o Programa impulsiona apenas alguns setores estratégicos. Segundo Thiengo (2013), essa proposta experimental de internacionalização apresenta um corte elitizado no sentido das áreas prioritárias, e direcionado a uma parcela selecionada de estudantes, como também o desenvolvimento de tecnologia de ponta e inovação, com vistas à competitividade interna e externa.

Evidentemente o CsF está condicionado as demandas do capital, sobretudo, no contexto do Estado neoliberal e as novas formas de produção flexíveis, no âmbito do consenso de formação humana direcionada pelos Organismos Internacionais, especificamente o Banco Mundial. Essas implicações ideológicas têm conseqüências práticas no âmbito das relações sociais.

Constatamos mediante análise de Thiengo (2013) que o CsF se encontra no âmbito da produção do consenso sobre a educação superior brasileira ao contemplar a formação necessária a suposta "sociedade do conhecimento". É no sentido de contribuir com esse debate que partimos da seguinte questão: sob qual perspectiva teórico-ideológica está assentada a concepção do Programa Ciência sem Fronteiras? Desta forma, neste trabalho buscamos constatar as implicações ideológicas na concepção do CsF. Para isso, elencamos a categoria trabalho, visando compreender como a partir do debate acerca da centralidade ou não centralidade do trabalho como categoria sociológica emergem ideologias que

afirmam/sustentam a rede instrumental/institucional dominante de controle social.

Nesse contexto, situamos as teorias do trabalho imaterial, criadas no âmbito da reestruturação produtiva, como base para ideologias que visam justificar as novas formas de exploração da classe trabalhadora, desqualificando algumas categorias do pensamento crítico como a categoria trabalho. Interessante observar que longe de desqualificar a categoria trabalho como algo superado, essas teorias colocam o trabalho como centralidade, porém o trabalho imaterial, tentando de forma equivocada, desqualificar a categoria marxiana de trabalho.

De acordo com essas teorias, o desenvolvimento das forças produtivas conduziu a superação do trabalho manual, considerado como trabalho produtivo e gerador de mais-valia, restrito ao capitalismo fabril supostamente superado pelo trabalho do tipo imaterial em que o conhecimento se constitui em principal força produtiva, que não pode ser explorada pelo capital haja vista o caráter subjetivo do saber/conhecimento não permitir a apropriação do trabalho alheio. Com isso, estaria superada a exploração do modo de produção capitalista, pois não haveria possibilidade de exploração do trabalho imaterial. Essas teses, aqui entendidas como ideologias, apresentam dimensões prática, material e cultural que podem ser identificadas no âmbito dos discursos pós-moderno, pós-industrial, e principalmente no âmbito de diretrizes econômicas e políticas que visam a formação do consenso sobre as novas necessidades do capital.

É nesse contexto que podemos situar a "sociedade do conhecimento", como terminologia escolhida pelos Organismos Internacionais, especificamente o Banco Mundial para implementar as diretrizes dos países centrais aos países periféricos, defendendo novas formas de qualificação humana com vistas a adequação ao estabelecimento de uma nova sociedade, assentada sobre o conhecimento como principal força produtiva. Nesses termos, reside nossa análise sobre o Programa Ciência sem Fronteiras, como resultante de necessidades impostas pelo Banco Mundial cuja base teórico-ideológica encontra-se no âmbito das teorias do trabalho imaterial, ancoradas materialmente no desenvolvimento das forças produtivas e na pretensa superação da exploração capitalista.

Para a realização deste trabalho partimos, portanto, da relação entre trabalho e ideologia, mais precisamente como a categoria trabalho foi apropriada pela ideologia da "economia do conhecimento". Sobre a questão da ideologia, elegemos como conceito aquele defendido por Mészáros (2004) como sendo uma forma específica de consciência social materialmente ancorada e sustentada, construída objetivamente e relacionada com valores e estratégias rivais. É a combinação de duas coisas - "o ponto de vista adotado, em sua postura de afirmação/sustentação ou de crítica/negação diante da rede instrumental/institucional dominante de controle social, e a eficácia de legitimidade historicamente mutável dos próprios instrumentos disponíveis" (MÉSZÁROS, 2004, p. 66). Esse autor foi utilizado por ter vislumbrado os processos ideológicos do pós-guerra mediante o avanço

das tecnologias e as teses do fim do trabalho como categoria sociológica, defendendo a centralidade do trabalho e elucidando como as ideologias se manifestam na materialidade das relações sociais a partir de explicações supostamente plausíveis que visam projetar a estabilidade da ordem estabelecida e o fim do conflito de classes.

Tendo em vista o caráter predominantemente teórico da pesquisa, ressalta-se que foi realizada análise documental, especificamente do Decreto 7.642 de 2011, que institui o Programa Ciência sem Fronteiras; levantamento e revisão bibliográfica e acessoriamente levantamento de dados secundários e aplicação de entrevistas com sete alunos de uma universidade pública, participantes do Programa no período de 2012 a 2014.

Neste sentido, estruturamos o trabalho em 4 capítulos. O primeiro trata da questão da ideologia como um tema ambíguo, de difícil delimitação haja vista a variedade de acepções, segundo Eagleton (1997) e Konder (2002). Todavia, optamos por utilizar o conceito de Mészáros (2004), o qual segue a perspectiva marxiana. No segundo capítulo, delimitamos o contexto histórico de surgimento das teorias do trabalho imaterial a partir principalmente de autores como Harvey (2012), Frigotto (2003), Chesnais (1996). Seguidamente, no capítulo 3, delimitamos as transformações do trabalho no âmbito do desenvolvimento das forças produtivas, bem como sua apropriação pelas teorias do trabalho imaterial, analisadas segundo Lessa (2001), Amorim (2014), Gorz (2004) e as implicações da ideologia da "sociedade do conhecimento" nas políticas de educação no Brasil por meio dos trabalhos de Mari (2006, 2009), Alves (2007), e Masson e Maianardes (2011). E, finalmente, o quarto capítulo, o qual trata do Programa Ciência sem Fronteiras e suas implicações ideológicas, utilizando-se de dados secundários por meio do relatório da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação - CCT - do Senado Federal que avalia as Políticas Públicas de formação de recursos humanos, o Relatório de pesquisa do DataSenado, o decreto 7.642 de 2011 e acessoriamente, entrevistas com alunos de uma universidade pública, que participaram do Programa no período de 2012 - 2014.

“O PODER DA IDEOLOGIA”: SITUANDO AS FORMAS IDEOLÓGICAS DO SÉCULO XX

CONTEXTUALIZANDO “A QUESTÃO DA IDEOLOGIA”

Poucos conceitos são tão amplamente difundidos na vida social, como o ambíguo ideologia. Envolto em uma diversidade de polêmicas, extrapola os debates teóricos para se incorporar no linguajar popular da materialidade humana, seja nas relações cotidianas seja nas proposições do Estado. Todavia, como objeto de análise de inúmeros teóricos, continua sendo uma questão, cujo consenso não encontra abrigo e talvez, seja esse seu caráter controverso a causa de tamanha amplitude, cuja definição encontra-se na natureza daqueles que desejam utilizá-lo, defini-lo ou denegri-lo.

Para Eagleton (1997, p. 15) “a palavra “ideologia” é, por assim dizer, um *texto*, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; [...] e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se [...] é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado”. Nesse sentido, esse autor elenca as seguintes definições de ideologia em circulação: (a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social; (b) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social; (c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; (d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; (e) comunicação sistematicamente distorcida; (f) aquilo que confere certa posição a um sujeito; (g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; (h) pensamento de identidade; (i) ilusão socialmente necessária; (j) a conjuntura de discurso e poder; (k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; (l) conjunto de crenças orientadas para a ação; (m) a confusão entre realidade lingüística e realidade fenomenal; (n) oclusão semiótica; (o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; (p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

O autor pontua que nem todas essas acepções são compatíveis entre si. A ideologia como um conjunto de crenças motivadas por interesses sociais não representa somente o pensamento dominante de uma sociedade. Além disso, as concepções podem alterar entre noções pejorativas e outras positivas. Contudo, o que particulariza o termo ideologia é o fato de tratar sempre de algo alheio, como nos diz Eagleton (1997, p. 16): “ninguém gostaria de afirmar que seu próprio pensamento é ideológico [...] a ideologia, como um mau hálito, é, nesse sentido, algo que a outra pessoa tem”.

Essas formulações envolvem também questões epistemológicas. Algumas abarcam um sentido de percepção inadequada da realidade enquanto outras abrangem um sentido de crenças. Para Eagleton (1997) essa distinção reflete a existência de duas correntes de pensamento presentes no debate da ideologia. A primeira refere-se à linhagem de Hegel e Marx a Lukács e inclui as ideias de verdadeira e falsa cognição, ideologia como **ilusão,**

distorção e mistificação. A outra remete a **função das ideias na vida social**.

Na vida social, ideologia geralmente é propalada como sendo uma **estrutura rígida de ideias preconcebidas** que distorce a compreensão. Segundo o referido autor, envolve uma visão simplista do mundo - que falar ou avaliar "ideologicamente" é fazê-lo de maneira esquemática, estereotipada, e talvez com um toque de fanatismo. Nesse sentido, o oposto de ideologia seria "verdade empírica" ou "pragmática" (EAGLETON, 1997, p. 17).

A oposição a essa forma simplista, gradual e pragmática de compreensão da ideologia foi elevada, no pós-guerra, de uma sabedoria popular a suposta fundamentação de uma teoria sociológica, resultando naquilo que o referido autor alcunha de **ideologia do "fim da ideologia"**. Essa teoria situa o conceito de ideologia de duas maneiras contraditórias, como sendo simultaneamente irracional e racionalista.

Ideologia também pode referir-se a uma **crença sistemática**; como sinônimo de "filosofia" em seu sentido amplo. Contudo, o termo parece fazer referência não somente a um sistema de crenças, mas a **questões de poder**, visando **legitimar** o poder de uma classe ou grupo social dominante. Segundo Eagleton (1997), nessa perspectiva encontra-se a formulação de J. B Thompson para quem estudar ideologia é compreender o modo como o significado/significação contribui para manter as relações de dominação. A importância dessa percepção recai sobre a sua aceitação, constituindo-se em uma das definições mais aceitas. O processo de legitimação, nessa acepção, envolveria seis estratégias: *promovendo* crenças e valores compatíveis com ele; *naturalizando* e *universalizando* tais crenças, tornando-as óbvias e inevitáveis; *denegrindo* ideias que possam desafiá-las; *excluindo* formas rivais de pensamento e *obscurecendo* a realidade social de modo a favorecê-lo. Embora aceitável essa perspectiva, recai num primeiro problema: nem todo sistema de crenças denominado ideológico está associado a um poder político dominante. Do mesmo modo que a esquerda política tende a considerar o tópico da ideologia uma questão da classe dominante, a direita sustenta que o termo é politicamente oposicionista, contrapondo-se ao poder predominante. "Segundo essa visão, os partidários do socialismo são ideológicos, mas os defensores do capitalismo, não". [1]

Para o autor em questão, diante de tal impasse seria necessária uma definição ampla do conceito aqui analisado, capaz de conter a interseção entre ideologia como crença e ideologia como sistema de legitimação. Refere-se a acepção que vincula o conceito a um conjunto de ideias para um fim determinado, sem delimitar os sujeitos da ação. Trata-se de uma definição neutra sobre a questão se desafia ou confirma uma determinada ordem social.

Esta noção ampliada do termo recai, ainda, num segundo problema, que pode significar o seu próprio fim, especificamente diante da teoria da "ideologia como legitimação". Isso decorre da natureza do poder. A crítica de Eagleton (1997), neste contexto, refere-se

1. EAGLETON, ibidem, p. 19

a perspectiva de M. Foucault para quem o poder está entrelaçado em todas as relações sociais, ao passo que limitar o poder a determinadas manifestações políticas seria uma atitude em si ideológica. Embora importante, a noção de poder nas relações pessoais e atividades rotineiras, acarretaria um problema ao significado do conceito. À proporção que não há nada fora das relações de poder, o termo tenderia a expandir-se até desaparecer, considerando o fato de que para um termo ter significado é necessário particularizar algo. Sendo assim, se o poder está em tudo, então a palavra ideologia perde seu sentido. Seguindo essa lógica, Foucault, substitui o termo em análise por "discurso".

Divergindo do entendimento Foucaultiano, o autor supracitado, considera que a força do conceito consiste na distinção entre as lutas de poder consideradas centrais e aquelas que não são. Nem tudo pode ser ideológico, mas o importante para a existência do termo "é assinalar aquilo que se considera não-ideológico para que o termo tenha significado".[2]

Outra acepção de ideologia refere-se aos usos da linguagem para a produção de determinados efeitos. Não se pode definir se um enunciado é ideológico sem examiná-lo na sua conjuntura. O mesmo fragmento de linguagem pode ser ideológico em uma dada conjuntura e não ser em outro, a ideologia seria então uma função da relação de uma elocução com seu contexto, que somente tem sentido se ocorrer a distinção entre interesses considerados centrais e aqueles que não são.

Alguns conceitos de ideologia envolvem **questões epistemológicas**, como a noção de **"falsa consciência".** Segundo análise de Eagleton (1997), essa acepção é bastante criticada na atualidade e não parece convincente por vários motivos. Primeiro, contrapõe-se a racionalidade moderna, para a qual é improvável que massas inteiras de seres humanos, continuassem por um longo período histórico, sustentando ideias e crenças absurdas. Depois, por mais difundida que seja a "falsa consciência", pode-se afirmar que a maior parte do que dizem sobre o mundo, na maioria das vezes, é verdadeiro. Isso se explica na medida em que existe uma solidariedade prática nas estruturas de qualquer linguagem, capaz de compatibilizar os acordos mútuos.

Parte dessa oposição ao conceito de "falsa consciência" tem fundamentação na alegação de que as ideologias devem dar sentido a experiência dos sujeitos, ajustando-se ao que as pessoas conhecem da realidade social com base na sua interação prática. Em resumo, [...] as ideologias, devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada (EAGLETON, 1997, p. 27).

Sem, contudo, deixar de considerar o fato de que as ideologias podem certamente conter proposições falsas, um dos motivos porque o conceito não pode ser considerado em termos de "falsa consciência" envolve o entendimento de que muitas declarações consideradas ideológicas são verdadeiras; assim como alguns enunciados ideológicos

2. bidem, 22.

podem ser falsos no que excluem e outros embora ideológicos podem não ter o sentido de ludibriar ou de ser excludente. Nesse sentido, os advogados dessa tese, defendem que certos tipos de ilusões expressam necessidades e desejos reais. A tese da "falsa consciência" não sofre nenhum abalo significativo por reconhecer que nem toda linguagem ideológica caracteriza o mundo de maneira errônea. [3]

Seguindo a análise do autor supracitado, pode-se elucidar ainda, que os opositores da "falsa consciência" defendem que a ideologia é uma sólida realidade, uma força material que deve ter um conteúdo cognitivo para organizar a vida dos homens. Não significa que toda linguagem seja necessariamente falsa, sendo possíveis proposições ideológicas no sentido de reforçar determinado poder, ainda que os argumentos sejam falseados. De modo semelhante, pode-se afirmar que nem todo compromisso com a ordem social dominante implica alguma espécie de ilusão. Por exemplo, uma pessoa pode conhecer todos os mecanismos de exploração do modo de produção capitalista e ainda assim defender ser um tipo de sociedade mais adequada. Por outro lado, as ideologias dominantes envolvem geralmente falsidades já que faz parte das suas estratégias inculcar determinadas crenças, mediante a falsificação da realidade social, eliminando e excluindo certos aspectos indesejáveis.

Resumindo as conceituações de ideologia descritas, Eagleton (1997) define ideologia de seis maneiras distintas. Primeiro, pode ser definida como processo geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social. Considerada política e epistemologicamente neutra, essa perspectiva, denota o complexo de práticas, significantes e *processos simbólicos de uma determinada sociedade*, indicando a forma como os indivíduos vivenciam suas práticas sociais.

Uma segunda definição, refere-se a ideias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um *grupo ou classe específico*. Aproxima-se aqui da ideia de visão de mundo. Complementarmente, tem-se a terceira definição, a qual trata da promoção e legitimação de interesses opostos dos grupos sociais, diante da relevância em apoiar ou desafiar determinada configuração política. "A ideologia pode ser vista aqui como um campo discursivo no qual os poderes sociais que se autopromovem conflitam e colidem acerca de questões centrais para a reprodução do poder social como um todo" (EAGLETON, 1997, p. 39). Essa definição alude que toda ideologia é um discurso retórico, persuasivo, mais preocupado com a produção de certos efeitos eficazes a propósitos políticos do que com a situação real.

A quarta definição mantém a perspectiva de promoção e legitimação de interesses sociais, porém restringindo-os às atividades de um poder social dominante. Não se trata apenas da imposição de ideias pelos que estão acima, mas de garantir a cumplicidade de classes e grupos subordinados. Essa acepção é semelhante a quinta definição, na qual

3. EAGLETON, 1997, p. 28

ideologia significa ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante, mediante distorção e dissimulação.

Finalmente, o sexto significado de ideologia, o qual remete a crenças falsas ou ilusórias, oriundas da estrutura material do conjunto da sociedade como um todo. Nessa percepção, o termo ideologia permanece pejorativo, porém evita-se um tom generalista.

Por fim, o autor retoma a noção de ideologia como "relações vivenciadas" de modo a chegar a conclusões de que não se pode transformar substancialmente a ideologia oferecendo aos indivíduos descrições verdadeiras em lugar de falsas haja vista não se tratar de um equívoco; as transformações das relações vivenciadas são possíveis somente mediante uma mudança da realidade.

As definições tratadas por Eagleton (1997) denotam a polissemia do conceito de ideologia. Diante dessa problemática e apoiando-se na definição de Stoppino, cuja definição do referido termo é realizada mediante a distinção entre um significado *forte* (é aquele em que o termo refere-se a uma distorção do conhecimento) e um significado *fraco* de ideologia (designa um sistema de crenças políticas, conjuntos de ideias e valores que visam orientar comportamentos coletivos referentes a ordem pública), Leandro Konder, no livro intitulado *A questão da ideologia,* revisita as diversas expressões que o termo adquiriu desde Karl Marx até recentemente, na perspectiva da esquerda.

Segundo Konder (2002, p.15) o tema da ideologia é tão antigo quanto a questão do *conhecer* (O que é conhecer? O que autoriza alguém a falar que conhece alguma coisa? Quem garante que tal conhecimento corresponde a realidade?), exatamente por atuar no processo de elaboração do conhecimento.

O conhecimento, nesse contexto, pode ser alcançado superando a empiria, trilhando caminhos que exigem a abstração teórica. Para o referido autor, o conhecimento não pode ficar limitado a percepção sensível direta. É necessário construir abstrações mediante informações que não podem ser cotejadas com a experiência vivida pelo observador. Ocorre que, à medida em que avança o pensamento abstrato, fica este exposto a maiores equívocos. Por esse ângulo, defende que um dos campos temáticos mais relevantes da filosofia é a teoria do conhecimento, a qual passou a se ocupar da questão aqui debatida desde o século XIX e que viria a ser designada como ideologia.

Todavia, antes da denominação do termo ideologia no século XIX, pensadores renascentistas já vinham colocando em pauta a relação do conhecimento com a realidade. Neste contexto, Nicolau de Cusa - filósofo humanista, no início do Renascimento sustentou a ideia da douta ignorância, na qual defende que o verdadeiro sábio é aquele que sabe ser ignorante, bem como da imperfeição do conhecimento sobre o mundo, inevitavelmente preso as contradições.

Contraditoriamente, Francis Bacon buscava aproximar o conhecimento do mundo

empírico, reconhecendo as abstratividades como causas da prisão humana. Sendo assim, o trato direto com as coisas do mundo real levaria as pessoas a libertarem-se das noções falsas inculcadas.

Para Konder (2002), Montaigne foi outro pensador Renascentista a abordar a ideologia sem nomeá-la, ao denunciar a estreiteza ideológica da cultura européia. Todavia, para esses teóricos do Renascimento, não era possível aprofundar a reflexão sobre a universalidade do conhecimento e os interesses individuais e particulares. Os pensadores iluministas acreditavam demasiadamente no conhecimento, afastando-se, por vezes, da realidade, da vida material. Além disso, possuíam uma confiança nos sistemas sociais que somente foram abalados no século XIX, mediante os tumultos desencadeados pelos acontecimentos da Revolução Francesa e pelo período napoleônico, extremamente conturbado por guerras, recrutamentos compulsórios, que atingiram a consciência de amplos setores da população, levando a não se contentar com as explicações racionalistas da filosofia iluminista.

Segundo o referido autor, foi neste novo contexto, que Destutt de Tracy publicou o livro *Elementos de Ideologia*, no qual concebia ideologia como uma nova disciplina filosófica, que devia incorporar os resultados das demais. Isso porque para ele, agimos de acordo com nossos conhecimentos, que se organizam através das ideias; se chegarmos a compreender como se formam essas ideias a partir das sensações, teremos a chave [...] para criar um mundo melhor (KONDER, 2002, p. 22).

O criador do termo ideologia, Antoine Destutt de Tracy, vivenciou a Revolução Francesa, inclusive sendo preso. Segundo Eagleton (1997) foi na cela da prisão que ele esboçou o conceito. Era partidário de Napoleão Bonaparte, inicialmente considerado amigo dos ideais da Revolução Francesa, e quem seguidamente rompe com o conceito de ideologia, quando este se torna afiliado do republicanismo, contraposto ao autoritarismo Bonapartista.

Diante desse contexto, Bonaparte acusa os teóricos da ciência das ideias (entre eles De Tracy), de pensadores que propalam coisas que não existem na realidade. Nasce o significado pejorativo do termo ideologia. Napoleão refere-se aos "ideólogos" de forma depreciativa, equiparando-os aos metafísicos, isso porque esses (ideólogos) são considerados agora adversários, empenhados em desmascarar as estratégias sentimentais e a religiosidade sobre a qual Napoleão visava justificar seu regime ditatorial.

Com isso, a palavra ideologia entra para o linguajar corrente (e também para o linguajar filosófico e científico) a partir de seu uso por Napoleão, com o significado de consciência falsa da realidade, contraposta à ciência e à filosofia (PINHO, 2013, p. 18).

Para Eagleton (1997, p. 65), o termo "ideologia" originalmente significava o estudo científico das ideias humanas, mas não demorou ao objeto ultrapassar a abordagem e a

palavra referir-se aos próprios sistemas de ideias. Tem origem no contexto do iluminismo, de defesa dos ideais burgueses e repulsão as superstições, dogmas e ao Antigo Regime. Um ideólogo implicava ser um crítico da "ideologia" no sentido dos sistemas de crenças dogmáticos e irracionais da sociedade tradicional. No entanto, essa crítica da ideologia constituía-se também em ideologia, segundo o autor, em dois sentidos diferentes. Primeiro, na contramão da metafísica defendiam o empirismo com uma concepção de indivíduo baseado nas proposições burguesas; segundo, o apelo a ciência e a razão, em oposição a religião, a tradição e a autoridade política, mascarava os interesses de poder da classe mercantil. Neste sentido, a ideologia nasceu como uma crítica totalmente ideológica da ideologia (EAGLETON, 1997, p. 66).

O objetivo dos ideólogos do iluminismo era reconstruir a ordem social segundo valores considerados racionais, resgatando as instituições sociais e políticas da influência das ilusões metafísicas. Contudo, sua argumentação encerrava uma contradição debilitante, entre a questão dos indivíduos como produtos do meio e elevação destes determinantes mediante a educação, a partir da submissão ao exame científico da consciência humana, a qual seria transformada. O programa da ideologia era submeter a mente, supostamente a base da existência social, ao domínio da pesquisa científica. Neste sentido, "em sua época, a nova ciência da ideologia foi subversiva, [...] um golpe revolucionário nos sacerdotes e reis, nos técnicos e guardiães tradicionais da "vida interior" [4]," subvertendo a concepção dos teóricos metafísicos da época, para quem mente e materialidade eram coisas distintas.

Para Eagleton (1997), a ideologia na perspectiva dos grandes teóricos do Iluminismo a exemplo de Condillac, relaciona-se com um programa de engenharia social que pretendia refazer o ambiente social, modificando as sensações humanas e consequentemente as ideias.

Destutt de Tracy acreditava que os fatores econômicos eram determinantes da vida social. Ao voltar-se para o mundo econômico, e confrontar-se com as motivações sociais na sociedade de classe, o conceito de ideologia começa a reformular-se em direção a outro significado, deixando gradualmente de denotar um cético materialismo científico para significar uma esfera de ideias abstratas e desconexas, e é esse significado da palavra que será então adotada, inicialmente, por Marx e Engels (EAGLETON, 1997, p. 71).

A QUESTÃO DA IDEOLOGIA EM MARX

Segundo Eagleton (1997) a teoria da ideologia de Karl Marx é provavelmente mais bem entendida como parte de sua teoria da alienação. A alienação de acordo com Marx encontra-se na relação do homem com objeto do seu trabalho, quando em determinadas condições os produtos e processos distanciam-se do controle daqueles que produzem e

4. Eagleton, 1997, p. 67.

passam a assumir uma existência autônoma, atuando como uma força estranha.

Na obra *A ideologia alemã*, Marx e Engels, há o tratamento da lógica de inversão e alienação. O processo de estranhamento do homem em relação ao resultado do seu trabalho resulta em ideias invertidas, segundo as quais o homem está submetido ao objeto que criou. A consciência dos homens está estreitamente ligada a prática social, resultante do modo de produção material. É socialmente determinada. Neste sentido, "as ilusões sociais estão ancoradas em contradições reais, de modo que somente pela atividade prática de transformar as últimas é que podem as primeiras serem abolidas (EAGLETON, 1997, p 72).

Para o autor a teoria da ideologia presente na obra de Marx e Engels mantém a dualidade entre "consciência" e prática social, apenas revertendo as relações causais entre elas. Enquanto os jovens Hegelianos consideravam as ideias a base da vida material, os autores n'*A Ideologia Alemã* apenas inverteram essa oposição.

A crítica do filósofo britânico apoia-se no uso do termo "consciência", quando remetido a sistemas históricos de crenças religiosas, políticas e jurídicas, posteriormente denominado por Marx de Superestrutura, a qual se encontra em oposição a base econômica. Se pensarmos na consciência nesse sentido, explica Eagleton (1997), sua oposição a atividade prática torna-se plausível, contudo, esses discursos ideológicos, presentes nessa estrutura, condicionam também nossas práticas de vida reais.

Segundo Eagleton (1997, 75), deve-se notar, antes de tudo, que inverter uma polaridade não é, necessariamente, transformá-la. Neste sentido, critica a inversão de Marx e Engels presente no texto d'*A ideologia alemã*, considerando-a como um materialismo mecânico, que resulta em uma mímica do idealismo, posto que um pensamento reduzido a um "reflexo" é tão imaterial quanto outro que esteja apartado da realidade[5].

No livro *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2009, p. 67), afirmam que "as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes [...] a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante". Seguem afirmando que a classe proprietária dos meios de produção dispõe dos meios para a produção espiritual, como também submetem as ideias daqueles que não possuem os meios para a produção espiritual, além disso, expressam as relações materiais dominantes.

Na análise de Eagleton, o texto hesita entre uma definição política e uma definição epistemológica de ideologia. Podem ser consideradas ideológicas porque negam seus efeitos políticos ou por serem expressões diretas de interesses materiais, instrumentos na luta de classes.

No Prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, Marx (2008, p.49, 50),

5. O autor refere-se, aqui, a crítica de Marx ao idealismo Hegeliano. Para entender melhor ver Eagleton (1997).

situa a ideologia no seguinte contexto:

> na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. [...] Em uma certa etapa do seu desenvolvimento, as força produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes [...] A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção [...] e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as **formas ideológicas** sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim (MARX, 2008, p.49, 50, grifo nosso).

Conforme análise de Eagleton (1997) “Superestrutura” é um termo relacional e designa a maneira como certas instituições sociais atuam como “suportes” das relações sociais dominantes. Nessa versão, a ideologia poderia significar o modo como nossa consciência é condicionada por fatores materiais.

Ainda nesta obra, Marx trabalha com dois conceitos que seriam retomados no *O Capital* e serviriam como base para outra concepção de ideologia: os conceitos de valor de uso e valor de troca. O valor de uso possui caráter subjetivo e qualitativo, enquanto o valor de troca é quantitativo e definido no âmbito das relações sociais. Segundo Konder (2002), essa distinção era fundamental para o filósofo comunista, sobretudo porque nas relações de produção capitalistas o valor de troca torna obscuro o valor de uso, fixando a atenção nos movimentos de compra e venda das mercadorias, as quais parecem ter vida própria no âmbito da sociedade capitalista, capaz de transformar a força de trabalho humana em objeto, disposto a ser comprado e vendido no mercado.

Sob essa perspectiva é que na obra *O Capital*, Marx avança sobre o conceito de ideologia, quando trata do “fetichismo da mercadoria”. Segundo Eagleton (1997) o tema inicial da alienação é aqui expandido, explicito na tese de que os homens fazem produtos que depois escapam do seu controle e determinam suas condições de existência. Em virtude do fetiche da mercadoria as relações surgem, enganosamente, como relações entre coisas, e isso tem graves consequências de um tipo ideológico.

Primeiro, os mecanismos reais da sociedade são obstruídos, o caráter social do trabalho é ocultado por trás das mercadorias, as quais não são mais produtos sociais. Depois, a sociedade é fragmentada por essa lógica mercadológica, não sendo possível mais compreendê-la como totalidade e nem como constructo humano.

Neste sentido, argumenta o autor, a inversão do sujeito em relação as suas condições sociais são inerentes a própria realidade. "A ideologia é agora menos uma questão de a realidade tornar-se invertida na mente do que de a mente refletir uma inversão real. Na verdade não é mais primariamente uma questão de consciência" (EAGLETON, 1997, p. 83). Está articulada nas relações econômicas capitalistas. Isso denota que a ideologia foi transferida da superestrutura para a base e o processo de inversão acontece em três momentos distintos:

> Primeiro, algum tipo de inversão ocorre no mundo real: em vez de o trabalho vivo empregar o capital inanimado, por exemplo, é o capital morto que controla o trabalho vivo. Em segundo lugar, há uma disjunção ou contradição entre esse estado de coisas real e a maneira como ele surge "fenomenalmente": no contrato de salário, a forma exterior retifica a inversão, para fazer as relações entre trabalho e capital parecerem iguais e simétricas. Em um terceiro momento, a forma fenomenal é obedientemente refletida pela mente, e é assim que a consciência ideológica é gerada (EAGLETON 1997, p. 84):

Assim, o avanço da teoria da ideologia, do texto inicial para a obra O Capital, encontra-se no fato de que no primeiro a ideologia surge como especulação idealista, sobre a qual os homens não enxergam as coisas como são, enquanto que no segundo recebe uma fundamentação nas práticas materiais da sociedade burguesa.

Eagleton (1997) encerra sua análise, afirmando que no capítulo sobre o "Fetichismo da mercadoria", Marx parece reter duas características da sua versão inicial de ideologia: o empirismo e o negativismo. Sobre o primeiro, no livro *O Capital*, parece indicar que a percepção dos homens sobre a realidade é inerente a própria realidade e finalmente, a ideologia mantém seu caráter negativo porque não tem nenhum outro propósito além de ocultar a verdade da sociedade de classes.

Para o autor, portanto, a teoria da ideologia em Marx pode ser entendida em duas fases. Na primeira, temos três sentidos conflitantes e sem inter-relações de ideologia, a qual aparece inicialmente como crenças ilusórias ou socialmente desvinculadas, servindo para distrair os homens das condições opressivas do poder político opressivo; posteriormente passa a designar também as ideias que expressam os interesses materiais da classe social dominante e que são necessários a manutenção do seu domínio e finalmente, é apresentada de forma ampliada, abrangendo todas as formas conceituais em que é travada a luta de classes como um todo.

A segunda fase, vislumbrada nos chamados escritos econômicos tardios apresenta, segundo o autor, uma versão inteiramente diferente da ideologia. Aqui, o tema da ideologia é percebido como parte do processo de alienação, desenvolvido por meio do "fetichismo da mercadoria". A ideologia trata-se da inversão real, ancorada nas operações econômicas do modo de produção capitalista, não se trata de "falsa consciência", mas dos mecanismos de reprodução capitalista que invertem os processos do mundo do trabalho, transformando

produtor em objeto, objeto em criatura.

Para Konder (2002), o conteúdo impetuoso das concepções e posturas de Marx (e Engels) explica porque os dois pensadores enfrentaram tantas objeções, que os levaram, por vezes, a deter-se em aspectos que se prestavam melhor as exigências imediatas da discussão. É nesse sentido que a conceituação de ideologia como “falsa consciência” remetida ao autor d’ *O Capital,* comporta uma leitura simplista que deve ser situada em um determinado contexto e não apresenta referência na obra desse autor.

A expressão “falsa consciência”, não foi usada por Marx, e sim por Friedrich Engels, denotando, talvez, as implicações de um determinado momento de embate teórico. “Como Engels não alertava seus leitores para essa constatação [...], sua frase comportava uma leitura simplificadora, que escorregava para a identificação de ideologia e falsa consciência” (KONDER, 2002, p. 50).

De maneira semelhante alguns dos aspectos do pensamento de Marx não foram bem assimilados nem mesmo por alguns de seus seguidores, os quais acabaram, por vezes, dando outras interpretações para seus escritos. Para Konder (2002), é dessa forma que a questão da ideologia, tal como Marx a tinha abordado, foi esvaziada de sua significação.

Embora tenha ocorrido distorções no pensamento de Marx, no caso específico aqui sobre o conceito de ideologia, encontramos a herança do filósofo em formulações fundamentais para o desvelando das formas ideológicas presentes na sociedade de classe. É nessa perspectiva que nos deparamos com a obra de István Mészáros.

Na tese *Ideologia e formação humana em Marx, Lukács e Mészáros*, Maria Teresa Buonomo de Pinho, analisa o conceito de ideologia em K. Marx, G. Lukács e István Mészáros sob o aspecto ontológico, fundamentado no trabalho, ou seja, na vida material dos homens. Segundo a referida autora, Mészáros funda sua obra no pensamento de Marx e Lukács. Entretanto, apresenta distinções derivadas, especialmente, de experiências históricas não vivenciadas por seus predecessores.

A ideologia da Sociedade do Conhecimento encontra-se ancorada na suposta superação da relação entre trabalho e capital, com o suposto advento do conhecimento como principal força produtiva, defendido pelas teses do trabalho imaterial, as quais se constituem em ideologias dominantes que visam expungir as contradições das sociedades de classe, no limiar do século XXI.

Nesse sentido, interessa-nos, sobremaneira, a abordagem do tema em questão na obra *O poder da ideologia* do filósofo húngaro István Mézsáros, as quais analisam o papel específico da ideologia nos processos de ajustamentos estruturais no pós-guerra, mediante a expansão tecnológica e as teorizações do “fim da escassez”. Esclarecemos, contudo, que não aprofundaremos sobre as minúcias da respectiva obra, haja vista que pretendemos somente situar a concepção de ideologia de Mézsáros de modo a encontrarmos suporte

para nossa análise.

MÉZSÁROS E A NATUREZA DA IDEOLOGIA

> A verdade é que em nossas sociedades tudo está “impregnado de ideologia”, quer a percebamos, quer não (Mézsáros, 2004).

No livro *O poder da ideologia,* Mészáros (2004, p. 116), situa a ideologia dentro de três conjuntos de determinações: (i) os parâmetros socioeconômicos, (ii) os principais movimentos políticos com suas necessidades ideológicas e intelectuais e (iii) as teorias práticas e científicas, assim como as filosofias e auto-reflexões da ciência referentes a função reguladora no complexo das atividades humanas.

A importância do conceito de ideologia em Mézsáros, para a análise a ser realizada, justifica-se, exatamente, por situar a ideologia no contexto do pós-guerra com o advento das transformações tecnológicas. Nesse contexto, uma das questões mais relevantes colocadas pelo filósofo é explicar como alguns indivíduos se identificam com uma orientação ideológico-intelectual dominante. De Max Weber a J. Habermas, Mészáros (2004), analisa como as teorias serviram/servem de base para as formas ideológicas dominantes na sociedade capitalista no século XX, bem como na atualidade.

Para o filósofo, é possível diferenciar três posições ideológicas fundamentalmente distintas, as quais possuem conseqüências nos tipos de conhecimento compatível. A primeira apoia-se na ordem estabelecida com uma atitude acrítica, apoiando e exaltando a forma vigente do sistema dominante como horizonte absoluto da vida social, ressalta-se aqui os teóricos do capital, como J. M. Keynes; a segunda revela as irracionalidades da forma específica de sociedade de classe, anacrônica, que ela rejeita a partir de outro ponto de vista. Nessa, encontram-se as proposições de Rousseau, por exemplo; e a última, contraposta as duas anteriores, questiona a viabilidade histórica da própria sociedade de classe, defendendo a intervenção prática consciente e a superação dos antagonismos de classe. Esta última, situa-se a proposição do próprio Mészáros.

Notadamente, como explica o autor, a ideologia dominante consegue se posicionar com vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Diante disso, seus defensores podem divulgar suas ideias, combinando descrédito aos posicionamentos divergentes. Nesse sentido, Mészáros (2004), refere-se a forma como John Maynard Keynes posicionou-se, em 1925, sobre Karl Marx, atribuindo ao pensando marxiano o predicado de ser inadequado para a realidade, a qual ele denomina “mundo moderno”, não ser científico e ser inferior por defender o proletariado “rude” em detrimento da burguesia instruída.

O pai do Keynesianismo defendeu amplamente seu posicionamento ideológico da classe dominante, elaborando sua teoria sob uma perspectiva firmemente comprometida, declarando um otimismo ilimitado a ciência, a eficiência técnica e a acumulação de capital com vistas a resolver o problema econômico da humanidade. Ainda diante da crise de 1929, Keynes justificava as mazelas como superáveis e necessárias ao mundo futuro de bem-aventurança.

A aceitação da teoria Keynesiana demonstra, visivelmente, que as ideologias dominantes não são verdadeiros reflexos do mundo social, com a representação objetiva dos principais agentes sociais e seus conflitos hegemônicos[6]. Elas visam fornecer uma explicação que possa projetar a estabilidade da ordem estabelecida. Para isso, produzem um quadro categorial que atenua os conflitos existentes e perpetua os parâmetros estruturais.

Segundo Mézsáros (2004), a categoria “modernidade” é um exemplo dessa tendência ideológica à atenuação do conflito. Longe de tratar-se do sentido cronológico da definição de “modernidade”, o referido autor, analisa o termo a partir do seu uso problemático que se caracteriza pela tendência em esquecer a dimensão sócio-histórica, a serviço da ordem dominante, acentuando o momento da descontinuidade e ruptura e desconsiderando continuidades de importância vital como o caráter explorador e classista da sociedade capitalista, por mais moderna e avançada que seja. Essa negligência com os elementos constituintes reais da sociedade capitalista ocorre visando assegurar a visão de “universalidades” imaginárias e soluções fictícias para problemas reais que somente poderiam ser sanados com o confronto de classe.

Para o referido autor, a concepção Hegeliana de “modernidade”, definida como a “universalidade racional do Estado alemão moderno”, resume-se a eternização ideologicamente motivada da ordem dominante, preservando as contradições praticamente intocadas da dimensão dos conflitos. Essa tendência tornou-se difundida entre as concepções dominantes. “Com efeito, se observarmos mais detalhadamente os debates ideológico- teóricos da época do pós-guerra perceberemos claramente que a busca da atenuação de conflitos constitui um dos seus mais importantes princípios estruturadores” (MÉSZÁROS, 2004, p. 71).

O princípio das teorizações dominantes de apaziguar os conflitos de classe desenvolveu-se inicialmente em torno da rejeição do projeto socialista, posteriormente, pela defesa do fim da ideologia, a qual foi sucedida pelas teorizações “pós-ideológicas” que buscavam eliminar as possibilidades do conflito hegemônico entre capital e trabalho, retratando um capitalismo avançado.

Na medida em que as expectativas da existência de uma sociedade pós-industrial declinaram, sobretudo, pela persistência dos problemas que estão nas origens da ideologia,

6. MÉZSÁROS, 2004, p.69

surgiram novas teorizações, dentro daquilo que, Mészáros (2004, p. 71), define como as ideologias requentadas da “modernidade e seus dissabores” mediante o postulado da “pós-modernidade tornada presente” e logo dissolvida, pouco depois de seu aparecimento no cenário ideológico, em manchetes que anunciam “A crise da pós-modernidade”.

Essas teorizações, apaziguadoras dos conflitos sociais, são forçadas a superação à proporção que as contradições da sociedade capitalista se tornam cada vez mais agudas; quando perdem a credibilidade, modificam-se sobre um novo rótulo.

Dentro deste contexto teórico-ideológico da classe dominante, destaca-se aqui a ideologia do fim da ideologia, a qual no período posterior a Segunda Guerra Mundial apresentou-se para explicar o fim dos conflitos de classe e consequentemente das disputas ideológicas. Apesar de ter sido amplamente difundida no pós-guerra, Mészáros (2004), remete a formulação teórica sistemática de tal linha de raciocínio a Max Weber.

A obra de Weber ganha grande notoriedade no pós-guerra em virtude de uma conjuntura histórica favorável ao cerne do seu pensamento, assentado no socialismo como principal adversário, ou seja, a influência weberiana no pós-guerra estava ligada a forma como foi inserida no confronto com o socialismo marxista, diante das novas condições históricas.

Tão importante quanto o posicionamento anti-socialista, foi a adequação da abordagem weberiana à articulação de uma visão de mundo necessária a relação de forças modificadas no pós-guerra com o advento do poder hegemônico norte-americano. A visão de mundo dos Estados Unidos, nesse novo contexto, deveria ser razoável para que não pudesse ser confundida com a dominação e exploração das antigas potências, França e Inglaterra. Sendo assim, a nova ordem mundial foi definida como libertadora das potencialidades positivas da “sociedade industrial moderna”, tanto nos países centrais como nas nações recém- independentes. Nas primeiras sob o argumento do fim da luta de classes; no segundo grupo com os processos de “modernização” e a ideia de que poderiam se assemelhar a nova potência hegemônica.

Segundo Mészáros (2004), a seletividade tendenciosa dos termos escolhidos por Max Weber tem como resultado, ideologicamente conveniente, que uma das características mais óbvias do sistema capitalista, a natureza exploradora de classe, esteja ausente. Define o modo de produção capitalista como “capitalismo moderno”, caracterizado como uma “cultura”, cujo princípio dominante é o investimento do capital privado, transformando as características estruturais de uma ordem social antagônica em uma matriz categorial na qual “ modernidade” e “racionalização” ocupam a posição central. Para Mészáros (2004, p. 77), foi isto que se tornou tão influente depois das duas guerras mundiais, não apenas na “teoria crítica” alemã, mas no desenvolvimento europeu em geral, com suas ligações cada vez maiores com as tendências ideológicas e intelectuais dos Estados Unidos.

As proposições de Weber influenciaram diversos autores no século XX, até mesmo, autores considerados de perspectiva marxista. Segundo Mészáros (2004), pode-se perceber o impacto da influência Weberiana sobre a Escola de Frankfurt nas obras de estudiosos como Habermas e Adorno. Habermas, por exemplo, declara que as categorias *exploração, classe, consciência de classe, força e relações de produção* não são mais aplicáveis às condições das "sociedades industriais avançadas". Trata-se das teorias antiideológicas, defendidas após a Segunda Guerra Mundial e ancoradas na fase expansionista do pós-guerra mediante a promessa de melhorias materiais mais abrangentes e o progresso social sem obstáculos.

Para o autor, um ancestral ideológico de tudo isso foi Frederick Winslow Taylor com os fundamentos da "administração científica" capitalista, ainda no início do século XX, para quem não existiam conflitos nas empresas capitalistas, substituindo o confronto de classes por uma suposta cooperação fraterna, justificando as mazelas dos operários sobre a constituição mental destes.

Os representantes posteriores dessa tendência tornaram-se mais sofisticados, entusiasmados com a tendência expansionista do pós-guerra e a série de milagres econômicos: os "milagres" alemão, japonês, italiano, francês e brasileiro. Diante disso, decretavam a continua expansão e produziam várias categorias que apresentavam suas conceituações do desenvolvimento. Assim, afirma Mészáros (2004), que uma multiplicidade de *desejos* foi apresentada como já realizada ou em vias de realização, com a criação de categorias tecnologicamente definidas como "novo Estado industrial", o "sistema industrial moderno", "tecnoestrutura" e "convergência" dos "sistemas industriais" rivais; em termos de relações sociais foi propagado o surgimento de uma "nova classe trabalhadora" e o enfraquecimento e até mesmo o desaparecimento do conflito de classes.

Por outro lado, a estratégia adotada para se lidar com a maioria excluída foi colocar diante deles a miragem de uma possível aproximação do modelo ideal do consumo de massas estadunidense. "Desse modo, a tarefa de superar o "subdesenvolvimento" no "Terceiro Mundo" foi definida como simples "modernização", tornando a era do consumo universal (MÉSZÁROS, 2004, p. 137). É o período das "revoluções", iniciadas na década de 1930 com a "revolução gerencial", seguida da "Keynesiana", "tecnológica", "científica", "segunda revolução industrial' e, para alguns, até "terceira revolução industrial" e "revolução da informática".

Todos esses estratagemas, segundo Mészáros (2004), não passavam de racionalização ideológica e legitimação do injustificável, ajudando a difundir a ilusão de que a vitória sobre a escassez era um fato, de modo que por muito tempo, tudo parecia se ajustar à concepção de ideologia antiideológica do pós-guerra, que era sustentada pela expansão econômica universalmente recebida e a prometida "multiplicação do excedente" como principal tema de persuasão ideológica no Ocidente. Contudo, o fim do

expansionismo do pós-guerra e a eclosão da crise estrutural na década de 1970 puseram fim à preponderância da ideologia do "fim da ideologia".

Esses acontecimentos evidenciam, como bem explica o autor supracitado, que a reprodução bem-sucedida das condições de dominação não pode ocorrer sem a mais ativa intervenção de poderosos fatores ideológicos. "A ideologia não é ilusão, nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma **forma específica de consciência social**, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas *sociedades de classes"* (MÉZSÁROS, 2004, p. 65, grifo nosso).

O autor de o *O poder da ideologia* prossegue afirmando a objetividade da ideologia como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os aspectos. Encontra-se no âmbito dos conflitos, mais precisamente, na luta de classes que se manifesta no plano da consciência social e na diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos.

O que interessa é pensar a ideologia nos processos de ajustamentos sociais na medida em que ao seguir a perspectiva de Marx no "Prefácio" da *Contribuição à crítica da economia política*, Mézsáros (2004) está tratando das transformações estruturais ocasionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção:

> em uma certa etapa do de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes [...] Dessas formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção [...] e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim (MARX, 2008, p. 49, 50).

A relação "base" e superestrutura, criticada por Eagleton (1997), parece-nos desvelar as formas ideológicas que se manifestam nas sociedades de classes, ao colocar em evidência os conflitos que ocorrem mediante aquilo que Marx explica seguidamente ao fragmento de texto acima, qual seja, "explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção"[7].

Observe, não se trata de uma quimera. Por acaso, as teses do fim da ideologia e consequentemente as teses do trabalho imaterial surgiram sem propósito algum, da imaginação dos seus defensores? Ora, acreditar que argumentos propalados por certos

7. MARX, 2008, p. 50

teóricos emergem de forma abstrata é voltar-se ao idealismo criticado por Marx, é desconsiderar o fato de ter ocorrido transformações nas forças produtivas que levaram a crise estrutural da década de 1970, as quais buscaram mecanismos para justificar a mutação do capital e a intensificação do processo de exploração da classe trabalhadora.

Neste sentido, a ideologia implica em práticas de longo alcance em todas as suas variedades, na arte e na literatura, assim como na filosofia e na teoria social, independentemente de sua vinculação sociopolítica a posições progressistas ou conservadoras (MÉSZÁROS, 2004, p. 66). Segundo o filósofo húngaro, essa orientação prática define o tipo de racionalidade ideológica, resultante da combinação do ponto de vista adotado, em sua postura de afirmação/sustentação ou de crítica/negação diante da rede instrumental/institucional dominante de controle social e a eficácia da legitimidade, historicamente, mutável dos próprios instrumentos disponíveis.

Considerando as implicações ideológicas como formas da consciência prática que se manifestam na luta de classe e são operacionalizadas, se faz necessário compreender as condições objetivas que se desenvolveram as teorias do trabalho imaterial, aqui, compreendidas como bases para ideologias que visam justificar as novas formas de exploração da classe trabalhadora a partir da década de 1960/1970. Esse contexto, longe de representar a supressão dos conflitos sociais, intensifica e diversifica a exploração capitalista por meio da mais-valia, como observado no capítulo seguinte.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: SITUANDO AS FORMAS IDEOLÓGICAS DO TRABALHO IMATERIAL

O conjunto de mudanças econômicas, engendradas pela acentuação dos procedimentos técnicos do modo de produção capitalista, a partir dos anos 1970, acarretou alterações no mundo do trabalho que, longe de significar uma transformação da base material, promoveu a intensificação da exploração da classe trabalhadora, como meio continuo e eficaz de produção de mais-valia, num processo de fortalecimento da subsunção real do trabalho ao capital.

Todavia, nesse contexto, surgiram as teses sobre o trabalho imaterial, cujas consequências seriam vislumbradas na superação da exploração do trabalho material e a existência de um capitalismo avançado, fruto do progresso do desenvolvimento das forças produtivas.

No capítulo seguinte, referimos as teses do trabalho imaterial defendida por André Gorz e os demais teóricos do Trabalho imaterial (Lazzarato, Negri, Hardt) que defendem a suposta superação de um capitalismo áspero que se reproduz a custa do trabalho não-pago, isso em virtude do desenvolvimento das forças produtivas.

Na contramão dessas teorias, observamos a intensificação da base técnica com o propósito de aumentar a produção da mais-valia relativa, ou seja, nessa nova etapa o modo de produção capitalista aumenta sua capacidade de reprodução. Nesse sentido, compreendemos essas teorias como ideologias da classe dominante, visando mistificar as novas estratégias do capital, sendo necessário compreender a conjuntura sobre qual foram formuladas, na medida em que o capital tem sempre buscado ser autônomo na relação com o trabalho, e nesse processo, o desenvolvimento das forças produtivas têm impulsionado mais e mais a mais-valia relativa.

Nesses termos, distante de significar a autonomia completa do capital, podemos constatar, na atualidade, que o impulso das novas tecnologias a partir da Segunda Guerra Mundial e as pretensas transformações da base técnica a partir da década de 1970 não induziu a transformações nos processos de trabalho hábeis a alterar as formas de produção de valor, uma vez que não ocorreu uma transformação das forças produtivas e das relações sociais de produção, ocorrendo certamente, a intensificação da exploração do trabalhador, por meio do trabalho não pago, mediante processos de precarização do trabalho, subsumido integralmente.

Nesse sentido, coadunamos com Frigotto (2003, p. 59), ao afirmar que existe, na verdade, a partir da década de 1970, uma crise geral do processo civilizatório, motivada, entre outros fatores, pelo colapso do socialismo real e pelo esgotamento de um longo período de acumulação capitalista, materializado numa profunda crise do sistema capitalista que apresenta, na atualidade, contradições mais agudas.

Desse modo, assinala o referido autor, a crise dos anos 1970/1990 não se apresenta como uma crise meramente conjuntural, mas uma manifestação de um colapso estrutural do movimento cíclico da acumulação capitalista. Trata-se da natureza estrutural da crise, fundada no caráter contraditório do capitalismo, o qual se estabelece sobre uma relação social, formalmente necessária e historicamente desigual entre capital e trabalho, haja vista se tratar de um sistema que conduz à acumulação, concentração e centralização do capital por meio da exploração do trabalho não pago, estimulado pela incorporação e aumento da ciência e tecnologia no processo de produção.

O caráter de crise do modo de produção do capital se dá, principalmente, "pela sua própria virtude de potenciar as forças produtivas e por sua impossibilidade de romper com as relações sociais de exclusão e socializar o resultado do trabalho humano" [1]. Desse modo, a crise encontra-se na natureza das relações capitalistas, as quais impulsionam determinados períodos de crises e colapsos advindos das contradições do processo de produção. São crises cíclicas que apresentam uma gênese comum e materialidade específica. Como explica Frigotto (2003, p. 66), as formas de sociabilidade capitalistas são delimitadas pela incorporação de novos elementos que entram para enfrentar a crise e constituem-se, no momento posterior, em um novo complicador, ou melhor, a nova causa da crise. Assim, para explicar a crise da sociedade capitalista iniciada nos anos 1970, devemos situá-la como uma crise com conteúdo mais complexo, mediante os processos de reestruturação do sistema produtivo.

Neste sentido, busca-se explicitar ao longo do presente capítulo, as transformações na base técnica, especialmente, da transformação do modo de acumulação fordista para a "acumulação flexível", o surgimento dos ideário neoliberal e pós-moderno, e as conseqüências no mundo do trabalho, justificadas mediante ideologias, como aquela da economia do conhecimento, a qual se materializa em ações e políticas, a exemplo das políticas públicas de educação. Trata-se de expor os acontecimentos do pós-guerra, sem perder de vista, nos dizeres de Harvey (2012, p. 115), "o fato de as regras básicas do modo capitalista de produção continuarem a operar como forças plasmadoras invariantes do desenvolvimento histórico-geográfico".

TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: CRISE DO MODELO FORDISTA E O ESTABELECIMENTO DA ECONOMIA "FLEXÍVEL"

A crise estrutural desencadeada a partir da década de 1960/1970, segundo Frigotto (2003, p. 69), tem sua gênese nas estratégias de superação da crise dos anos 1930, ou seja, encontra sustentação nas contradições engendradas pelo modelo de

1. Ibidem, 2003, p. 65

desenvolvimento fordista, caracterizado por uma forma de produção fundada em bases tecnológicas de máquinas de formato rígido, com divisão específica do trabalho, por um regime de acumulação que buscava compatibilizar produção em larga escala e consumo de massa e por um determinado modo de regulação social, o qual abarcava uma base ideológico-política de produção de valores, normas e instituições de controle.

Na primeira fase que se estende até a década de 1930, como explica Frigotto (2003), o modelo fordista constituiu-se em um processo de refinamento do sistema de maquinaria analisado por Marx, tendo como principais iniciativas a instalação de grandes fábricas, a decomposição de tarefas segundo as bases tayloristas, mão-de-obra desqualificada, gerência científica do trabalho e a separação entre execução e concepção.

Para Harvey (2012, p. 120) essas inovações tecnológicas e organizacionais, muitas vezes, atribuídas a Ford tratam-se de uma extensão de tendências estabelecidas antes, não se constituindo em novidade, mas uma mera racionalização de velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho pré-existente, encontradas, por exemplo, no livro *Os Princípios da Administração Científica* de F. W. Taylor, publicado em 1911, o qual descrevia como a produtividade poderia ser maximizada por meio de uma organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões de tempo e estudo do movimento. O mérito de Henry Ford foi pensar em um novo tipo de trabalhador, implicando na aplicação adequada do poder corporativo com vistas a adequar produção e consumo de massa por meio de iniciativas que envolviam o controle sobre a vida do trabalhador.

Malgrado os esforços de Ford, o modelo de acumulação encontrou resistência na aceitação de um sistema de produção altamente rotinizado e no papel do Estado, sendo necessário conceber um novo modo de regulamentação capaz de atender aos requisitos da produção fordista, possível mediante manifestação da crise de 1929 e o fracasso dos governos democráticos em solucionar o problema. Tratava-se de colocar em prática um "conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo em que evitavam as evidentes repressões e irracionalidades, toda beligerância e todo o nacionalismo estreito que as soluções nacional-socialistas implicavam".[2]

Isso somente foi possível a partir da década de 1940, quando o fordismo pôde alcançar maturidade aliando-se ao Keynesianismo, possibilitando ao capitalismo um surto de expansões internacionalistas, que culminaram na ascensão de um grande número de indústrias baseadas em tecnologias do período entre-guerras e a formação de regiões-chave economicamente, que absorviam grandes quantidades de matéria-prima do mundo capitalista, dominando um mercado mundial de massas cada vez mais homogêneo, possível somente em virtude de uma série de compromissos do Estado, do capital corporativo e do trabalho organizado.

2. Ibidem, 124

Segundo Harvey (2012, p. 125, 126), a derrota dos movimentos operários radicais após a Segunda Guerra preparou o terreno para o controle do trabalho que possibilitou o fordismo. Ainda que a conjuntura variasse de país para país, as situações em que os sindicatos ganharam poder na esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção de massa - como nas indústrias do Meio Oeste e Nordeste americano mantendo uma parcela de controle sobre as especificações de tarefas, segurança, promoção e conquistando poder político - foram motivadas em troca de uma atitude de cooperação com as técnicas fordistas de produção. Fato não plenamente superado, não obstante as organizações sindicais burocratizadas serem pressionadas a trocar ganhos reais de salário pela cooperação dos trabalhadores com o sistema fordista de produção, a contragosto das corporações.

Trata-se da segunda fase do sistema fordista desenvolvido, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, quando ganha destaque a ideia de Estado de Bem-Estar Social, o qual desenvolve políticas de renda com ganhos de produtividade e de previdência social cujo objetivo encontra-se em compatibilizar produção em grande escala e consumo de massa.

Além desses fatores, o fordismo, como explicado por Harvey (2012, p. 131), teve muito da questão internacional, sendo implantado com mais firmeza na Europa como parte do esforço de guerra, através de políticas impostas na ocupação ou por meio do Plano Marshal. Tudo isso sobre o poder hegemônico e financeiro dos Estados Unidos, baseado no domínio militar e nas mudanças impostas pelo acordo de Bretton Woods, de 1944, que transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou o desenvolvimento econômico do mundo à política monetária e fiscal norte-americana.

Ressalta-se, seguindo o raciocínio do geógrafo, que o fordismo estabeleceu uma base para além do sistema de produção, significando a padronização do produto e consumo por meio de uma nova estética e mercadificação da cultura. Por outro lado, o caráter excludente do sistema, assentado na relação capital-trabalho, ocasionava o seu questionamento ainda durante o seu apogeu. A desigualdade de oportunidades em relação à negociação de salários, restrita a determinados setores da produção; desigualdade de acesso em virtude do gênero, origem e cor da pele; baixos salários e a fraca garantia de emprego produziram muitas tensões e fortes movimentos sociais nos países centrais e no chamado Terceiro Mundo, excluído do desenvolvimento econômico proporcionado pelo modo de acumulação.

Soma-se o avanço das multinacionais para os países do Terceiro mundo possibilitando o aumento da industrialização fordista para novos mercados, nos quais o contrato social não era respeitado ou era inexistente e o aumento da competição interestatal gerando uma pressão sobre os insumos que acabaram ficando mais caros enquanto os produtos finais ficaram mais baratos, diminuindo a lucratividade do capital.

Neste sentido, Frigotto (2003, p. 73), argumenta que os limites deste modelo de

desenvolvimento se fazem sentir já ao final da década de 1960 com a saturação dos mercados internos de bens de consumo duráveis; concorrência intercapitalista e crise fiscal e monetária, resultante da queda da produtividade e da lucratividade depois de 1966, sanada somente mediante aceleração da inflação, a qual começou por solapar o papel do dólar como moeda-reserva estável.

O geógrafo David Harvey explica esse processo mais detalhadamente. Para ele, a acentuação da competição internacional constitui-se em uma das principais responsáveis por derrubar o Acordo de Breton Woods e reproduzir a desvalorização do dólar, tornando evidente a incapacidade do fordismo e do Keynesianismo de estancar as contradições capitalistas. Harvey (2012, p. 135) postula que essas contradições podem ser apreendidas numa palavra: rigidez. Rigidez de investimentos em capital fixo, rigidez de mercado, rigidez na alocação e nos contratos de trabalho que contestavam com a resistência da classe trabalhadora por meio de greves e problemas trabalhistas entre 1968-1972.

Seguindo o raciocínio, o autor esclarece que a única resposta estava na política monetária, na capacidade de emitir moeda em qualquer montante que deixasse a economia estável, ocasionando a onda inflacionária que acabou por naufragar a expansão do pós-guerra diante de uma configuração de poder político e relações que uniam o grande trabalho, o grande capital e o grande governo na adoção de medidas disfuncionais que acabaram por impedir a acumulação do capital.

As ações para frear a inflação acabaram por ocasionar uma crise nos mercados imobiliários e dificuldades nas instituições financeiras, que, acompanhadas dos efeitos do aumento dos preços do petróleo, levaram os segmentos da economia a buscarem economizar energia por meio da mudança tecnológica e organizacional, bem como a reciclagem dos chamados petrodólares, estabelecendo um período de deflação que se estendeu de 1973 a 1975, mediada pela mudança tecnológica, automação com a busca de novos nichos de mercado, dispersão geográfica para áreas de pouco controle do trabalho e fusões e medidas para aumentar o tempo de giro do capital. Neste ínterim,

> a profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em conseqüência as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de **reestruturação econômica e de reajustamento social e político** [...] No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetos da **passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta** (HARVEY, 2012, p.140, grifo nosso).

Delimita-se assim, a crise do Estado de Bem-Estar Social e a volta das "leis naturais do mercado" mediante políticas que apregoam o neoliberalismo e o **novo modelo de acumulação, denominado por Harvey (2012, p.140), como acumulação flexível, caracterizado pelo confronto direto com a rigidez fordista.**

Ele se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo e por novas formas de produção, de fornecimento de serviços financeiros, mercados, além da inovação comercial, tecnológica e organizacional, a exemplo da criação de um novo movimento no emprego chamado "Setor de serviços".

Caracteriza-se também por um sistema de aceleração do ritmo da inovação do produto por meio da redução do tempo de giro (proporcionado pelo uso de novas tecnologias produtivas e novas formas organizacionais - "*Just- in- time*") e do tempo de consumo. Diminuiu o tempo de vida dos produtos mais da metade em certos setores, quando comparado com o sistema fordista, presumível em virtude de variados fatores, do desencadeamento de modas fugazes e indução de necessidades. Isso acompanhado de mudanças na produção, reunião de informações e financiamento, os quais configuraram a base do aumento no setor de serviços, proporcionado pela rápida contração do emprego industrial depois de 1972 e a relevância atribuída "ao rápido aumento do emprego em serviços"[3], potencializado pela distribuição de atividades antes concentradas em uma única empresa ou pela necessidade de aumento do tempo de giro no consumo.

A expansão do setor de serviços valorizou aquilo que o autor denominou de "empreendimentismo inovador", estimulado por tomadas de decisões rápidas, eficientes e fundamentadas, sem, contudo, alterar o poder corporativo, provocando o desenvolvimento de dois fatores importantes na configuração do atual momento do capital: a transformação da informação, do conhecimento científico e técnico em mercadoria necessária aos interesses corporativos descentralizados e, principalmente, a completa reorganização do sistema financeiro global:

> a desregulamentação e a inovação financeira - processos longos e complicados - tinham se tornado, na época, um requisito para a sobrevivência de todo centro financeiro mundial num sistema global altamente integrado, coordenado pelas telecomunicações instantâneas. A formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos, significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito por (HARVEY, 2012, p. 152)

Essa nova dinâmica se deu em virtude do uso dos computadores e das comunicações eletrônicas, as quais permitiram fluxos instantâneos de finanças, com o desenvolvimento do chamado "empreendimentismo com papéis", significando a busca por lucros que

---

3. Ibidem, 149

não advêm da produção tradicional e sim do mundo especulativo, cujos produtos são desmaterializados, dando mais autonomia ao sistema bancário e financeiro já que as novas condições técnicas e políticas ofereceram novos suportes à circulação do dinheiro.

As mudanças descritas acima somente foram estimuladas, segundo análise em questão, pela ascensão de um neoconservadorismo na América do Norte e porção da Europa - a exemplo das vitórias eleitorais de Thatcher (1979), na Inglaterra e Reagan (1980), nos Estados Unidos - Elas constituíram a ruptura da política do período de pós-guerra.

Nesse contexto, "a crise de 1973-1975 derivou em parte de um confronto com a rigidez acumulada de práticas e políticas de governo implantadas no período fordista-keynesiano" (HARVEY, 2012, P. 157), à medida que as políticas keynesianas mostravam-se inflacionárias diante do aumento das despesas públicas e da estagnação fiscal, forçando a retirada do apoio ao estado de Bem-Estar Social, o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, transformando essas ações em virtudes governamentais.

Para Frigotto (2003, p. 79), a referida crise aparece para a burguesia como um desvio das leis "naturais do mercado", culpa da excessiva intervenção do Estado, buscando como solução a volta da "regulação" do mercado e das políticas monetaristas no âmbito do ideário neoliberal e neoconservador.[4]

Ideologicamente, como explica Sousa (2004), os teóricos do neoliberalismo como Hayek e Friedman, apregoam o capitalismo como um sistema que promove uma sociedade livre ao garantir a liberdade econômica, a qual ocasiona a liberdade política, o que ocorreria somente no sistema capitalista, tido como o único modo de organização social capaz de garantir liberdade ao homem. Na tese neoliberal, o Estado Keynesiano aparece como coercitivo e autoritário, levando a suspensão das liberdades individuais. Contrariamente, não deveria ultrapassar o seu espaço de atuação, mantendo uma postura periférica em relação às atividades econômicas e as políticas sociais.

Na contramão da ideologia burguesa, compreende-se que a passagem do modo de acumulação fordista para o modelo de acumulação "flexível" manifesta o caráter de crise como fenômeno característico do sistema econômico capitalista. Nesse sentido, Coggiola (2009) analisa a teoria marxiana das crises econômicas, partindo do entendimento de que as próprias leis de acumulação do capital conduzem às crises, e estas expressam a tendência à autodissolução do capital.

Como já mencionado, Frigotto (2003) expõe o caráter cíclico da crise quando afirma, conforme preceitos marxistas, que a causa de uma determinada crise se constitui em solução da anterior. Neste contexto também, Coggiola (2009) argumenta que Marx

4. Para Sousa (2004, p. 36) a origem do pensamento neoliberal remete-se a década de 1940 com a publicação do livro "O caminho da servidão" de F. Hayek, bem como das publicações de M. Friedman: "Capitalismo e liberdade" e "Liberdade de escolher".

concedeu à crise um caráter contraditório e de temporalidade do modo de produção capitalista como descrito no seguinte fragmento do *Manifesto do Partido Comunista* (2012, p. 50, grifo nosso)

> as relações burguesas de produção e circulação, as relações burguesas de propriedade, a moderna sociedade burguesa, que produziu a mágica de tão poderosos meios de produção e circulação, é um feiticeiro já incapaz de dominar os poderes subterrâneos que ele próprio conjurou. Há décadas, a história da indústria e do comércio é tão somente a história da sublevação das modernas forças produtivas contra as relações de produção modernas, contra as relações de propriedade que compõem a condição vital da burguesia e de seu domínio. **Basta mencionar as crises comerciais que, recorrentes de tempos em tempos, põem em xeque a própria existência de toda a sociedade burguesa de forma cada vez ameaçadora**. Essas crises do comércio aniquilam regularmente grande parte não apenas dos produtos gerados, mas também das forças produtivas já existentes [...] e de que forma a burguesia supera essas crises? Por um lado, mediante a aniquilação forçada de toda uma massa de forças produtivas; por outro, graças à conquista de novos e à exploração mais aprofundada de antigos mercados. De que forma, portanto? Dando origem a crises mais abrangentes e violentas e reduzindo os meios capazes de preveni-la.

Pode-se observar na seção mencionada que a superprodução é a causa principal da crise no capitalismo. Por exemplo, a crise de 1929 é vista como uma crise de superprodução, cuja solução foi encontrada na compatibilização entre produção em grande escala e consumo de massa por meio do Estado de Bem Estar Social.

Para Coggiola (2009, p. 109) já no *Manifesto Comunista*, Marx atesta a compreensão das crises periódicas, deslocando a interpretação para a esfera das condições de investimento e produção (criação de valor e mais-valor). Mas, certamente é no *O Capital* que ele faz uma análise mais aprofundada, defendendo que é o próprio caráter capitalista da produção que engendra as crises.

Ainda segundo a análise do referido autor, o desenvolvimento do capitalismo é *cíclico* exatamente pela sua tendência permanente para a crise. Para ele, em Marx, a crise explica o ciclo, e não o contrário. Ela, a crise, repõe as condições necessárias à instalação de um novo período de expansão capitalista, de modo que não se pode falar em crise permanente, mas periódica, proporcionada pela destruição de parte das forças produtivas, desvalorizando-a, e por outro lado, pela concentração industrial, redução da taxa de salários e incremento da taxa da mais-valia a um nível tal que seja suficiente para compensar a queda da taxa de lucro (COGGIOLA, 2009, p. 145, 146), iniciando, assim, um novo ciclo de acumulação.

É nesse contexto, que se pode discutir os ciclos econômicos do século XX para o século XXI, centrando-se especificamente na redefinição proporcionada pela mudança nos modos de acumulação: do fordismo à denominada acumulação "flexível", o qual emerge,

segundo Peternella (2016) sob o comando dos ideários neoliberal e pós-moderno, com a supervalorização da cultura, do local, do subjetivo, desligados das condições objetivas de vida, configurando um relativismo cultural e epistemológico, em detrimento de concepções teóricas universalizantes.

A ideologia neoliberal, como já mencionada, possibilitou a configuração dessa nova forma de acumulação mediante negação da forma de regulação precedente, defendendo o retorno do mercado sem intervenção do Estado, apto a novas formas de exploração do trabalho.

Nossa posição destoa das concepções segundo as quais essa nova fase do capitalismo seria benéfica, por ser a manifestação de uma sociedade baseada no conhecimento em detrimento das condições degradantes do trabalho fabril. Todavia, antes de adentrar nessa tese da "sociedade do conhecimento", e nas condições objetivas, especificamente aquelas visualizadas no mundo do trabalho, é importante apresentar as características das ideologias neoliberal e pós-moderna, uma vez que se constituem em bases das teorias do trabalho imaterial ao defenderem uma mudança societária capaz de alterar a essência da acumulação do capital.

OS IDEÁRIOS NEOLIBERAL E PÓS-MODERNO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Conforme define Peternella (2016, p. 124, 125) a mudança do papel do Estado como interventor na economia, sob as orientações do ideário neoliberal e das determinações políticas das Organizações Internacionais (OI) em âmbito global, as quais passam a atuar nas políticas públicas dos países periféricos, a exemplo do Brasil, acrescentado do surgimento do movimento ideológico pós-moderno, constitui um conjunto de fatores que delimitam outro período, a partir da década de 1970, marcado pela renovação do poderio imperialista norte-americano capaz de regular de forma inédita o mercado mundial e as estruturas geopolíticas.

A autora argumenta sobre o caráter falacioso da decadência do domínio econômico dos Estados Unidos e a fragilidade de seu status imperialista, fundamentado nas flutuações do dólar e as consequências na estabilidade da acumulação financeira, gerada pela especulação e ocasionando crises permanentes. Neste sentido, a autora segue afirmando que essas idéias servem na realidade para escamotear as causas das crises permanentes, geradas pela superprodução de mercadorias.

Para Peternella (2016), a sofisticação da base técnica, impulsionada por essa nova forma de acumulação, aplicada à fabricação de máquinas autonomatizadas acirra a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção em virtude da crescente divisão e especialização impostas ao trabalhador. Isso

tem resultado na segmentação da classe trabalhadora, implicando por um lado em uma suposta valorização da qualificação humana, exigindo-se trabalhadores melhor capacitados e, por outro, ocasionando formas de trabalho precárias com aumento de trabalhadores contratados temporariamente, por tempo parcial, terceirizados ou admitidos na economia informal.

A autora chama atenção para outra característica desse novo momento do modo capitalista: as ideias de progresso técnico e de inovação tecnológica periódica, veiculadas pelos ideólogos da classe dominante de forma incisiva a partir da década de 1990, disseminando a máxima de que a sociedade está em constante mudança e que a humanidade estaria adentrando uma nova era histórica, materializada na terceira revolução tecnológica (PETERNELLA, 2016, p. 131).

Essa ideologia está articulada a ideia de que a nova economia norte-ameriacana teria avançado em virtude da articulação entre os aparatos industriais e as tecnologias de ponta, como informática, telecomunicações, internet. Todavia, em corroboração com outros autores, Peternella (2016), discorda desse engodo e atribui as mudanças à terceirização e à reestruturação interna do capital.

A autora destaca ainda o papel atribuído a ciência e tecnologia como esferas neutras, destacando de acordo com Novaes e Dagnino (2004), que a ideologia do progresso dissimula as relações sociais contidas na tecnologia, evitando uma avaliação crítica e resultando no fetiche da mercadoria, cujos artefatos aparecem como neutros visando somente solucionar problemas práticos.

O caráter falacioso da neutralidade científica e do desenvolvimento da tecnologia não é perceptível nem mesmo aos trabalhadores que participam do processo de produção, os quais não percebem “a natureza sociopolítica da construção das tecnologias [...] e, assim, também passam a crer que as máquinas que chegam ao chão da fábrica são as únicas disponíveis” (PETERNELLA, 2016, p. 134). Todavia, o sucateamento e a disponibilidade de nova tecnologia dependem de decisão política motivada por relações de poder presentes na sociedade.

Neste sentido, Novaes e Dagnino (2004) defendem que as decisões e escolhas tecnológicas distante de serem guiadas por critérios técnicos, incorporam valores ao capitalismo que fortalecem a acumulação do capital.

Esses autores argumentam sobre a especificidade atribuída aos artefatos tecnológicos que parecem neutros, mas que na realidade encobrem as relações sociais historicamente determinadas e obscurecem o conteúdo de classe das escolhas tecnológicas. Para isso, analisam o conceito de *fetiche da tecnologia,* da teoria crítica de Andrew Feenberg, o qual mostra que a tecnologia que é apresentada como politicamente neutra, eterna, a-histórica e sujeita a valores estritamente técnicos é na verdade imbricada pela luta de classes como

uma construção histórico-social.

Embasado em Feenberg, os autores citados acima expõem as teorias que geralmente apresentam uma perspectiva mecânica e linear do processo tecnológico: a) visão determinista, postula que todas as civilizações alcançariam padrões tecnológicos sempre mais avançados b) correntes histórico-iluministas, difundem a ideia de que a ciência e a tecnologia são únicas e universais, avançando sobre um caminho linear, conduzindo a humanidade ao bem-estar e progresso econômico c) visão instrumental, apresenta o objeto tecnológico como sendo neutro, diferenciando-se pelo uso que se faz.

Na contramão dessas teorias, Novaes e Dagnino (2004, p.93), defendem que a tecnologia justamente por envolver questões políticas, é um importante veículo para dominação cultural, controle social e concentração do poder industrial, de modo que a racionalidade técnica se constitui também na racionalidade política em que os valores sociais específicos e os interesses da classe dominante se apresentam no desenho das máquinas e nos processos organizacionais, bem como na união entre a racionalidade técnica e a ideologia visando controlar os seres humanos de acordo com aqueles interesses.

Segundo Peternella (2016, p. 135) não há nenhuma novidade na capacidade do capital em se apropriar dos avanços da ciência e do conhecimento, contudo, as forças produtivas e as relações sociais não passam de meios para a extração da mais-valia dos trabalhadores. Mas, longe de proporcionar algum benefício ao trabalhador, o desenvolvimento da tecnologia possibilitou ao capital expandir-se para áreas até então não exploradas, acentuando a exploração e a competição intercapitalista.

Como esclarece a autora em questão, nesse contexto em que os novos métodos de trabalho são caracterizados pela automação, ao contrário do discurso, as capacidades intelectuais são pouco utilizadas, sendo necessário articular novos modos capazes de produzir o consenso sobre a organização produtiva flexível.

Continuando a análise, Peternella (2016), chama atenção para as reformas educacionais cujo objetivo centrava-se na formação desse consenso. Para autora, o suposto compromisso firmado por diversos países por ocasião da Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990, na Tailândia, objetivava o recrutamento de mão-de-obra para o trabalho produtivo industrial no contexto da reestruturação produtiva, a qual exige a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, como especificado na *Declaração Mundial de Educação para Todos*: leitura e escrita, expressão oral, cálculo e solução de problemas. Significa também, instruir os indivíduos a lidar com o mundo das tecnologias informacionais. Essas informações são disponibilizadas em meios diversos, o que exige dos indivíduos aprender a lidar com elas, além de acessá-las constantemente e, portanto, "**aprender a aprender**" ao longo da vida, para que esta possa ser melhorada (PETERNELLA, 2016, p.140, 141, grifo nosso).

Para além, as mudanças tecnológicas, distante de significar a valorização da qualificação humana, defendida nas teses da existência de uma sociedade do conhecimento, proporcionam ao capital a obtenção de mão-de-obra com habilidades básicas já que quanto mais sofisticada a tecnologia, mas simples é a forma de manuseá-la. Nesses termos, é uma ilusão pensar que o desenvolvimento tecnológico produziu uma "sociedade do conhecimento" e que está disponível e transformando-se continuamente[5].

As transformações do novo regime de acumulação do capital necessitavam de legitimação e de uma nova forma de regulação social, de modo que, paralelamente, ocorreram mudanças nas instâncias política e ideológica, ocorrendo uma reestruturação política que implicou na mudança de concepção do Estado, com a retomada das ideias ultraliberais, repaginadas **sob a denominação de neoliberalismo** que, associada à reestruturação produtiva, de inspiração toyotista, possibilitou a formação de uma nova esfera psicofísica para a classe trabalhadora.

Nesse sentido, Batista (2011, p. 18) defende ser necessário tratar da ideologia não só no sentido *neoliberalizante*, mas também *toyotizante* uma vez que a compreensão do processo de recomposição produtiva foi acompanhado pela ofensiva do capital por meio da reestruturação ideológica e cultural, cujos processos reestruturativos ocasionaram impactos em todas as formas de sociabilidade, com consequências no mundo do trabalho e nas formas de viver, pensar, as quais passaram a ter como expressão a ideologia do pós-modernismo.

Sendo assim, o autor argumenta que os valores do individualismo, pressupostos fundantes do liberalismo, são retomados, adaptados e revigorados pelo neoliberalismo ao articular, por exemplo, formação profissional aos conceitos de empregabilidade e competência como valores individuais que seguem a prerrogativa do **aprender a aprender**. Ou seja, o neoliberalismo retoma de forma atomizada a ideia central do liberalismo de que os indivíduos devem buscar a satisfação das suas necessidades no mercado que se auto-regula, e que essa relação, individualista por natureza, é o pressuposto de toda a realização humana. Nesse contexto é que proliferam palavras carregadas dessa ideologia, como empregabilidade, competência e empreendedorismo.

A vitória da fatídica empreitada neoliberal destacou-se com a crise econômica da década de 1970 e a disseminação dos seus pressupostos na política e na economia: "de tal forma que a utopia teórica neoliberal funcionou como um sistema de justificação e de legitimação ideológica - teologia livre do mercado - para alcançar os fins desejados" (BATISTA, 2011, p. 48). O resultado disso foi a ofensiva contra todo o aparato jurídico que sistematizava as conquistas do trabalho e os avanços sociais obtidos.

Expoentes do neoliberalismo, o Presidente norte-americano R. Reagan e a primeira ministra britânica M. Teacher desempenharam um papel fundamental na consolidação

5. Ibidem, 2016, p. 142

neoliberal, ao defender as ideias que levaram os diversos países a desmantelar os sindicatos, desregulamentar diversos setores econômicos, privatizar empresas estatais e sucatear os serviços públicos. Assim, o Estado Neoliberal, segundo Batista (2011) constitui-se em uma estratégia do capital contra a crise de acumulação, visando defender as liberdades individuais mediante obrigações de caráter contratual, significando liberdade jurídica e formal defendida por meio da manipulação de conceitos, adaptados aos interesses ideológicos, políticos e culturais do capital. Desse modo, Peternella (2016, p. 148) defende que há uma relação orgânica entre o econômico e o político na sociedade capitalista e não uma separação abstrata, na qual os economistas burgueses insistem em centrar suas análises, tomando a aparência da realidade como essência.

Segundo Peternella (2016) nessa forma atual de ação do Estado, as regulações ou desregulamentações necessárias ao livre mercado são conduzidas por outras esferas de poder como as organizações multilaterais: Organização Mundial do Comércio - OMC - Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Essas instituições seguem diretrizes estabelecidas nos países centrais, sendo, portanto, entidades reguladoras que representam a visão dominante e os interesses do grande capital, configurando-se nas formuladoras dos direcionamentos postulados pelo poder dominante sobre, principalmente, os países do capitalismo periférico.

De acordo com a referida autora, sobretudo no que tange ao capital, as práticas de desregulamentação do Estado que visam a mundialização dos fluxos de mercadorias e capitais direcionam-se somente aos países dominados uma vez que os países centrais continuam a operar suas economias com base no protecionismo, evidenciando que o Estado não abandona seu caráter interventor na economia, "o que acontece é a transmutação do significado de sua função como interventor, já que o capital monopolista não pode funcionar sem sua atuação na economia (PETERNELLA, 2016, p. 151).

Para Peternella (2016), o documento "O Estado num mundo em transformação - Relatório sobre o desenvolvimento mundial", de 1997, de autoria do Banco Mundial, configura-se em um exemplo de mediação dos organismos internacionais no direcionamento da política econômica a ser seguida pelos países periféricos. Trata-se de um conjunto de orientações a serem seguidas pelos países em desenvolvimento visando a reforma do aparelho do Estado, o qual deve se tornar o catalisador e facilitador da acumulação do capital. Por outro lado, com intuito de atenuar as críticas realizadas por movimentos de resistência e construir novas bases de legitimação, a organização em questão desenvolve programas de combate ou alivio da pobreza com fornecimento aos pobres de serviços sociais básicos, necessários para acalmar os ânimos dos explorados e evitar possíveis contratempos no desenvolvimento das reformas, cujo objetivo é acelerar os mecanismos de acumulação do capital.

Nesse contexto de modificações econômicas, políticas e sociais destaca-se o

ideário pós-moderno. Segundo Peternella (2016, p.180), esse movimento toma vulto no contexto de crítica ao modelo de Estado de Bem-Estar Social, disseminado pelos ideólogos da economia burguesa, associado ao fracasso do chamado socialismo real, formando uma lógica de análise assentada na interpretação da realidade conforme as necessidades históricas do momento presente e tendo como característica a crítica a ciência, culpada pelas mazelas sociais e ambientais da humanidade que acabaram por implicar na ressignificação dos conceitos de "sociedade civil" e democracia perante o Estado interventor, considerado espaço de coerção.

De acordo com Moraes (1996), o conceito de pós-moderno ainda é bastante controverso já que se convencionou chamar pós-moderno uma grande abrangência de coisas e situações, desde questões estéticas e culturais, a filosóficas e político-sociais. Ele define-se melhor em contraposição as propostas da ilustração, geralmente associada ao mundo moderno.

Porém, sua ênfase recai sobre a natureza fragmentada do mundo e do conhecimento humano como impossibilidade de qualquer política emancipatória em perspectiva totalizante, já que os teóricos pós-modernos, segundo Moraes (1996), expressam suas reivindicações na linguagem da diferença e do particularismo, afirmam serem ilusórias as formas institucionalizadas de poder, sobretudo os macropoderes, celebrando os interesses singulares de grupos políticos, enfatizando a micropolítica, a identidade dos novos movimentos sociais e a multiplicidade de lutas fraturadas.

Na mesma linha de raciocínio, Peternella (2016), retrata que o pensamento da chamada "nova esquerda" defende o movimento pós-moderno tendo como pauta de luta, o reconhecimento das necessidades e das experiências pessoais, diante da complexidade do conceito de igualdade num mundo cercado por reivindicações segmentadas em diversas demandas. Donde o fortalecimento de reivindicações segmentadas por diversas bandeiras (gênero, raça, etnia, etc), não trata em nenhum momento das relações econômico-sociais concretas. Ao criticarem o materialismo histórico e dialético, negam as categorias classe social e totalidade, em virtude da defesa de uma "comunidade democrática que reconheça todo tipo de diferença e a incentive e celebre sem se tornarem relações de dominação e de opressão.[6]

Interessante observar como funciona o processo de inculcação ideológica em todos os aspectos da vida social, no caso, como o ideário pós-moderno surge visando superar, no âmbito das reivindicações, a luta de classe, fragmentando-a em várias bandeiras e, com isso, dificultando a união da classe trabalhadora em um contexto de maior possibilidade de articulação.

Observe que as investidas do modo de produção capitalista em superar a crise da década de 1970 foram acompanhadas de mudanças políticas, sociais e ideológicas

6. Ibidem, 2016, p. 183).

necessárias para justificar a intensificação da exploração da classe trabalhadora, visando inculcar ideários capazes de sustentar as novas formas de acumulação, como o surgimento do ideário neoliberal no campo da política e ação do Estado e o ideário pós-moderno no campo cultural, político e ideológico, com vistas a dissimular a realidade.

Diante dessas transformações, justificando e sendo justificadas por elas, surgem as teorias do trabalho imaterial, com destaque adiante para a ideologia da "Sociedade do Conhecimento", oriunda desse movimento, que visa justificar a intensificação da exploração de classe mediante a defesa do conhecimento como principal força produtiva, impulsionado pelas transformações tecnológicas, que supostamente teriam superado as concepções de trabalho e classes sociais no âmbito do modo de produção capitalista.

"ANTÍPODAS DAS ESPERANÇAS DE POLANYI"

> O trabalho humano é, mais do que nunca, uma mercadoria, a qual ainda por cima teve seu valor venal desvalorizado pelo "progresso técnico" e assistiu a capacidade de negociação de seus detentores diminuir cada vez mais diante das empresas ou dos indivíduos abastados, suscetíveis de comprar o seu uso (Chesnais, 1996)

As mudanças técnico-científicas produzidas pelo modo de produção capitalista longe de trazer benesses, fragmentou e tornou ainda mais heterogênea e diversificada a classe trabalhadora. O sistema de metabolismo, sob controle do capital, tornou o trabalho ainda mais precarizado, por meio das formas de subempregado, desempregado, intensificando os níveis de exploração para aqueles que trabalham (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 335).

Nesse sentido, de intensificação da exploração capitalista através de diversas formas, com variadas estratégias organizacionais e ideológicas que acabaram por acentuar de forma incomparável as desigualdades de classe é que podemos falar das "antípodas das esperanças de Polanyi".

O título deste tópico não é original. Remete-se a análise de François Chesnais no livro *A mundialização do capital*, publicado no Brasil em 1996. No item *A "Grande Transformação", cinqüenta anos depois,* Chesnais faz alusão a obra do filósofo e historiador de economia, Karl Polanyi que ao conceber a gênese do sistema econômico capitalista, tratava de desmitificar as ideias do liberalismo, principalmente o aspecto natural advindo da eternidade do mercado, fato contraposto diante da configuração do Estado "auto-regulador". Embora crítico do sistema capitalista, seu livro termina com uma grande esperança. No momento em que chegavam ao fim as grandes convulsões da Segunda Guerra Mundial, Polanyi acreditava poder anunciar, com base no Keynesianismo e no "new deal" [...], o começo de uma nova época (CHESNAIS, 1996, p.42), mediante a reapropriação e subordinação da economia pela sociedade, com a retomada do controle dos mecanismos

de mercado nos três níveis: trabalho humano, usos da terra e a moeda.

Cinquenta anos depois, analisa Chesnais (1996), estamos nos antípodas das esperanças de Polanyi cujo triunfo daquilo denominado por Marx como fetichismo da mercadoria torna-se incomensurável, maior do que visto em qualquer outro momento. O trabalho humano torna-se mais explorado como mercadoria, em virtude da desvalorização proporcionada pelo progresso técnico, da diminuição do poder de negociação do trabalhador, do enfraquecimento da legislação trabalhista e das ideologias neoliberais.

Segundo o referido autor, o uso da terra foi submetido as leis do mercado, objetivando maior produtividade em detrimento da satisfação das necessidades fundamentais dos seres humanos. Segue o mesmo nexo a situação da moeda, embora tenha ocorrido o desaparecimento da moeda-mercadoria, a substituição por uma "moeda-crédito, distante de apresentar uma mudança positiva para a sociedade, permitiu exercer, no campo financeiro, uma tirania sem precedência.

Diante da situação, pontua François Chesnais (1996), o balanço não é muito animador, mas é preciso descrever a situação como se apresenta, para compreendê-la e esboçar caminhos diferentes do que nos foram impostos. Nesses termos, sem pretensões de adentrar a obra do filósofo húngaro analisada pelo autor em questão, buscamos nesse tópico colocar em pauta os processos de precarização do trabalho, implantados no contexto de recomposição do capital. Isso se faz necessário para debatermos as teorias do trabalho imaterial - com foco no conceito de sociedade do conhecimento, as quais reiteram a proeminência deste como fonte de reprodução do capital num contexto em que o conhecimento é tido como a principal força produtiva em detrimento do trabalho fabril, manual e produtor de mais-valia. Essas teorias se mostram falaciosas, na medida que observamos a intensificação das formas de exploração da classe trabalhadora. Contrariamente as teses do trabalho imaterial, temos o aumento da produção da mais-valia, sendo pelo trabalho material ou imaterial. Para isso, faremos breves referências as análises de Chesnais (1996), Harvey (2012) e Antunes e Alves (2004).

Para o primeiro autor, os grupos industriais beneficiados pelo neoliberalismo e pela programação por microcomputadores, reorganizaram as suas modalidades de internacionalização, modificando também suas relações com a classe operária, principalmente no setor industrial. Nessa perspectiva, o aumento da produção no setor de manufaturas e de serviços deve-se a ação combinada de fatores tecnológicos e organizacionais, com ênfase no modelo americano e inglês nos quais a desregulamentação e a "flexibilização" dos contratos de trabalho ganharam espaço. A automatização, baseada nos microprocessadores, serviu para destruir as formas anteriores de relações contratuais, assim como as estratégias dos trabalhadores de resistir a exploração no local de trabalho. O sistema "toyotista" de terceirização e o *Just-in-time* são exemplos desses processos.

Ele chama atenção também para uma estratégia muito interessante referente ao

aperfeiçoamento de determinadas técnicas organizacionais. Os grandes grupos industriais, muitas vezes, antes de aplicar os procedimentos nos seus países, experimentam no exterior, principalmente nos países da periferia do sistema capitalista mundial. Paralelamente, as tecnologias associadas às modificações impostas à classe trabalhadora possibilitaram, principalmente, aos Estados Unidos e países da Europa, realizar investimentos em zonas de baixos salários e de reduzida proteção social, oriundas da liberalização do comércio exterior e dos movimentos de capitais que permitiram impor às classes operárias desses países periféricos a flexibilização e a redução dos salários. A tendência é para o alinhamento nas condições mais desfavoráveis aos assalariados (CHESNAIS, 1996, p.40).

Nesse âmbito, David Harvey (2012, p. 140, 141), alega que os poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitiram que os empregadores exerçam pressões mais agudas de controle sobre uma força de trabalho.

Para o referido autor, as mudanças continuam com a reestruturação do mercado de trabalho, resultante da volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro. Além disso, os patrões aproveitaram-se do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente para impor regimes de trabalho e contratos flexíveis. Todavia, chama atenção para a constituição de um fato mais agravante da precariedade do trabalho: a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Nesse sentido, Harvey (2012) desvela as novas configurações do trabalho no contexto da “acumulação flexível”. Para ele, ocorre a diminuição do número de empregados em tempo integral, os quais apresentam condição permanente e posição fundamental no futuro da organização e aumenta o número de trabalhadores do tipo parcial, empregados casuais, pessoas com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratados e “treinandos” com subsídios públicos, de modo que a mudança mais radical tem seguido a direção do aumento da subcontratação ou do trabalho temporário na medida em que a tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores integrais e empregar uma força de trabalho que entra facilmente e que é demitida sem custos.

Para o referido autor, os efeitos dessas formas de conformação do trabalho, quando se consideram a cobertura de seguro, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo.

Essa transformação da estrutura do mercado de trabalho implicou também em mudanças na organização industrial, com a retomada de pequenos negócios e a constituição de sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista que acabaram por impactar nas formas de organização da classe trabalhadora, a exemplo dos sindicatos. No sistema fabril, onde os trabalhadores permaneciam no mesmo espaço de trabalho, tornava-se mais simples aglutiná-los em torno de uma demanda comum. Desse

modo, “uma das grandes vantagens do uso dessas formas antigas de processo de trabalho é o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes[7], uma vez que a consciência de classes desloca-se da clássica relação entre trabalho e capital, transportando-se para o espaço das relações interfamiliares.

No sentido de também explicar as novas formas de conformação da classe trabalhadora, no atual contexto do modo de produção capitalista, Antunes e Alves (2004) indicam que a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e são despossuídos dos meios de produção.

Segundo os autores, essa classe vem passando por um processo multiforme de transformações pautadas: (i) na redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, e acentuação de formas mais desregulamentadas de trabalho (ii) no aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado - terceirizados, subcontratados, *part-time* (iii) no aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado (iv) na expansão dos assalariados médios no “setor de serviços”, que inicialmente incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial, como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização (v) na crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho (vi) exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital (vii) na expansão do trabalho no chamado “Terceiro Setor”, assumindo uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário (viii) na expansão do trabalho em domicílio, permitida pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas e (ix) na configuração do mundo do trabalho cada vez mais transnacional.

Para esses autores, essas mudanças na configuração da classe trabalhadora, permitem compreendê-la como um conjunto ampliado formado pelo proletariado industrial, que participa diretamente do processo de criação de mais-valia, os trabalhadores que não criam diretamente mais-valia, porém são utilizados como serviço, o proletariado rural das regiões agroindustriais, o proletariado precarizado e o proletariado moderno, fabril e de serviços *part-time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário e precarizado. A classe trabalhadora apresenta, portanto, uma conformação mais fragmentada, heterogênea e complexificada.

Essa mudança na composição da classe trabalhadora mediante a reestruturação

---

7. Ibidem, 2012, p. 145

produtiva recente pode ser entendida pela ampliação dos processos de *subsunção real* do trabalho ao capital. Afirma o caráter ontológico do processo de subsunção, expresso na medida em que a força de trabalho é incluída e transformada em capital, ou seja, o trabalho humano constitui o capital. Esse elemento subjetivo que constitui o processo de reprodução do capital necessita ser continuamente reiterado. Nesse contexto, segundo os autores, o que muda é a forma de implicação do *elemento subjetivo* na produção do capital, que, sob o taylorismo/fordismo, ainda era meramente formal e com o toyotismo tende a ser real, com o capital buscando capturar a subjetividade operária de modo integral (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 344.), ou melhor, nesse novo período, ocorre a intensificação da subsunção real do trabalho com a subordinação das ações psicológicas e físicas do homem ao capital.

Diante da natureza precária da classe trabalhadora com acentuação da exploração capitalista por meio de mecanismos e estratégias de integração do trabalhador ao processo de reprodução do capital, em virtude da ampliação da mais-valia relativa, o capitalismo contemporâneo tem se caracterizado pelo aumento das desigualdades de classe.

Esse quadro declina não somente as "esperanças de Polanyi", como também as teorias que defendem a superação da contradição capital/trabalho. Nesse sentido, buscamos no capítulo seguinte, compor as transformações decorrentes no mundo do trabalho até chegar a sua configuração no modo de produção capitalista e a sua pretensa superação, visando desvelar as formas ideológicas dominantes que se manifestam na vida social, especificamente a partir da segunda metade do século XX.

TRABALHO E CONHECIMENTO NO CAPITALISMO

A partir das décadas de 1960/70 com a crise econômica que colocou em colapso o modelo de organização da produção capitalista baseada no Taylorismo/fordismo e a consequente reestruturação produtiva que instituiu o padrão de produção nos moldes da "acumulação flexível", emergiram diversas teorias cujo objetivo central é justificar as novas formas de exploração do trabalhador pelo capital e, sobretudo, superar a teoria marxista, haja vista seu caráter de transformação da realidade. Neste sentido, pode-se vislumbrar o surgimento das denominadas Teorias do trabalho imaterial, a exemplo da postulada por André Gorz, assentada em uma nova forma de sociabilidade do capital, baseada no desenvolvimento de uma "economia do conhecimento" ou de um "capitalismo cognitivo" que eleva as capacidades dos indivíduos por meio do conhecimento como a principal força produtiva.

Na contramão dessa ideologia que postula a existência de uma sociedade que superou a exploração da força de trabalho humana, analisaremos as transformações decorrentes no trabalho até chegar a sua configuração no modo de produção capitalista e a sua pretensa superação, visando desvelar as formas ideológicas dominantes que se manifestam na vida social, especificamente no âmbito de uma política pública educacional.

TRABALHO E CONHECIMENTO COMO PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS EM MARX

"*Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana*". Nessa afirmação presente n'*O Capital*, podemos vislumbrar a importância do trabalho na teoria marxiana, primeiro por ser um elemento único que singulariza, diferencia o homem das demais espécies. Para além, por ser a base da existência do ser humano não somente no sentido fisiológico de satisfação das necessidades primeiras, mas por se constituir o elemento fundante da sociabilidade humana.

O trabalho é um processo que designa a relação do homem com a natureza. Por meio dele "põe em movimento as forças naturais do seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana" (MARX, 2003, p. 211). Pressupõe uma ação do homem sobre um objeto, o qual é modificado, resultando em um produto, "um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma", ou seja, no percurso, o sujeito modifica a natureza externa e a sua própria natureza na medida em que desenvolve as suas potencialidades.

É a atividade principal dos homens, aquilo que os distinguem dos animais, como afirmam Marx e Engels n'*A ideologia alemã.* "Eles (os homens) começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de subsistência (*lebensmittel),* passo esse que é requerido pela sua organização corpórea" (MARX, ENGELS, 2009, p.

24). Além disso, o processo de trabalho ultrapassa os limites da produção como atividade desprovida de intencionalidade, instintiva. Ele diferencia-se também por ser consciente, nas palavras de Marx (2003, p. 211, 212):

> Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera, ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais.

O fragmento d'*O Capital* é completo por apresentar os elementos constituintes da teoria social fundada na perspectiva materialista da história dos homens. Como afirma Ivo Tonet na Introdução d' *A Ideologia alemã* (2009), o trabalho, e não as idéias, aparece como o fundamento da vida social e todo processo histórico se desenvolve a partir disso.

Basta observarmos o trecho do fragmento acima em que Marx afirma: "o homem não transforma apenas o material sobre o qual opera, mas imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mente, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade" para compreendermos a concepção materialista da história, bem como a importância da consciência, uma consciência determinada pela base material. Na observação de Tonet (2009), para Marx, esse ponto de partida não é uma escolha arbitrária. É uma exigência do processo real, na medida em que para viver os homens precisam, antes de tudo, comer, beber, ter habitação, vestir-se. Neste sentido, n'*A Ideologia alemã* (2009, p. 40, 41), Marx e Engels consideram como o primeiro ato histórico, a produção dos meios para a satisfação das necessidades humanas, a produção da vida material, realizada dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos.

É a partir dessa relação entre homem e natureza que surgem as idéias, os valores e as instituições de cada sociedade. Compreender a história, como nos afirma Tonet (2009) é, pois, apreender, em cada momento, a articulação que existe entre as relações materiais de produção e as relações sociais que vão se configurando entre os homens. Percebe-se ainda, no fragmento acima, que o trabalho como satisfação das necessidades humanas é baseado na totalidade em que o produtor consegue vislumbrar todo o processo de produção dos bens necessários a existência.

Nesse processo de trabalho, responsável pela satisfação das necessidades humanas, o homem modifica a natureza e modifica a si mesmo, implicando em uma

atividade intelectual e individual mediante a ação do sujeito ao mesmo tempo em que abrange as relações sociais. Conforme análise de Cotrim (2015), o trabalho refere-se tanto ao domínio da natureza quanto ao indivíduo, sendo o processo de individualização fundamental na medida em enseja a subjetividade do indivíduo, a auto-produção do homem e a produção de um mundo humano. Trata-se nos dizeres de Saviani (2007) da produção do homem, a qual se constitui, ao mesmo tempo, na formação do homem, isto é, num processo educativo.

Para Cotrim (2009), a determinação geral da produção segundo a qual o homem transforma a natureza moldando o objeto natural, adequando-o as necessidades humanas, representa não somente a transformação objetiva, o produto do trabalho objetivado, mas também subjetiva na medida em que molda a natureza humana, historicamente determinada. Isso porque a produção ocorre por intermédio da acumulação do trabalho passado, em que cada geração de indivíduos sociais encontra uma natureza cujos resultados da produção anterior foram incorporados e, por conseguinte, o produto pregresso é o fundamento da nova produção, definindo o caráter histórico da produção humana já que o desenvolvimento produtivo é resultante do acúmulo do trabalho passado, incorporado aos meios objetivos e subjetivos de produção, resultando no mundo social com a apropriação dos resultados anteriores do trabalho.

Na análise da categoria trabalho em Marx, Cotrim (2009) levanta considerações interessantes referentes ao caráter produtivo do trabalho. Para ela, em Marx, todo trabalho é produtivo. Vejamos! Para Cotrim, ainda que tenha como propósito central examinar o trabalho produtivo no âmbito do modo de produção capitalista, Marx não deixa de definir o trabalho produtivo em *geral*.

Interessa esclarecer a diferença, fazendo do trabalho produtivo sob o modo de acumulação capitalista, um caso específico socialmente, distinto do trabalho produtivo em *geral* que independe das determinações histórico-sociais, tomando por ponto de partida a análise do processo de trabalho que fundamenta todas as formas de sociabilidade e está voltado a um determinado fim, ou seja, no término do processo de trabalho, aparece um resultado, antes já idealizado. Segundo a leitura da autora citada, assim como o processo de trabalho refere-se ao aspecto ativo do trabalho, a expressão trabalho produtivo em sua dimensão *geral* é empregada quando a ênfase recai sobre o produto do trabalho, como observado na passagem d'*O Capital* (2003, p.215): "observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo".

Neste sentido, Cotrim (2009, p. 10), pondera que o termo produtivo tem a função de expor um "predicado inalienável do trabalho em *geral*, ou seja, do processo de trabalho em sua dimensão comum a todas as formas de sociabilidade, que consiste na necessidade de resultar em um produto ou objetivar-se de alguma forma." Ou seja, o termo em sua

acepção ampla, apreende mais uma característica desta atividade eminentemente humana, na medida em que todo trabalho precisa exteriorizar-se, concebendo um produto, sendo produtivo, na acepção de modificar, produzir algo.

É condição de sociabilidade, de transformação da base material e das relações sociais, na medida em que diante da primeira necessidade satisfeita, do instrumento adquirido, surgem novas necessidades, novas formas de produção e novas relações no processo de renovação da própria vida do homem e de (re) produção de novas sociabilidades, resultando em um determinado modo de cooperação. Para Marx e Engels (2009, p. 43) a conexão materialista dos homens entre si, requerida pelas necessidades é tão velha como os próprios indivíduos, conferindo uma unidade à história dos homens.

Os componentes do processo de trabalho, descritos n'*O Capital* (2003, p.212) são: "1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o *objeto de trabalho*; 3) os *meios de trabalho*, o instrumental de trabalho".

Os *objetos de trabalho* são as coisas que o trabalho separa de sua conexão com seu meio natural (exemplo: os peixes que se pesca, sendo retirados do seu ambiente). Quando experimenta alguma modificação pelo trabalho, transforma-se em matéria-prima. Já os *meios de trabalho* são coisas ou complexos de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e serve para realizar sua atividade sobre o objeto. Marx (*O Capital,* volume I, p. 213) exemplifica como meio de trabalho, o braço humano quando este serve para alcançar uma fruta, além dos instrumentos encontrados na terra como a pedra e a própria terra. Os *meios de trabalho* são substituídos considerando o grau de desenvolvimento do processo de trabalho e distinguem as diferentes épocas econômicas, servindo também para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho, definindo as condições sociais em que o trabalho se realiza.

Ressaltamos que esse processo opera uma transformação, uma mudança no objeto sobre o qual se atua por meio do instrumental de trabalho. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza, adaptado pela alteração da forma. "O trabalho está incorporado ao objeto sobre o qual atuou" (MARX, 2003, p. 214). O meio e o objeto de trabalho são considerados os *meios de produção*.

O trabalho referido até aqui faz referência ao trabalho que produz valores de uso determinados, é atividade essencial do homem, necessária a produção e reprodução da existência humana, "condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza [...] comum a todas as suas formas sociais. Não foi, por isso, necessário tratar do trabalhador em relação com outros trabalhadores. Bastaram o homem e o seu trabalho" (MARX, 2003, p. 218), ou seja, tratamos até aqui do trabalho como atividade inerente ao ser humano, como resultante da sua ação sobre a natureza visando a satisfação das suas necessidades, ou melhor, tratamos do trabalho como fundamento histórico-ontológico, como dissera Saviani (2007). Histórico porque é um processo desenvolvido ao longo do

tempo pelos próprios homens e ontológico porque o produto dessa ação, o resultado desse processo, é o próprio ser dos homens.

Na tese *A qualificação para o trabalho em Marx* (2005), Sandra Teresinha da Silva, ao extrair o conceito de qualificação de Marx, levanta a importante questão da relação entre qualificação e conhecimento, partindo da mediação entre trabalho e conhecimento como meio de reciprocidade.

Partindo da obra de Marx, a referida autora entende que no processo criativo, que vai da necessidade à ação, à produção, os seres humanos produzem conhecimento. Portanto, existe identidade entre o desenvolvimento do ser humano e a produção do conhecimento, uma vez que no processo de produção da sua existência, os homens superam sua "condição biológica, testam seus limites, aprendem sobre si, sobre os outros e sobre a natureza; enfim, produzem conhecimento e se educam. [...] O trabalho é assim, na teoria marxista, a categoria que constitui o fundamento do processo de elaboração de conhecimento." (SILVA, 2005, p. 13).

O conhecimento está articulado ao processo de apreensão da realidade e ambos acompanham o movimento do trabalho, o qual assumiu formas particulares no decorrer da história, em virtude do desenvolvimento dos instrumentos de trabalho e da divisão das atividades produtivas. Nesses termos, para compreendermos a teoria do conhecimento em Marx é necessário desvelarmos a concepção materialista da história, na qual "o mundo material existe independentemente da intervenção humana, mas o conhecimento desse mundo é possível somente enquanto apreensão que dele fazem os seres humanos" (SILVA, 2005, p. 12).

De acordo com a análise da referida autora o conhecimento, nessa perspectiva, se faz a custo de muitas tentativas, por um processo de acertos e erros, na medida em que os seres humanos buscam entender a realidade com suas contradições, para nela intervir, ou seja, o conhecimento acontece no desenvolvimento prático dos homens, integrando o processo de produção dos meios necessários à sua subsistência.

O processo de conhecimento, em Marx, transcorre por duas etapas. Segundo Germer (2017), a primeira consiste na realização do trabalho por meio da ação material (ou física) do ser humano sobre a realidade, ou melhor, sobre a sociedade e a natureza. A segunda consiste na ação intelectual sobre a realidade modificada, que é o processo de elaboração mental do conhecimento com base no concreto sensorial. Essas duas etapas constituem a prática. Nesses termos, o processo de elaboração do conhecimento em Marx, perpassa por compreender o método dialético e, sobretudo, a filosofia da práxis.

No Método da Economia Política, Marx tece uma crítica ao método da economia clássica, além de expor o procedimento que considera correto:

> Parece correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, partir da população, que constitui a base e o sujeito do ato social da população no seu conjunto. Contudo, a um exame mais atento, tal revela-se falso. A população é uma abstração, quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. [...] Por conseguinte, se começássemos simplesmente pela população, teríamos uma visão caótica do conjunto. Por uma análise cada vez mais precisa chegaríamos a representações cada vez mais simples; do concreto inicialmente representado passaríamos a abstrações progressivamente mais sutis até alcançarmos as determinações mais simples. Aqui chegados, teríamos que empreender a viagem de regresso até encontrarmos de novo a população – desta vez não teríamos uma ideia caótica do todo, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações (Marx, 1857)

No fragmento acima, Marx postula que a economia clássica parte do concreto ao abstrato. Parte da população e chega aos elementos gerais, construindo dedutivamente seu sistema econômico. Todavia, como explica Corazza (1996), é necessário superar o conhecimento abstrato das partes como conhecimento dedutivo da realidade. A população é apenas uma abstração, um conceito vazio, no qual se omitem as classes que a configuram e os elementos que os apoiam (trabalho assalariado, capital).

Nesse sentido, o método proposto por Marx consiste em partir das abstrações do pensamento das partes ao todo. “O conhecimento consiste no concreto, isto é, na apreensão do objeto analisado como o conjunto dos seus componentes interrelacionados de modo definido” (GERMER, 2017).

Para Germer (2017), o conceito de concreto, na exposição de Marx, abrange duas distinções fundamentais. A primeira reside na distinção entre o *concreto real*, entendido como ponto de partida, e o *concreto pensado*, compreendido como resultado do processo de conhecimento, o qual constitui no conceito de *concreto* no sentido de que a realidade está compreendida ou interpretada pelo pensamento como totalidade.

A segunda distinção refere-se a concepção materialista de Marx e alude ao *concreto* como ponto de partida. O *concreto* quando representa a realidade material, existente independentemente do pensamento, é entendido como *concreto real,* o qual designa o mundo material ou empírico real que constitui o ponto de partida do pensamento. Todavia, o *concreto* no processo de elaboração do pensamento, existe como representação, expressão da percepção imediata da realidade de forma caótica como *concreto sensorial*, formado pela representação, mediada pelos sentidos do mundo material na mente.

Em Marx, o real é o mundo material e as ideias são a representação desse mundo empírico no pensamento. O *concreto* como categoria do pensamento constitui a maneira que o pensamento reproduz o real como ele é, sendo legítimo utilizar as expressões *concreto real* e *concreto pensado,* este último como sendo a teoria, resultado do pensamento,

através de um processo de síntese, agregação, em que as diversas partes são combinadas em uma totalidade.

Nessa esteira, Germer (2017) alega que o processo de elaboração do conhecimento consiste, em primeiro lugar, na elaboração das abstrações ou conceitos, a partir do *concreto sensorial* e em segundo na reconstrução do real a partir de abstrações elementares, partindo do abstrato para o concreto propriamente, ou seja, o concreto pensado.

A etapa mental, abstraída por meio do concreto sensorial, é uma representação do real que se inicia com a sensação e termina com o conhecimento como um processo de repetição que integra o processo de intercâmbio do ser humano com a natureza, por meio do trabalho, da ação material e intelectual sobre a realidade com base no concreto sensorial, compondo a prática.

Deste modo, do *concreto pensado* decorre o *concreto real,* indica que o conhecimento reage continuamente sobre a prática material, realimentando-a e sendo aperfeiçoado. Ademais, demonstra a relação entre teoria e prática de forma indissociável, como eixo fundamental do processo de conhecimento, uma vez que não se faz atividade prática sem conhecimento daquilo que se pretende ou se elabora conhecimento sem prática.

A princípio teoria e prática são atividades indissociáveis decorrentes da relação do homem com a natureza no processo de trabalho e, por conseguinte envolvem o processo de conhecimento.

Os homens sentem fome, sentem sede, precisam abrigar-se das intempéries, ou seja, precisam agir para garantir sua sobrevivência. Diante dessa premissa elementar, realizam o processo de produção visando a satisfação das suas necessidades. Disso decorre, não somente sua sobrevivência, a exemplo de um animal, que também precisa alimentar-se, saciar sua sede, mas um ser consciente, que diante das condições objetivas, produz, realiza trabalho, modificando a si mesmo e a natureza.

Nesse sentido, os homens agem sobre a natureza, implicando em uma atividade prática. Todavia, não resulta de uma prática sem reflexão, pois a ação de transformar algo por meio do trabalho implica uma intenção, o reflexo das condições materiais no pensamento e o desafio da satisfação das necessidades humanas. Com isso, Marx centraliza a atividade prática dos homens de forma orientada e com vista a modificar o mundo, transformando sua filosofia em uma filosofia da práxis.

Nas Teses sobre Feuerbach, Marx (1999) situa a importância da práxis na vida dos homens, ao argumentar que o problema do materialismo anterior foi desconsiderar a realidade como atividade prática, não conceber a atividade humana como objetiva. Nesse sentido ele tece a seguinte crítica a obra de Feuerbach: “em a *Essência do Cristianismo*, só considera como autenticamente humana a atividade teórica, enquanto a prática somente

é concebida e fixada em sua manifestação judia grosseira. Portanto, não compreende a importância da atuação "revolucionária", prático-crítica." (MARX, 1999, p. 4).

Nessa relação prático-crítica dos homens reside a finalidade do conhecimento, uma vez que resulta da interação dos seres humanos com a realidade por meio da atividade prática, onde o homem demonstra "a verdade, isto é, a realidade, e a força, o caráter terreno do seu pensamento". Nos dizeres de Vázquez (2007, p.225) a atividade prática é real, objetiva ou material na medida em que transforma o mundo exterior, o qual é independente de sua consciência e existência. Ela visa satisfazer determinada necessidade humana, suscitando uma nova realidade, independente dos sujeitos que a criaram de forma subjetiva, mas que, só existe pelo homem e para o homem como ser social. É, portanto, uma atividade material consciente e objetivada.

Para Vázquez (2007, p. 225) atividade da consciência em si tem um caráter que podemos denominar teórico, o qual não pode conduzir por si só, como mera atividade da consciência a uma transformação da realidade. Nesse contexto, emerge a prática como atividade adequada a um fim e cujo cumprimento necessita de atividade cognoscitiva, evidenciando a unidade entre teoria e prática.

No processo de trabalho, como atividade humana inerente, não há separação entre teoria e prática, como afirma Silva (2005, p. 38), todo plano de trabalho (teoria) tem de ser aplicado (prática), tornar-se material para adquirir existência. Do outro lado, todo trabalho precisa ser guiado, ter um projeto que lhe dá direção.

O conhecimento decorrente desse processo é realizado mediante articulação do pensamento e ação, onde as práticas material e mental são realizadas pelos mesmos indivíduos. Contudo, à medida que são demandadas novas necessidades, surge a divisão do trabalho, organizando-se, aos poucos, a divisão entre trabalho material e mental, implicando na cisão entre a produção material e intelectual que passam a ser realizadas por pessoas diferentes.

No tópico seguinte, começaremos a explicitar como o trabalho torna-se alheio as necessidades humanas. Trata-se do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção no período pré-capitalista.

O PROCESSO HISTÓRICO DE TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO: O PAPEL DO CONHECIMENTO NA ATIVIDADE SOCIAL

Comecemos por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana para Marx, qual seja: "os homens têm de estar em condições de viver para poderem fazer história". Trata-se, pois, da produção dos meios para a satisfação das necessidades, a produção da vida material, condição fundamental da história, a realização do trabalho. Disso decorre a produção de novas necessidades, a qual cria novas relações sociais.

No manuscrito A Ideologia Alemã, Marx e Engels, alegam que no processo de reprodução da própria vida os homens entram em contato com outros homens, formam família que a princípio é a única relação social, a qual é superada posteriormente, quando do aumento de novas necessidades, criando novas relações sociais, as quais aumentam continuamente diante das novas incorporações sociais.

Desse processo de produção da vida emerge uma dupla relação, a primeira como relação natural; a segunda como relação social na medida em que se estende a cooperação entre os homens, resultando que todo modo de produção está sempre ligado a uma forma de cooperação, ou fase social que constitui uma "força produtiva", determinante da situação da sociedade.

Das precisões materiais e do intercâmbio social surge outra característica ímpar dos homens, a consciência. Para Marx e Engels (2009, p. 44), a consciência surge da necessidade orgânica da interação com outros homens, constituindo-se em um produto social, como consciência da conexão limitada com outras pessoas e com coisas externas ao indivíduo. Assim, o homem passa a requerer "a consciência da necessidade [*notwendigkeit*] de entrar em ligação com os indivíduos a sua volta, é o começo da consciência do homem de que vive de fato numa sociedade".

Esse começo da consciência humana reflete a vida social dessa fase, desenvolvida, paulatinamente, mediante o aumento da produtividade, da multiplicação das necessidades e do aumento da população, resultando na divisão do trabalho baseada no sexo e idade.

No primeiro momento, a divisão do trabalho representa a forma como os homens se encontram na sociedade natural, existindo a cisão entre o interesse particular e o comum em que a atividade não é dividida voluntariamente, mas de maneira natural. Posteriormente o trabalho começa a ser distribuído e cada homem passa a ocupar-se de uma atividade determinada, imposta e da qual não pode sair, tornando-se, assim, caçador, pescador ou pastor.

Essa fixação da atividade social escapa ao controle do indivíduo, formando uma força de produção multiplicada pela cooperação de pessoas diferentes, requerida na divisão do trabalho, resultando numa força *alienada*, que existe fora da natureza do homem por separá-lo do seu próprio produto.

Ainda n'A Ideologia Alemã, os autores relacionam as diferentes fases do desenvolvimento da divisão do trabalho a diferentes formas de propriedade. Desse modo, cada fase da divisão do trabalho determina as relações dos indivíduos entre si no meio material, com os instrumentos e o produto do trabalho.

Assim, na primeira forma de propriedade os homens tinham a posse dos seus instrumentos de trabalho, suas necessidades encontravam-se em torno da caça, da pesca, da criação de gado e eventualmente da agricultura. A propriedade dos meios de produção,

ou seja, a terra era comum e a divisão do trabalho, embora incipiente, existia a partir do prolongamento da divisão natural do trabalho na família, por sexo e idade.

Essa divisão do trabalho foi sendo modificada na medida em que os interesses comuns foram entregues a indivíduos com capacidades para desempenhá-las, permitindo a incorporação do trabalho alheio e a necessidade da troca. À proporção que os produtos foram sendo elaborados para a troca, o sistema primitivo de uso comum da terra foi entrando em decadência, dividindo o meio de produção entre múltiplos proprietários, onde cada família permanecia produzindo em sua propriedade, implicando ao longo do tempo no aumento da produção.

Isso levou ao estabelecimento de novas relações sociais e a incorporação dos sobreviventes de guerras tribais na produção, como trabalhadores escravos, os quais passavam por herança aos descendentes assim como o instrumental de trabalho. Desse modo, desenvolveu-se gradativamente a propriedade privada móvel e mais adiante, a imóvel, ocorrendo a ruptura da propriedade comunal e o estabelecimento da propriedade privada.

Para Marx e Engels, com isso, *desenvolvem-se as mesmas relações encontradas na propriedade privada moderna, só que nessa em maior escala*. Essa primeira forma de propriedade privada dá origem a divisão dos indivíduos em classes, uma vez que a posse privada relacionada à produção de excedente proporcionou a certos indivíduos sobreviverem sem trabalhar, vivendo do trabalho alheio. Assim, formou-se a primeira classe, a dos escravos que além de continuar produzindo para sua sobrevivência passaram a ter a responsabilidade de produzir para outros, nesse caso, a classe proprietária.

Ademais, com esse tipo de propriedade surge a divisão do trabalho manual e intelectual dado que cada classe passou a ocupar uma função na sociedade. O trabalho manual torna-se indigno, destinado a classe dos produtores, enquanto que a classe proprietária ocupava-se com atividades voltadas a formação intelectual.

Ao tratar do conceito de qualificação, Silva (2005), chama atenção para o peso ideológico nessa diferenciação do trabalho em atividades nobres e indignas ao passo que são decorrentes das relações sociais de produção, evidenciando-se que nesse momento estão postos não somente as relações econômicas para a divisão dos indivíduos em classes sociais, como também os elementos da superestrutura que participavam da adequação dos indivíduos à classe social a qual pertenciam.

Pensando a qualificação, a autora, expõe que cada classe se desenvolvia num processo específico. Os produtores diretos continuavam com seu aprendizado direto no trabalho, pela observação dos mais experientes, num processo que envolvia a atividade manual e intelectual, desenvolvendo sua qualificação técnica. Os proprietários, por sua vez, não necessitavam desenvolver habilidades manuais, mas não podiam dispensar a

qualificação técnica intelectual.

Para Marx e Engels (2009, p. 45), é nessa situação que a divisão do trabalho se torna realmente divisão, a partir do momento em que aparece a divisão do trabalho material e mental. Nesse momento, a consciência pode representar ser algo diferente da consciência da realidade existente, insinuando alguma coisa sem expressar nada de real, sendo possível emancipar-se do mundo material e passar a formação da teoria pura.

Com isso, os autores colocam em evidência as implicações das relações de produção na formação de uma consciência teórica separada/dissociada e que se pretendia superior a consciência prática. Disso decorre a influência que exerceu o idealismo na concepção de mundo dos homens, na formulação de teorias, "possibilitando, então, a criação de teorias fantasiosas, cuja única relação que mantém com a realidade é a necessidade de justificá-la, com o sentido de sustentá-la tal qual se apresenta" (SILVA, 2005, p. 51).

Embora a propriedade privada estabelecida, ocasionando a separação dos indivíduos segundo as classes dos trabalhadores e dos proprietários, com a existência da divisão do trabalho, cabe ressaltar que o trabalho ainda se encontrava desenvolvido na sua totalidade, ou seja, os indivíduos o realizavam em todas as etapas.

Para Marx (2003, p. 406) a divisão do trabalho é classificada como: (i) divisão do trabalho em geral - trabalho dividido de acordo com atividades, existindo agricultores, comerciantes, etc (ii) divisão do trabalho especial que se constitui na divisão de cada ramo do trabalho em espécies e (iii) divisão do trabalho individualizada que se estabelece no interior de cada ofício, denominada divisão manufatureira.

Como já explicamos, inicialmente surge a divisão natural do trabalho por sexo e idade, meramente fisiológica. Segundo Marx (2003, p. 406) essa divisão amplia seus elementos com a expansão da comunidade, com o crescimento da população e com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma a outra. Nesse contexto, existiam diferentes comunidades cada qual com diferentes meios de subsistência em seu ambiente natural, apresentando diferentes modos de produção, modo de vida e produtos.

Dessa diferença natural decorre a troca recíproca de produtos. Essa troca não cria diferenças entre os ramos da produção, mas estabelece relações entre os ramos diferentes, tornando-os interdependentes. Para Marx (2003, p. 407), "a divisão social do trabalho surge aí através da troca de ramos de produção que são originalmente diversos e independentes entre si". Continuamente, dos ramos surgiram os ofícios, em que o trabalho era executado pelo artesão.

Na sociedade feudal, ocorre a necessidade de proteção do trabalho aprendido e a organização se deu com a união dos trabalhadores de cada um dos ofícios em corporações. A fuga dos servos para as cidades em nada resultou na modificação desse sistema, posto que esses trabalhadores que chegavam não podiam adentrar nas corporações ao ponto

de lhe causar algum impacto. Isso porque ainda que os trabalhadores oriundos do campo fossem absorvidos pelas corporações, os mestres os submetiam a si e os organizavam segundo o seu interesse.

A estrutura econômica estava instituída de maneira que os oficiais e aprendizes encontravam-se organizados, em cada ofício, da maneira que melhor correspondia aos interesses dos mestres. A divisão do trabalho entre as diversas corporações não era realizada entre os diversos trabalhadores. “Cada trabalhador tinha de ser versado num ciclo inteiro de trabalho, tinha de saber fazer tudo o que se podia fazer com as suas ferramentas [...] aquele que queria ser mestre tinha de dominar completamente o seu ofício” (MARX, 2003, p 78). Desse modo, o trabalhador medieval conservava o interesse em desenvolver amplamente seu trabalho e estava muito mais subsumido a ele do que o trabalhador moderno, a quem seu trabalho é indiferente.

A divisão do trabalho entre as diferentes cidades, rompendo com a divisão entre cidade e campo do período feudal, conduz ao nascimento da manufatura nos ramos de produção que haviam ultrapassado o sistema corporativo. A tecelagem, antes exercida no campo pelos camponeses de forma secundária, foi a primeira atividade, e permaneceu a principal manufatura em virtude do maior intercâmbio comercial, proporcionado pela divisão territorial do trabalho entre as cidades e pelo aumento da população, que exigia uma demanda maior de tecidos para vestuário. Nesse tipo de atividade o artesão não dependia de outros para realizar seu trabalho, além de possuir suas ferramentas e a matéria-prima, ou seja, era responsável pela sua produção que era comercializada no mercado local.

Segundo a interpretação de Silva (2005) em virtude das condições precárias, pela qual muitas vezes passava o artesão, sujeito a todo tipo de sorte, este se obrigava a pedir empréstimos aos comerciantes, usando como penhor os instrumentos de trabalho. Com isso, seu instrumento passava as mãos dos mercadores, forçando, gradativamente, o artesão a vender sua força de trabalho para sobreviver.

Ao longo do tempo, essas relações foram intensificadas. Os trabalhadores, agora despojados dos seus instrumentos de trabalho, passaram a ser aglutinados num mesmo espaço para realizar a produção e assim receber um salário. Paralelamente, os comerciantes acumularam capital, investidos na própria produção, deslocando o processo produtivo da agricultura para indústria.

Todavia, a referida autora ressalta que o fato do trabalhador desempenhar sua atividade deslocada dos seus instrumentos de trabalho, agora nas mãos de um único proprietário, não muda o processo de trabalho. Produzir para si ou para o capitalista não altera sua produção, tendo o capitalista, inicialmente, de se contentar, com a característica da força de trabalho que adquiria.

Essa relação foi gradualmente sendo modificada à proporção que o trabalhador vai

se adequando aos desejos do proprietário e o processo de trabalho passa a ser exercido sobre o controle desse, constituindo as bases da exploração tipicamente capitalista, como veremos no tópico a seguir.

PRODUÇÃO CAPITALISTA E O TRABALHO PRODUTOR DE VALOR DE TROCA

No modo de produção capitalista o trabalho ganha uma nova acepção, como trabalho produtivo, socialmente determinado, que somente existe nessa forma de sociabilidade e tem como principal fundamento a produção de mais-valia. A premissa elementar para se compreender o trabalho produtivo como gerador de mais-valia, é a configuração da força de trabalho em mercadoria. Ao adquirir a força de trabalho no mercado, o possuidor do dinheiro, como define Marx (2003, p. 197), coloca - a para trabalhar e vende o produto do seu trabalho, visando adquirir mais dinheiro do que possuía inicialmente.

A partir da separação da sociedade entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles despojados dos seus instrumentos de trabalho, restando-lhes somente a sua força de trabalho, a qual é disponibilizada no mercado, foram criadas as condições para a transformação do trabalho em mercadoria.

De acordo com Marx (2003, p. 198) para que o capitalista encontre essa mercadoria especial no mercado, são necessárias algumas condições. Primeiro, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado enquanto oferecida ou vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa a qual pertence. Essa relação de venda e compra da força de trabalho enseja também que haja um tempo determinado, ou seja, o possuidor deve vendê-la por um período, posto que vendê-la de uma vez, o transformaria em escravo. Disso decorre que tem sempre de manter sua força de trabalho como sua propriedade, sua mercadoria, cedida ao comprador de forma provisória.

A segunda condição encontra-se no fato do proprietário da força de trabalho não poder vender mercadoria em que encarne seu trabalho, sendo forçado a vender aquilo que só existe nele mesmo, isso porque quem quiser vender mercadoria que não seja sua força de trabalho deverá dispor dos meios de produção.

Somente diante dessas condições o dinheiro pode transformar-se em capital, ou seja, o possuidor do dinheiro deve encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre como pessoa livre para vender a sua força de trabalho e inteiramente despojado de todos os elementos necessários a sua materialização.

Compra e venda da força de trabalho são características da época capitalista, nela a força de trabalho possui um valor como qualquer outra mercadoria, medida pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e reprodução, ou seja, em virtude da existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução

uma vez que para sobreviver precisa de certa quantia de meios de subsistência.

A força de trabalho vendida define-se, então, como uma mercadoria que só existe como valor de uso produzido para troca, como afirma Marx (2003, p. 60):

> "Se prescindirmos do valor de uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas, então, o produto do trabalho já terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor de uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor de uso. Ele não é mais mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil [...] Ao desaparecer o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato.

Trata-se do trabalho humano abstrato como substância do valor das mercadorias, apresentando uma dupla acepção. Por um lado, produz valores de uso determinados; por outro, trabalho produtor de valor de troca.

Essa condição dos valores de uso como mercadoria, mediante a produção do valor de troca, decorre do caráter privado dos meios de produção, da divisão da sociedade entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores, resultando na condição de assalariada da classe desprovida dos instrumentos de produção.

De acordo com Cotrim (2009) a forma privada da propriedade impõe como finalidade da produção social a expansão da riqueza como valor. A produção da mercadoria, como determinação central do produto do trabalho social, conduz a expansão da riqueza privada porque compreende mais-valia. Ou seja, na sociedade capitalista, a mercadoria resultante da força de trabalho cria valor excedente como propriedade do capitalista, e que consiste, pois, na diferença entre o valor gerado na produção e aquilo que retorna como salário. A diferença entre o valor da força de trabalho e o valor do produto gerado é a mais-valia. Em outras palavras, o trabalho assalariado, próprio da sociedade capitalista, é uma mercadoria que cria valores de troca. É, assim, a única mercadoria que cria mais valor do que está contido nela.

A mais-valia não é o único produto da produção capitalista, mas é necessariamente o seu produto. A sua finalidade consiste na geração de riqueza por meio da incorporação do trabalho socialmente determinado na consumição da mercadoria que gera valor de uso, o qual é transformado em valor de troca. O trabalho produtivo, delimitado no âmbito da formação social capitalista, é antes de tudo, trabalho produtivo determinado por meio da produção da mais-valia, designa uma relação de produção por meio do qual as relações de produção se estabelecem com a criação de excedentes.

O processo produtivo na formação social capitalista envolve o trabalho, o qual cria valores de uso apropriados para a troca e, por outro lado, o processo de valorização na medida em que a intenção não é a satisfação das necessidades humanas e sim a produção

de valores de troca, ou seja, de mais-valia. “Tal fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se a ele (trabalhador) como ser *estranho*, como um poder independente do produto” (MARX, p. 111, 2005). Nesses termos, o trabalho torna-se alienado, exterior ao homem, visto que a determinação e o resultado do processo não lhe pertencem, pertence a outro.

Sendo assim, a atividade produtiva sob as relações capitalistas de produção, geradora de mais-valia ao capital constitui-se em trabalho produtivo socialmente determinado. Para compreendê-lo, mais precisamente, é necessário levar em consideração o desenvolvimento histórico das duas formas que ocasionam o trabalho não pago, a saber: subsunção formal e subsunção real do trabalho.

A manufatura e a grande indústria se constituem nas duas formas de produção, descritas por Marx, capazes de gerar mais-valia no âmbito do modo de produção capitalista. A passagem da primeira a segunda compreende uma série de modificações necessárias a autonomia do capital.

No C*apítulo VI Inédito*[1], Marx define a *subsunção formal* a partir de processos de trabalho em que a relação capitalista ocorre de forma coercitiva com o fim de extrair excedente por meio do prolongamento da jornada de trabalho. O capitalista prolonga ao máximo o tempo de trabalho para aumentar a *mais-valia absoluta.*

A *subsunção formal* caracteriza-se pela mudança nas relações de trabalho com objetivo de obter mais-valia, sem, contudo, ocorrer uma mudança essencial no modo real do processo de trabalho. Pelo contrário, afirma Marx (1978, p. 52), faz parte da natureza da questão o fato de que a subsunção do processo de trabalho ao capital opere a base de um processo de trabalho preexistente, posto que no âmbito das relações capitalistas, inicialmente os meios para gerar trabalho não pago são limitados, fazendo com que o dono dos meios de produção seja forçado a prolongar a jornada de trabalho.

O que diferencia a atividade produtiva subsumida em relação aos períodos anteriores é a escala de produção e os meios de trabalho empregados pelo capital. Além disso, o trabalhador ainda se encontra no cerne do processo produtivo, o qual depende da sua capacidade individual. Sendo assim, “o *trabalhador emprega os meios de produção, submetendo-os às potencialidades e limitações de sua atividade individual*. As possíveis limitações do trabalhador determinam as limitações da produção” (Santos, 2012, p. 77).

A explicação de Marx (1978, p.65) avança ao demonstrar que a *subsunção formal* é a base para sua própria superação, sobre a qual se ergue um modo de produção

---

1. Segundo explicação de Carlos Nelson Coutinho, na Tradução do livro *Lições sobre o Capítulo VI (Inédito)* de *Marx* de Claudio Napoleoni (1981), do material utilizado para a publicação do Livro I, Marx excluiu um caderno intitulado “Primeiro Livro. O Processo de Produção do Capital. Sexto Capítulo. Resultados do Processo de Produção Imediato”. O Capítulo VI (inédito) foi publicado em 1933. No referido livro traduzido por Coutinho, Napoleoni (1981, p. 13) esclarece que O Capítulo Sexto (inédito) trata-se de umtexto escrito por volta de 1865, e não incluído por Marx no material que, em 1867, foi publicado como Livro I de O Capital.

especificamente capitalista, que transforma a natureza concreta do processo de trabalho e suas condições reais, permitindo a *subsunção real* do trabalho ao capital.

A *subsunção real* se desenvolve em todas as formas que produzem mais-valia relativa com aplicação da ciência e da maquinaria no processo de produção imediato, bem como o desenvolvimento das forças produtivas. Na mesma proporção, as relações passam a ser despojadas do caráter individual da produção, aumentando a produtividade social do trabalho, sem que a grandeza da jornada de trabalho seja alterada e a produção torna-se independente das necessidades. Amplia-se a perspectiva de trabalho produtivo em decorrência do desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital, como afirma Marx (1978, p. 71)

> com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital ou do modo de produção especificamente capitalista, não é o operário individual, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente (Funktionar) real do processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, de produtos - este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor (***manager***), engenheiro (***engineer***), técnico, etc, outro como capataz (overloocker), um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante, - temos que mais e mais ***funções da capacidade de trabalho***, e seus agentes no conceito de ***trabalhadores produtivos***, diretamente explorados pelo capital e ***subordinados*** em geral ao seu processo de valorização e produção.

Importa esclarecer, portanto, que na forma subsumida do trabalho a produção passa a ser desenvolvida em escala social, de maneira que o modo de produção capitalista supera o caráter de simples produtor de mais-valia para tornar-se uma *forma socialmente dominante de produção*, cuja elevação da capacidade de trabalho extrapola o nível individual, constituindo-se em produtivo todo trabalho que faça parte da capacidade de trabalho socialmente determinada, inclusive o trabalho imaterial, cujo resultado não se configura em um resultado físico-material, como definido por Santos (2012, p. 20).

O trabalho imaterial é produtivo desde que submetido ao capital[2], sendo possível a partir do entendimento do trabalho despojado de um resultado obrigatoriamente material, uma vez que “o fato de que o mais-valor tem de se expressar em um produto material é concepção rudimentar que ainda figura em A. Smith” (MARX, 2011, p. 259).

Até aqui, vislumbramos o trabalho como processo essencialmente humano que ao longo da história vai se distanciando do seu caráter ontológico e se transformando em uma atividade alienada, objeto da exploração capitalista, como substância para a constituição da mais-valia. Observamos ainda, como as transformações do trabalho, determinadas historicamente, estão interligadas ao desenvolvimento das forças produtivas

---

2. Ibidem, p. 87

e consequentemente das relações sociais de produção.

Nesses termos, o trabalho pode ser vislumbrado como um conceito sociológico fundamental à compreensão da existência humana, posto que nele está a chave da sociabilidade humana, presente ainda que na forma de exploração capitalista e para além, no sentido emancipador oriundo da importância do trabalho na formação do homem.

Todavia, a importância dessa categoria vem sendo questionada por diversos autores, os quais postulam a negação da centralidade do trabalho, ou ainda o desaparecimento em virtude da intensificação de determinadas formas de produção, apregoando, assim, ideologias que visam justificar a intensificação da exploração da classe trabalhadora, principalmente, a partir da década de 1970 com a reestruturação produtiva.

No contexto dos debates acerca da centralidade ou não centralidades do trabalho na vida social encontram-se as teorias do trabalho imaterial que defendem a substituição do capitalismo centrado sobre a valorização de capital fixo e a proeminência do capitalismo baseado no trabalho imaterial e livre das relações de exploração. Nessa perspectiva, a centralidade do trabalho consiste na centralidade do trabalho imaterial, como observado no tópico seguinte.

TRABALHO E CONHECIMENTO NA CONTEMPORANEIDADE: CONTEXTUALIZANDO AS TEORIAS DO TRABALHO IMATERIAL

Os avanços tecnológicos, especificamente no século XX, justificam a criação de várias ideologias que apontam transformações no capitalismo, com impactos em todos os aspectos da sociabilidade humana e na superação dos conflitos sociais. Tais ideologias, obviamente, dominantes, tem sido operantes na construção de uma forma específica de consciência social de extrema funcionalidade ao sistema.

Como pontua Mészáros (2004), os debates ideológico-teóricos da época do pós-guerra sustentaram-se na ideia de atenuação de conflitos, fazendo dessa questão um dos mais importantes princípios estruturadores. Para isso, rejeitou-se o projeto socialista, celebrou-se o fim da ideologia, falou-se de pós-ideologia, postulou-se uma sociedade pós-industrial e pós-moderna que seguidamente, teria entrado em crise. Em suma, trata-se de uma sucessão interminável de construções ideológicas, as quais são declaradas superadas à medida que as contradições do mundo social se tornam mais abruptas.

Paralelamente, o avanço das forças produtivas culminou na crise estrutural na década de 1970, ensejando o advento do chamado sistema de "acumulação flexível", o qual necessitava de novas formas ideológicas para justificar as mudanças nas relações sociais de produção e manter a representação de um mundo social sem conflitos de classe.

É nesse contexto, que emergem as teses do trabalho imaterial. De acordo com

Camargo (2011, p. 38), as várias interpretações acerca das transformações em curso no capitalismo mundial confluem para o entendimento de que, a partir de meados da década de 1970, ocorreram mudanças na estrutura do capitalismo industrial que apontam para seu próprio esgotamento. O autor prossegue afirmando que, principalmente com o advento do conceito de capitalismo pós-industrial, de Daniel Bell, surgiu um amplo debate no campo da sociologia do trabalho, quanto à centralidade ou não centralidade do trabalho como categoria fundamental da sociabilidade humana. O debate tem como referência, de um lado, autores marxistas como Mészáros, na defesa da centralidade do trabalho; por outro, autores como Jürgen Habermas e Claus Offe que desconsideram a categoria em questão na sociedade capitalista, do século XX em diante.

O debate sobre a relevância ou não da categoria trabalho no capitalismo, contribuiu para o surgimento das Teorias do trabalho imaterial, cujas principais referências teóricas são Antonio Negri, Maurizio Lazzarato, Michael Hard e André Gorz.

Segundo Amorim (2014), essa perspectiva teórica parte da interpretação de que a análise marxiana estaria restrita as formas de produção desenvolvidas desde o século XVIII até aproximadamente a década de 1960, compreendendo o período da introdução da maquinaria e da grande indústria na Europa, a expansão desse processo ao longo do século XIX e às práticas de racionalização e controle produtivo-social tayloristas/fordistas das primeiras décadas do século XX. Além disso, essa perspectiva conceitual defende que até a década de 1960, a produção teria se baseado na classe operária, entendida como um conjunto homogêneo com cultura, hábitos, ideologias, sentimentos, filiações partidárias e sociais igualmente homogêneas e que executa um trabalho manual.

No contexto de mudanças no padrão de acumulação, os autores das teorias do trabalho imaterial, defendem alterações no capitalismo contemporâneo que “excedem o nível do regime de acumulação, tratando-se de uma mudança significativa quanto ao próprio modo de produção” (CAMARGO, 2011, p. 41). Para eles, a produção baseada no trabalho manual teria perdido sua hegemonia para o trabalho imaterial, resultante do conhecimento como principal força produtiva, conforme explicitado no seguinte trecho da obra do filósofo André Gorz, *O imaterial - conhecimento, valor e capital*:

> os anglo-saxões falam do nascimento de uma knowledge economy e de uma knowledge society; os alemães, de uma Wissensgesellschaft, os autores franceses, de um “capitalismo cognitivo” e de uma “sociedade do conhecimento”. O conhecimento (knowledge) é considerado como a “força produtiva principal” (GORZ, 2005, p. 15).

No prefácio da referida obra, Gorz (2005) é enfático ao afirmar que a economia do conhecimento que atualmente se propaga é uma forma de capitalismo que procura redefinir suas categorias principais - trabalho, valor e capital.

Segundo Gorz (2005) o capitalismo moderno, centrado sobre o capital fixo vem sendo

cada vez mais substituído por um capitalismo pós-moderno, firmado na valorização de um trabalho dito imaterial, qualificado também de "capital humano", "capital conhecimento", "capital inteligência".

Conforme aponta o referido autor, o trabalho na economia do conhecimento apresenta um componente de saber construído cotidianamente, o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto - organização e de comunicação, que deve ser exercitado e descoberto pelo próprio trabalhador na medida em que *ele exige o investimento de si mesmo, aquilo que na linguagem empresarial é chamado de "motivação"*, de forma que toda produção deve se assemelhar a uma prestação de serviços. Distintamente dos trabalhadores fordistas, despojados dos saberes, habilidades e hábitos, o trabalho imaterial encontra expressividade nas atividades que não podem ser ensinadas, sobre uma vivacidade presente na utilização dos saberes da cultura do cotidiano.

De acordo com Gorz (2005), a divisão do trabalho em tarefas fixas e hierarquizadas está abolida, assim como também a separação entre trabalhadores e seu trabalho, posto que os meios de produção se tornam apropriáveis e suscetíveis de serem partilhados. Nesse contexto, o computador aparece como instrumento universal, acessível e por meio do qual todas as atividades e saberes podem ser compartilhados.

Para o referido autor, a "economia do conhecimento" significa transtornos importantes para o sistema econômico. Indica que o valor de troca das mercadorias não é mais determinado pela quantidade de trabalho social geral, mas pelo conteúdo de conhecimentos, informações, inteligências gerais. O conhecimento é impossível de traduzir e mensurar em unidades abstratas simples. Disso resulta que o trabalho deixaria de ser mensurável em unidades de tempo já que os fatores que determinam a criação de valor são o "componente comportamental" e a "motivação" e não o tempo de trabalho despendido. À medida que o conhecimento se propaga, mas útil ele é à sociedade e seu valor mercantil diminui, tornando-se um bem comum e acessível a todos, que não aceita ser manipulado como mercadoria, uma vez que seu valor mercantil não pode ser auferido com tempo de trabalho necessário que foi gasto na produção. Assim, as transformações apontam para uma crise do conceito de valor, já que o conhecimento é impossível de traduzir e de mensurar em unidades abstratas simples. Disso resulta a suposta crise da medição do trabalho e inevitavelmente a crise da medição do valor em decorrência do caráter cada vez mais qualitativo do trabalho.

Para Lessa (2001), a tese central de Negri, Lazzarato e Michael Hardt consiste na transição da sociedade capitalista para uma sociedade "pós-industrial", "pós-fordista" e "comunista", assentada no desenvolvimento de uma "nova subjetividade" que diferentemente da subjetividade do capital se apoia na identidade entre produção e fruição, superando toda a alienação capitalista. Alegam que isso decorre da insatisfação dos trabalhadores diante do fordismo e do Keynesianismo que lhes impunha um dado patamar na relação entre

produção e consumo. Em decorrência, os operários passaram a recusar o trabalho fabril, abandonando as fábricas e constituindo novas malhas de relações sociais em que a troca de dinheiro não significava mais a existência de valor-de-troca e de mercadorias.

Segundo o referido autor, para esses teóricos a "nova subjetividade" se apresenta como a identidade entre saber e produção, sendo a única força produtiva, responsável pelo fim do fordismo. O abandono das fábricas pelos trabalhadores, conforme raciocínio de Negri, Lazzarato e Hardt, proporcionou a geração de novas tecnologias as quais substituem a mão-de-obra que se recusa a ser explorada pelo capital-fordista. O desemprego, nesse contexto, não existe como decorrência da intensificação da extração da mais-valia pela adoção de novas tecnologias, mas como resultado da recusa do trabalho fabril pelos trabalhadores que optaram pelo trabalho imaterial, considerado o fundamento da passagem do fordismo ao "comunismo" pelo fim do valor-de-troca e das mercadorias nas malhas sociais do novo padrão de valorização.

No âmbito dessa teoria, a centralidade do trabalho no mundo contemporâneo, significa a centralidade do trabalho imaterial. Para Lessa (2001), os defensores dessa perspectiva definem trabalho imaterial como a práxis da "nova subjetividade" que emerge quando o capital se universaliza a toda a sociedade, recusando a valorização do capital e a substituindo pela própria "autovalorização", possível quando a força produtiva passa a ser o conhecimento, pertencente à classe trabalhadora que eleva o preço de venda de sua força de trabalho, abolindo o valor trabalho e cedendo espaço para a valorização da "intelectualidade de massa", a qual se estabelece como agente de um novo processo de trabalho que torna indistinto o momento do saber e o momento da produção material, superando a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo.

Segundo análise do referido autor, para os teóricos do trabalho imaterial não há mais distinção entre produção, consumo e circulação posto que todas as relações são consideradas produtivas. Distintamente do fordismo que separava os momentos de concepção e produção, no suposto "pós-fordismo" todas as relações são igualmente produtivas.

Isso tem como consequência, conforme defende Lessa (2001), o cancelamento das classes sociais e a generalização das unidades produtivas a todo o tecido social, não havendo mais distinção entre produção e fruição, trabalho produtivo e improdutivo, operários e burgueses. Generalizam o conceito de produção a tal ponto que toda práxis humana se torna produtiva, cancelando a distinção entre as classes sociais e consequentemente a luta de classes como motor da história, eliminando a contradição entre capital e trabalho. Ou seja, a tese do trabalho imaterial de Negri, Hardt e Lazzarato, segundo o referido autor:

> 1) cancela o trabalho intercâmbio orgânico com a natureza como categoria fundante do mundo dos homens; 2) substitui as lutas de classe pela "motivação" de "participação" que "se faz amor para o tempo"; 3) postula a

> “reconciliação entre capital e trabalho”. Cancela a contradição capital/trabalho e a substitui pela identidade entre “capital social” e “trabalho imaterial”, entre “empresário político” e “trabalhador social”; 4) “amplia” o conceito de classe e abole a centralidade operária na luta pelo socialismo. Todos os indivíduos, rigorosamente todos, são agora igualmente “produtivos”; 5) “desdramatiza” o conceito de revolução: é a continuidade do desenvolvimento capitalista que faz emergir a “nova subjetividade”. Ela impõe a hegemonia do “trabalho imaterial” e, desta forma, efetiva a transição, a partir dos “interstícios” do capital, para o “comunismo”. (LESSA, 2001, p.140, 141).

As teses do trabalho imaterial representam para o referido autor, as ideologias do universo burguês que visam superar as contradições fundamentais da sociedade capitalista, sobretudo a velha contradição capital/trabalho.

Para Amorim (2014) referem-se a uma interpretação alheia da teoria de Marx a partir da compreensão reducionista dos conceitos de trabalho, valor e classe social. Os autores da “economia do conhecimento” utilizam as teses do próprio Marx (especificamente os *Grundisse*) para justificar a suposta ruptura com as formas de produção até a década de 1960. Eles tentam justificar que Marx já havia previsto a substituição do trabalho material pelo trabalho imaterial como resultante do desenvolvimento automático das forças produtivas. No entanto, confundem o conceito de trabalho apenas com trabalho manual realizado na fábrica; valor como uma expressão mensurável aritmeticamente da exploração do trabalho e classe trabalhadora como sinônimo de classe operária.

Segundo o referido autor, trabalho imaterial é apresentado, em linhas gerais - Gorz (2005), Lazzarato (1993; 1992), Negri (2002; 2004), Lazzarato e Negri (1991) - como sendo um trabalho sem substância física e quem tem sua fonte em trabalhos intelectuais que podem estar relacionados à prestação de serviços, administração, gerência e controle do processo de trabalho, além de possuir o conhecimento e a informação como núcleo.

De acordo com Amorim (2014), “os argumentos centrais do debate sobre a imaterialidade do trabalho [...], estão ancorados no conteúdo do trabalho, isto é, no conceito de trabalho concreto, deslocando a produção de mercadorias intangíveis das formas de produção capitalistas”. Para os teóricos do “capitalismo cognitivo”, o trabalho manual, predominante até a segunda metade do século XX, encontra-se em oposição a criatividade e a inteligência do trabalho imaterial, cognitivo e intelectual.

Para o autor citado, trata-se de um reducionismo analítico ao se considerar apenas os elementos físicos do processo de produção, desconsiderando as relações sociais, os valores, a luta de classes e a forma de organização da produção que independente das mercadorias serem intangíveis ou tangíveis, objetiva produzir uma quantidade maior em um tempo mais reduzido sob o regime de assalariamento.

De modo semelhante, os teóricos da “economia do conhecimento” reduzem a teoria do valor-trabalho de Marx, pressupondo que ela contém uma determinação

aritmeticamente mensurável que somente pode ser aplicada na produção de mercadorias físicas.

Segundo Amorim (2014), a suposta superação do trabalho manual e do valor trabalho decorre, para os autores que sustentam esse raciocínio, na superação da classe operária, como sujeito desse processo. A classe operária teria prevalecido politicamente até a década de 1960 quando surgiu uma heterogeneidade de sujeitos políticos que usurparam seu lugar na cena política. A classe operária seria aquela que executa um trabalho manual, controlado rigidamente por supervisores e capatazes, diretamente vinculada a produção fabril e desvinculada da nova economia "já que o conjunto de profissões, atividades, qualificações profissionais, saberes e conhecimentos que a compõe teriam se tornado tão variado e heterogêneo que se contraporia àquilo que define a classe operária: sua homogeneidade socioprofissional" (AMORIM, 2014, p. 40).

Trata-se, conforme análise do referido autor, da contraposição de duas categorias profissionais e não de duas classes sociais, uma que tem como fundamento o trabalho manual e outra o intelectual, desconsiderando ao definir a classe trabalhadora como um grupo homogêneo, os padrões culturais, de dominação, de valores, ideológicos e políticos.

De forma inversa à teoria do "capitalismo cognitivo", Amorim (2014) defende que na atualidade ocorre a combinação de formas de produção industrial tradicionais, com um continente cognitivo, que até ontem foi pouco explorado pelo capital, alargando a dominação e a exploração do trabalho.

Na prática, as teses do trabalho imaterial, compreendidas aqui como ideologias que visam justificar as novas formas de exploração da classe trabalhadora, são impostas às relações sociais mediante ações direcionadas pelos dirigentes das classes dominantes. É nesse sentido, que utilizaremos o termo "sociedade do conhecimento", por este ter sido escolhido pelo Banco Mundial - responsável por aplicar nos países periféricos as diretrizes estabelecidas nos países centrais - para balizar as políticas públicas, especialmente as políticas educacionais dos países periféricos.

"SOCIEDADE DO CONHECIMENTO" E EDUCAÇÃO: NOVAS QUALIFICAÇÕES NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Conforme pontua Mari (2006) a terminologia "Sociedade do conhecimento" foi eleita pelo Banco Mundial como justificativa teórica para pensar as reformas nos países periféricos, especialmente aquelas relacionadas às políticas educacionais, cujo objetivo era a formação de um novo tipo de trabalhador, minimamente adaptado as transformações tecnológicas. Atrelado ao termo ocorreu o surgimento de sinônimos e correlatos como: *sociedade em rede, sociedade da informação, economia do conhecimento*, dentre outros, apresentando-se como um momento significativo das transformações sociais, culturais e

políticas (MARI, 2006, p. 18).

Segundo o referido autor, ainda nas décadas de 1950/1960, já vinham sendo defendidas ideias acerca do papel da comunicação na sociedade, postulando a informação como mercadoria. Porém foi o escritor Peter Drucker (1970), na obra *Uma era de descontinuidade*, que focalizou o conhecimento como fator de produção, onde a educação aparece como o cerne do desenvolvimento econômico dessa nova fase da história humana, constituída por uma “Sociedade do Conhecimento”.

Para Masson e Mainardes (2011) foi o americano Robert Lane, na década de 1960, o primeiro a apresentar a concepção de “sociedade do conhecimento” estabelecendo um fundamento epistemológico a partir da definição de uma **sociedade instruída** e de caráter utilitarista, baseada na investigação científica. Segundo os autores, tem-se na década de 1970, as formulações de André Bell, para o qual entre 1954 e 1956 ocorreu o nascimento da **sociedade pós-industrial**, reforçando a ideia de que a produção estava sendo substituída pela informação em virtude da permuta de atividades industriais por atividades estabelecidas no tratamento informacional.

Na década de 1990, Mari (2006) destaca a contribuição de Schaff (1995), cuja obra *A sociedade informática,* enfoca a existência de uma segunda revolução tecnológica, que consiste na substituição do trabalho humano pelo trabalho autômato, assim como em mudanças na estrutura de classes sociais e o fim do trabalho como categoria social. Nesta década também ocorre a elaboração do conceito de sociedade da informação, presente na obra *A sociedade em rede* de Manuel Castells, a qual enfatiza o surgimento da era informacional baseada economicamente no conhecimento.

Percebe-se que a terminologia “Sociedade do conhecimento” tem um sentido ambíguo, abarcando conhecimento, informação, tecnologia e comunicação, assumindo uma dimensão teórico-prática que convence e justifica as ações dos governos e agências internacionais na condução de políticas públicas. “Expressa ideologias produzidas para fortalecer a hegemonia de classes [...], ou seja, a ideologia “sociedade do conhecimento” aparece como manifestação de um determinado tempo histórico do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas” (MARI, 2006, p.23).

Para Duarte (2008, p. 13) a chamada “sociedade do conhecimento” é uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica. Dessa forma, para falar sobre algumas ilusões da sociedade do conhecimento é preciso primeiramente explicitar que essa sociedade é por si mesma, uma ilusão, que cumpre determinada função ideológica na sociedade capitalista contemporânea, almejando enfraquecer as críticas e a luta pela superação da sociedade de classe, na medida em que postula a crença de que essa luta teria sido superada por questões mais recentes, como a questão ética na política e na vida cotidiana, incutindo a ideia de um mundo baseado na consciência ecológica e no respeito às diferenças, sejam elas de qualquer natureza:

sexual, étnica, cultural, etc.

Por compreender a "Sociedade do conhecimento" como uma ilusão cujo objetivo está centrado na reprodução ideológica de uma formação societária específica, o referido autor, chama atenção para a compreensão desta teoria com vistas a criarmos formas de intervenção coletiva e organizada. Para isso, elenca cinco ilusões pertinentes a está concepção de sociedade: a) a de que o acesso ao conhecimento está amplamente democratizado pelos meios de comunicação, pela informática, pela internet etc; b) a defesa de que a habilidade de mobilizar conhecimentos é muito mais importante que a aquisição de conhecimentos teóricos; c) o conhecimento não é a apropriação da realidade pelo pensamento, mas sim uma construção subjetiva resultante de processos semióticos intersubjetivos, nos quais ocorre uma negociação de significados; d) os conhecimentos têm todos os mesmos valores, não havendo entre eles hierarquia quanto à sua qualidade ou quanto ao seu poder explicativo da realidade natural e social; e) o apelo à consciência dos indivíduos, seja por meio das palavras, seja por meio dos bons exemplos dados por outros indivíduos ou por comunidades, constitui o caminho para a superação dos grandes problemas da humanidade. Essa última ilusão contém outra; qual seja: a de que esses grandes problemas existem como conseqüência de determinadas mentalidades (DUARTE, 2008, p.15).

A crítica desse autor a ideologia da sociedade do conhecimento parte das concepções de educação, sobretudo aquelas referentes à chamada pedagogia das competências, considerada integrante de uma corrente educacional contemporânea, apreendida como pedagogias do "aprender a aprender"[3], cujo caráter adaptativo manifesta-se evidente. Essa concepção de educação baseada no "aprender a aprender" reflete uma ilusão; a ilusão de certas experiências educativas tidas como aquelas que estariam criando um futuro melhor pela preparação das novas gerações.[4]

No mesmo sentido de compreender as implicações ideológicas do conceito em análise, assim como as implicações no contexto educacional, Masson e Mainardes (2011) argumentam que se faz necessário o reconhecimento da distribuição desigual do conhecimento e da informação como característica do sistema capitalista. Os autores defendem a possibilidade de concretização de uma sociedade do conhecimento mediante

---

3. O primeiro posicionamento pode ser assim formulado: são mais desejáveis as aprendizagens que o indivíduo realiza por si mesmo, nas quais está ausente a transmissão, por outros indivíduos, de conhecimentos e experiências [...] O segundo posicionamento valorativo pode ser dessa forma formulado: é mais importante o aluno desenvolver um método de aquisição, elaboração, descoberta, construção de conhecimentos, que esse aluno aprender os conhecimentos que foram descobertos e elaborados por outras pessoas. [...] São, portanto, duas idéias intimamente associadas: I) aquilo que o indivíduo aprende por si mesmo é superior, em termos educativos e sociais, àquilo que ele aprende por meio da transmissão por outras pessoas e 2) o método de construção do conhecimento é mais importante que o conhecimento já produzido socialmente [...] O terceiro posicionamento valorativo seria o deque a atividade do aluno, para ser verdadeiramente educativa, deve ser impulsionada e dirigida pelos interesses e necessidades da própria criança [...] O quarto posicionamento valorativo é o de que a educação deve preparar os indivíduos para acompanharem a sociedade em acelerado processo de mudança (DUARTE, 2008, p. 7, 8, 9, 10)

4. Ibidem, 2008, p. 15.

um novo padrão de acesso e igualdade integral e substantiva atingida.

Para eles, a utilização do termo “sociedade do conhecimento” ocorreu a partir da crescente utilização de novas tecnologias no contexto produtivo, utilizado mais comumente a partir das décadas de 1950/1970 para expressar a necessidade de aquisição de conhecimentos em virtude da crescente utilização de inovações tecnológicas como a microeletrônica, a robótica e a automação.

Neste ínterim, argumentam que a diversidade de terminologias sobre a existência de uma sociedade baseada no conhecimento apresenta uma convergência ideológica, ou seja, implica na tendência em considerar que o desenvolvimento da tecnologia trouxe mudanças capazes de modificar as contradições fundamentais da sociedade capitalista a ponto de suprimir as desigualdades sociais e [...] o proletariado como sujeito revolucionário (MASSON, MAINARDES, 2011, p. 74). Isso ocorreria em decorrência do aumento do setor de serviços em detrimento do industrial.

Como explicam Masson e Mainardes (2011), a ideia de superação do proletariado mediante a diminuição do trabalho fabril, entendido como trabalho produtivo, e acentuação do trabalho no setor de serviços, trata-se de uma interpretação limitada da teoria de Marx, uma vez que trabalhador produtivo na perspectiva marxiana é aquele que é produtor de mais-valia, ainda que seja no setor de serviços, haja vista não ser a natureza do trabalho que determina seu aspecto produtivo, mas a inserção do trabalhador no processo de reprodução do capital, por meio da apropriação, pelo capitalista, do trabalho não-pago. Desse modo, a disseminação da “sociedade do conhecimento” por autores como A. Bell, M. Castells, J. Lojkine (e outros) é um constructo teórico ideológico que legitima a lógica do capital e contribui para mascarar as contradições do modo de produção capitalista.

Nessa perspectiva, Rouanet (2002), explica como esse constructo teórico se transforma em ideologia. Para ele, o conceito de “sociedade do conhecimento” se baseia no fato indiscutível de que o conhecimento científico-tecnológico passou a desempenhar um papel decisivo na economia e consequentemente na sociedade:

> A ciência natural foi um poderoso instrumento para o desenvolvimento do capitalismo no século 19, e nisso os cruzados do progresso científico, no século passado (Renan ou Spencer, na vida real, e Monsieur Homais, o solene personagem de Flaubert, na literatura), foram porta-vozes de tendências reais e precursores inequívocos dos atuais profetas da sociedade do conhecimento. Mas a verdade é que o grau de sofisticação alcançado hoje pela ciência, a complexidade das tecnologias geradas e a importância central desse conhecimento no aparelho produtivo, na reprodução material da sociedade e numa vida cotidiana inteiramente atravessada pelo que Jacques Derrida chama de mídio-tecnociência configuram um salto qualitativo na antiqüíssima história da relação entre conhecimento e sociedade (ROUANET, 2002, p. 1).

Para Rouanet (2002), a relação entre poder e conhecimento não é recente, mas,

então, o que a diferencia no modo de produção capitalista, sobretudo com a formulação do conceito de “sociedade do conhecimento”?

Segundo o referido autor é o fato do conceito ter sido transformado em ideologia em seu sentido mais clássico, como um conjunto de ideias destinadas a mistificar relações reais, a serviço de um sistema de dominação, no caso o sistema capitalista, no qual as relações reais “provêm do novo lugar ocupado pelo conhecimento na fase atual do capitalismo, e a mistificação consiste em dissimular a verdadeira natureza do modelo que está sendo idealizado. A dissimulação básica está em tratar informação e conhecimento como se fossem sinônimos, o que implica redefinir a sociedade de conhecimento como sociedade de informação (ROUANET, 2002, p. 1).

Trata-se de uma afirmativa sem fundamento considerando-se o acesso desigual a informação, sem considerar o conhecimento técnico-científico, limitado a uma elite, embora, transformado na grande força produtiva da atualidade. Sem negar a proeminência da informação e do conhecimento científico, Rouanet (2002), refere-se a ideologia da “Sociedade do conhecimento” como utopia. Para isso monta seu alicerce na Escola de Frankfurt que demonstra que falso, na ideologia, não é seu conteúdo, e sim a pretensão de que esse conteúdo já tenha se realizado. Como utopia, pode ser vislumbrada a partir do desenvolvimento de uma sociedade em que o conhecimento, considerado em seu sentido integral, fosse o principal determinante da organização social, e em que “todas as camadas sociais, em todos os países do mundo, tivessem chances simétricas, asseguradas por processos democráticos [...] de participar da geração, processamento, transmissão e apropriação do conhecimento e das informações necessárias a esse conhecimento”[5]. Sendo assim, o conceito de sociedade do conhecimento somente pode ser considerado como utopia; ao contrário do postulado, como ideologia, uma vez que oculta a realidade, as contradições de classe.

Na contramão do entendimento de Rouanet (2002) e, partilhando da concepção de ideologia de Mészáros (2004), entendemos que a “Sociedade do conhecimento” se encontra no campo das formas ideológicas surgidas após a crise estrutural da década de 1970, cujo objetivo é justificar as novas formas de exploração do capital, como uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada (MÉSZÁROS, 2004, p. 65). A “sociedade do conhecimento”, como forma ideológica, possui implicações práticas, mediante a postura de afirmação/sustentação do modo de produção vigente, a exemplo da sua dispersão pelo Banco mundial por meio das políticas públicas de educação para os países periféricos.

Segundo Alves e Batista (2010), o complexo da reestruturação produtiva a partir da década de 1970 ocasionou um amplo debate acerca da formação dos trabalhadores para as novas exigências do mercado, disseminando-se uma ideologia focada nos “modelos” de

5. Ibidem, 2003, p. 2.

formação profissional, ditos capazes de proporcionar aos indivíduos os assim chamados "novos atributos, habilidades e competências"[6], garantindo a *empregabilidade* necessária para alcançar o desenvolvimento da cidadania.

Nessa conjuntura, Alves (2007) apresenta as ideologias recentes da educação profissional assentadas nas novas qualificações e no conceito de *empregabilidade*. A análise do referido autor perpassa pela acepção crítica de que o conceito de *empregabilidade* constitui-se em um elemento ideológico disseminado pelo espírito do toyotismo, implicando exigências de novas qualificações para o mundo do trabalho à medida que oculta a característica fundamental do substrato estrutural-organizacional toyotista, qual seja, "produção enxuta" e uma dinâmica de exclusão social.

Segundo o autor, a ideologia da empregabilidade está atrelada a promessa de um novo trabalhador politécnico, liberado do taylorismo-fordismo e imerso numa nova forma de estranhamento e objetivações fetichistas da racionalidade toyotista, cuja preocupação é o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista mediante a manipulação do consentimento do trabalho através de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no âmbito da produção de mercadorias, representadas pela "autonomação", *Just-in-time*, polivalência do trabalhador, trabalho em equipe, produção enxuta, programas de qualidade total, etc.

O referido sistema de produção opera pela destruição do sindicalismo de massa, por uma intensa propaganda ideológica e por remunerações flexíveis ligadas a desempenho individual e trabalho em equipe. Além disso, assim como o fordismo, o toyotismo é uma forma industrial da grande indústria, na qual ocorre a completa subsunção real do trabalho.

Na perspectiva de Alves (2007) a distinção está no fato de que, enquanto no fordismo a subsunção do trabalho acontecia sobre uma base formal-material, no toyotismo se dá pela subsunção formal-intelectual (espriritual), o que tende a exigir novas qualificações do trabalho que articulam *habilidades cognitivas e habilidades comportamentais*, imprescindíveis para a operação dos novos dispositivos organizacionais do toyotismo e da sua nova base técnica (a automação flexível) (ALVES, 2007, p. 248).

Para o referido autor, essas características do modo de produção capitalista, principalmente a partir da década de 1970, são responsáveis pela configuração de um *complexo ideológico* que determina as políticas de formação profissional por meio da aplicação de conceitos como *empregabilidade* e *competência*.

O conceito de *empregabilidade*, analisado no livro *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho,* incorpora a promessa da possibilidade concreta de inclusão social no sistema orgânico do capital, ocultando a natureza destrutiva e a exclusão social, tornando-se um senso-comum nas ideologias de formação

6. Alvese Batista(2010, p. 155).

profissional ao operar com objetividade as contradições da mundialização do capital, centradas principalmente na financeirização e avessa às políticas de pleno emprego. A *empregabilidade* aparece, assim, nos discursos neoliberais como requisito para superar a crise do desemprego.

Segundo Alves (2007, p. 254), a ideologia da *empregabilidade* emerge como uma nova tradução da *teoria do capital humano,* em que a educação ou aquisição de saberes, competências e habilidades habilitam os indivíduos para a competição do mercado de trabalho, contudo, sem garantir o emprego. O que está implícito no conceito de *empregabilidade*, segundo esse autor, é a operação ideológica de atribuir aos indivíduos a responsabilidade pelo fracasso na sua inserção profissional. É, assim, operação ideológica típica do metabolismo social do capital, como diz o autor.

De forma semelhante, o capitalismo contemporâneo apresenta, por meio da exigência de novas qualificações, a promessa de um novo trabalhador, emancipado do trabalho árduo quem tem caracterizado o sistema. Na análise do autor supracitado, isso é tão-somente uma promessa, posto que na realidade, continuam a operar o estranhamento e alienação nos processos de trabalho. “O trabalho árduo não é abolido. Pelo contrário, surgem novas formas de intensificação de trabalho com impactos perversos na estrutura psíquica (e mental) de homens e mulheres trabalhadoras” (ALVES, 2007, p. 254).

Nessa perspectiva, observa-se como a ideologia do conhecimento se apresenta nas práticas sociais, no caso na formação profissional, por meio de termos como *empregabilidade* que atribui ao indivíduo a culpabilidade pela desigualdade de acesso ao emprego. *Empregabilidade* constitui-se nesse contexto, em uma característica, um atributo que o trabalhador deve ter para alcançar a glória de obter um emprego. Assim como o conceito encontra-se difundido no linguajar popular, sobretudo, no campo educacional, difundido por grandes grupos que mercantilizam a educação através de slogans como “garantam já sua empregabilidade!”

Conforme Masson e Mainardes (2011, p. 78), a preocupação com a formação de sujeitos para a adaptação frente às inovações tecnológicas não é recente, pois no início da década de 1970, foi criada uma Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação, dirigida pelo francês Edgar Faure, resultando no trabalho intitulado *Aprender a ser*, publicado em 1972. No relatório resultante, a UNESCO defende mudanças radicais na educação para atender o contexto tecnológico.

De acordo com os referidos autores, a importância do conhecimento para o desenvolvimento da sociedade foi difundida no Brasil a partir do início da década de 1990, juntamente com as reformas do Estado, especificamente as reformas educacionais, e no contexto de realização da conferência geral da UNESCO de 1991, cujo cerne foi a reflexão sobre a educação para o século XXI, resultando no relatório Delors, publicado em 1996.

É sobre essa conjuntura que Mari (2009) analisa a ideologia do conhecimento difundida nos documentos dos organismos internacionais, sobremaneira, do Banco Mundial e suas implicações nas políticas educacionais brasileiras. Segundo esse autor, nesse movimento de reformas a terminologia "sociedade do conhecimento" emerge como fundamento epistemológico, condicionando à universidade o papel de produtora de conhecimentos de valor econômico e de consenso. Neste sentido, defende a hipótese de que os conhecimentos são orientados para produzir consenso social por meio de discursos de equidade e desenvolvimento, discursos que encobrem a verdadeira natureza das reformas que se caracterizam pelo monopólio do conhecimento e perpetuação da exclusão social (MARI, 2009, p. 168).

Segundo Mari (2009) o Banco Mundial, até a década de 1980, tinha um papel secundário nas políticas de educação dos países periféricos. Essa relação foi alterada pela orientação econômica dada ao setor educacional, com foco inicialmente na educação básica.

A educação superior é direcionada para a área de investimentos econômicos na década de 1990, quando o Banco mundial consagra sua hegemonia sobre os outros organismos internacionais, no campo da educação, imprimindo um caráter mais economicista às orientações para a educação[7], que prevalecerá nos documentos da educação superior.

Conforme defende Mari (2009), essa agência torna-se responsável por produzir pensamentos por meio de ajustes, orientações e assessorias adequadas aos interesses econômicos dos países centrais, com a introdução do conhecimento como fator produtivo, em 1995, no documento *Enseñanza Superior*: *lecciones derivadas de la experiência.*

Nesse documento a universidade assume o papel de criação do consenso sobre os novos interesses econômicos na educação, adaptando-se as novas exigências tecnológicas e promovendo o alívio da pobreza. A educação universitária deveria ser direcionada para garantir o progresso, o desenvolvimento e a equidade.

Já adentrando o século XX, o Banco Mundial tem como referência o documento *Educación Superior en los países en desarrollo: peligro y promesas.* De acordo com Mari (2009) nesse texto aparece explicitamente a orientação aos países periféricos para adaptarem a educação superior aos avanços da chamada "sociedade do conhecimento", sob responsabilidade de ficarem em situação de desvantagem na dita sociedade, caso não ocorresse as reformas estruturais exigidas. De modo semelhante ao documento de 1995, Mari (2009) afirma:

> os pontos chave: o investimento privado, a diferenciação institucional, as fontes de financiamento, a participação do Estado, a confiança no mercado,

7. MARI, 2009, p. 69

> a relação universidade/empresa, a educação para o desenvolvimento e o alívio da pobreza permanecem. Acresce-se à discussão os temas sobre conhecimento e ***sociedade do conhecimento*** e conhecidos como novos fatores de impulso ao desenvolvimento dos países (MARI 2009, p. 172)

Para o referido autor, a reforma do ensino superior articula as noções de crise, qualificação, profissionalização e “sociedade do conhecimento”, apresentando a mudança de direcionamento como um imperativo em que a ideologia se manifesta como expectativa de que o país avança economicamente caso consiga se profissionalizar, indicando a educação superior como condição para o avanço.

Essa perspectiva prossegue no documento de 2003 do Banco Mundial: *Construir sociedades del conocimiento: nuevos retos para la educación terciária*. Esse texto aborda o conhecimento para uma sociedade competitiva em constante mudança, dando ênfase à educação ao longo da vida. O diferencial em relação ao material de 1995 e 2000 encontra-se na intensificação da diretriz de diversificação das instituições na prestação de serviços, em que a base do conhecimento se apresentaria na forma de capacitação, investigação, patentes, licença, desenho e mercado, de modo que a educação superior deveria cumprir três papéis na sociedade do conhecimento: a qualificação da força de trabalho adaptável e de alto nível; a geração de novos conhecimentos; a capacidade de absorver conhecimentos globais e adaptá-los ao local (MARI, 2009, p. 176).

De modo geral, Mari (2009) indica que não há diferenças significativas entre os documentos, haja vista que os três destacam a função do conhecimento como fator produtivo e de coesão social como dinamizador da economia, articulando orientações de ajustes para que a educação seja usada para os países periféricos alcançarem a ‘sociedade do conhecimento’.

É neste contexto que buscamos no capítulo seguinte, analisar a “sociedade do conhecimento” como ideologia e suas consequências na política educacional brasileira, tomando como objeto de análise o Programa Ciências sem Fronteiras, desenvolvido em conjunto pelos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pelo Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes – e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

A IDEOLOGIA DO CONHECIMENTO NO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS (CSF)

O Programa Ciência sem Fronteiras instituído por meio do Decreto nº 7.642 de 13 de dezembro de 2011 constitui-se em um programa de mobilidade e intercâmbio estudantil cujo objetivo principal é a formação de recursos humanos altamente qualificados nas melhores universidades e instituições de pesquisa estrangeiras, com vistas a promover a internacionalização da ciência e tecnologia nacional, estimular pesquisas que gerem inovação e, consequentemente, aumentar a competitividade das empresas brasileiras. (BRASIL, 2011).

O referido Programa constitui-se em uma parceria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Ministério da Educação - MEC, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.

Conforme art. 4º do decreto 7.642 de 2011, o Programa é formado por um Comitê de Acompanhamento e Assessoramento, composto pelos seguintes membros: um representante da Casa Civil da Presidência da República; um representante do Ministério da Educação; um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; um representante do Ministério das Relações Exteriores; um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; um representante do Ministério da Fazenda; um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e quatro representantes de entidades privadas, financiadoras do Programa.

O referido Comitê tem como atribuição acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Programa, propor os atos complementares necessários à sua implementação, propor ações para seu bom desenvolvimento, metas e indicadores de desempenho e áreas prioritárias de atuação, manifestar-se sobre as ações desenvolvidas para o cumprimento das metas e divulgar, periodicamente, os resultados do Programa.

Além disso, dispõe de um Comitê Executivo, composto por um representante da Casa Civil da Presidência da República, um representante do MEC, um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, um representante do Ministério das Relações Exteriores, o presidente do CNPq e o presidente da Capes. Têm como atribuições: estabelecer o cronograma de execução CsF, estabelecer os critérios de seleção dos beneficiários e das instituições participantes do Programa e identificar centros e lideranças no exterior de interesse prioritário ou estratégico para o Brasil.

De acordo com documento oficial do Programa, a expansão da formação dessa força de trabalho altamente especializada apresenta-se por meio de duas vertentes: (1) o aumento expressivo da presença de estudantes de graduação, pós-graduação, pós-doutores e docentes brasileiros em instituições de excelência no exterior, em áreas do

conhecimento definidas como prioritárias e (2) o estímulo à vinda de jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação para o Brasil, com atuação em áreas de interesse do país.

As áreas consideradas prioritárias pelo Programa foram definidas conforme estudos realizados pela Secretaria de Ensino Superior do MEC, o Ministério da Indústria e Comércio e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), considerando o cenário de investimentos atuais e futuros: i- engenharias e demais áreas tecnológicas; ii - ciências exatas e da terra; iii - biologia, ciências biomédicas e da saúde; iv - computação e tecnologias da informação; v - tecnologia aeroespacial; vi - fármacos; vii - produção agrícola sustentável; vii- petróleo, gás e carvão mineral; ix - energias renováveis; x - tecnologia mineral; xi - biotecnologia; xii - nanotecnologia e novos materiais; xiii - tecnologias de prevenção e mitigação de desastres naturais; xiv - biodiversidade e bioprospecção; xv - ciências do mar; xvi - indústria criativa; xvii - novas tecnologias de engenharia construtiva; e xviii - formação de tecnólogos.

Segundo o decreto de criação do Programa, a Capes e o CNPq poderiam criar novas bolsas de estudos de acordo com as peculiaridades e necessidades dos setores produtivos e de serviço, desde que consultado o Comitê Executivo.

Os critérios de concessão das bolsas foram estabelecidos de acordo com as modalidades: a) graduação e cursos tecnológicos - bom desempenho acadêmico, nota mínima de 600 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ter concluído no mínimo 20% e no máximo 90% do currículo previsto (graduação); ter cursado no mínimo um semestre e estar, no máximo, no penúltimo semestre do curso (cursos tecnológicos); b) doutorado sanduíche - candidatos matriculados regularmente em cursos de doutorado reconhecidos pela Capes; c) doutorado pleno - estar cursando o mesmo nível no Brasil e possuir o título de doutor; d) pós-doutorado - possuir o título de doutor e respeitar o interstício de três anos entre um pós-doutorado e outro como bolsista de agências federais; e) mestrado profissional - não ter título de mestre ou doutor. Os candidatos ainda deveriam possuir inscrição na Plataforma Lattes e anuência formal do coordenador de curso, orientadores e da instituição de destino.

O valor das bolsas concedidas no âmbito do Programa foi estabelecido conforme o país de destino do bolsista, as taxas cobradas pelas instituições estrangeiras, a modalidade de bolsa, o período de concessão da bolsa, a área prioritária, a realização de cursos de idiomas no exterior, o período acadêmico que o aluno se encontra, a localização da instituição no exterior, etc.

O Programa tinha como meta, segundo dados do site oficial do Programa, a concessão de 101 mil bolsas, distribuídas da seguinte forma: i) Doutorado sanduíche - 15.000; ii) Doutorado pleno - 4.500; iii) Pós-doutorado - 6.440; iv) Graduação sanduíche - 64.000; Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior - 7.060; Atração de Jovens

Talentos (bolsas no Brasil) - 2.000 e Pesquisador Visitante Especial (bolsas no Brasil) - 2.000.

De acordo com o Relatório da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação (2015) do Senado Federal foram concedidas[1] 101. 446 bolsas pelo Programa, no período de 2011 a 2014, distribuídas conforme as seguintes modalidades:
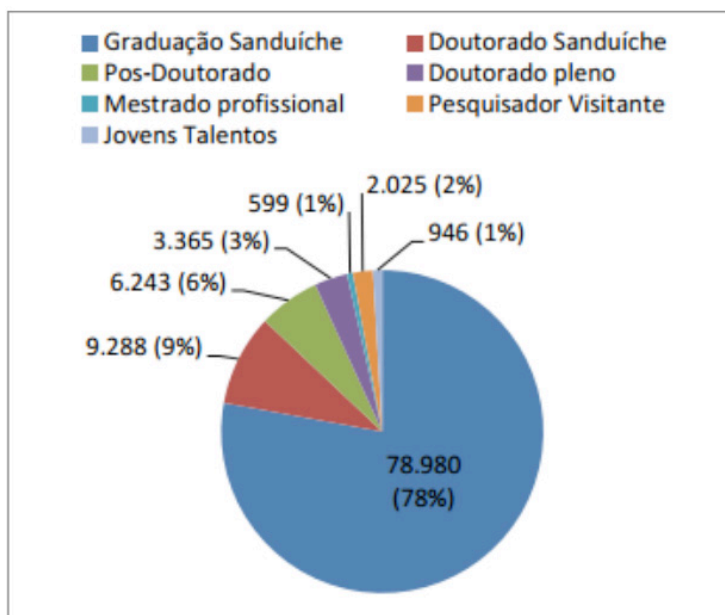
Figura 1 – Ciência sem Fronteiras Bolsas concedidas (2011-2014)

Fonte: Capes/CNPq apud Relatório do Senado Federal (2015)

Contudo, de acordo com dados disponibilizados no site oficial do Programa, até janeiro de 2016, foram implementadas[2] 92.880 bolsas, distribuídas de acordo com as seguintes modalidades:

Modalidade	Bolsas implementadas
Graduação sanduíche	73.353
Doutorado sanduíche no exterior	9.685
Doutorado pleno	3.353

1. Bolsas concedidas -receberam parecer favorável e foram aceitas pela instituiçãono exterior
2. Bolsas implementadas - consideradas quando realizado pelo menos um pagamento para o bolsista, mesmo não iniciado o período de sua vigência.

Mestrado no exterior	558
Pós-doutorado no exterior	4.652
Pesquisador visitante especial	775
Atração de jovens talentos	504
Total	92.880

Figura 2 – Quadro de modalidades e bolsas implementadas

Fonte: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle

Entre as 101.000 bolsas oferecidas, 75.000 bolsas seriam financiadas com recursos do Governo Federal e 26.000 bolsas seriam concedidas com recursos da iniciativa privada. Segundo o relatório de avaliação, na participação de cada Ministério na execução total do programa CsF, verifica-se uma maior participação, em termos financeiros do MEC, seguido do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
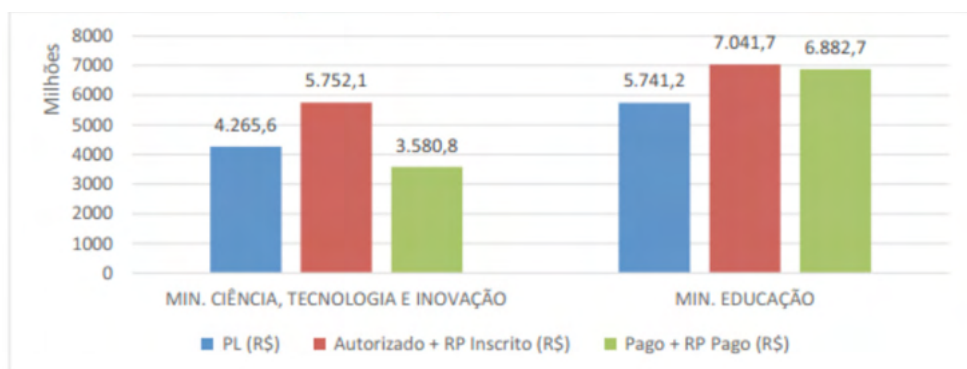
Figura 3 – Recursos orçamentários do Min. Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério da Educação

Fonte: Capes/CNPq apud Relatório do Senado Federal (2015)

A participação do setor privado no financiamento do CsF, apresentou alguns impasses. Conforme relatório, com base em dados fornecidos pela Capes em Audiência Pública realizada em 2015, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) não haviam efetuado em 2015 os repasses para o financiamento de 11 mil bolsas de estudo, o que inviabilizou a implementação dos Acordos de Cooperação Técnica e Científica com essas entidades. Entre as instituições privadas financiadoras do Programa constam: Vale S.A, Tim Celular, Natura, Shell, British Gas, Febrabran e Associadas, Hyundai, Posco, Petrobras.

A região do país com o maior número de alunos contemplados foi a região sudeste

- 37.537,00, seguida da região nordeste - 14.529,00. Essas bolsas tiveram como principais destinos, Estados Unidos e Canadá, seguidos dos países europeus e estão distribuídas, prioritariamente, nas seguintes áreas: Engenharias e demais áreas tecnológicas - 41.594 e Biologia, ciências biológicas e da saúde - 16.076.

Ressalta-se que no ano de 2015, o Programa Ciência sem Fronteiras foi selecionado na avaliação de políticas públicas de formação de recursos humanos pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, tendo como resultado um relatório[3] com apontamentos sobre a execução do Programa, bem como recomendações para futuras edições.

Entre os apontamentos, a Comissão defende a contribuição do Programa no processo de internacionalização do ensino superior brasileiro com vistas a contribuição no campo da ciência e tecnologia:

> O Brasil foi o país que mais cresceu no intervalo (78%, contra 10% da média), saltando da 10ª para a 6ª posição. O avanço foi, sem dúvidas, produto do CsF. Permitir que esse impulso se enfraqueça seria lamentável para a internacionalização da educação superior brasileira e para o desenvolvimento da CT&I em nosso País (BRASIL, 2015, p. 41).

Embora defenda a relevância do Programa, o relatório destaca que a forma súbita como foi planejado e executado, provocou alguns transtornos. Quando o CsF foi lançado, muitas universidades do País não tinham um setor dedicado às relações internacionais, ocasionando dificuldades no estabelecimento de comunicações com instituições estrangeiras que começavam a receber bolsistas brasileiros. Por outro lado, ocorreram dificuldades de compatibilização de ações de internacionalização já existentes em algumas universidades brasileiras com a nova dinâmica do CsF. Além disso, houve problemas de comunicação entre as universidades brasileiras, as agências financiadoras e as instituições estrangeiras no concernente aos acordos de cooperação estabelecidos.

O relatório aponta também falhas no processo de seleção dos beneficiários, principalmente para as universidades brasileiras, não autorizadas a elaborar os critérios de seleção, estabelecidos e centralizados pela Capes e pelo CNPq. Outro problema na implementação do Programa, foi a exigência do domínio de uma língua estrangeira,

3. O relatório de avaliação do Programa foi elaborado por meio do estabelecimento de um Plano de Trabalho, desenvolvido entre junho e novembro de 2015, por meio dos seguintes procedimentos: 1) Análise da literatura pertinente e de informações contidas no sítio do CsF na internet; 2) Reunião com representantes da Capes e do MEC; 3) Audiências públicas no âmbito da Comissão com ex-bolsistas do CsF, representantes de universidades brasileiras, Coordenador Geral do CsF no CNPq; diretor de Relações Internacionais da Capes; Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e Conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); 5) Análise da Execução Orçamentária, promovida pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (CONORF) e; *6)* Pesquisa, realizada com o DataSenado em setembro de 2015. Além dessas atividades, foi realizada, antes da implementação do Plano de Trabalho, uma audiência pública com intuito de dar início à avaliação da política, tendo como expositores: Isaac Roitman, professor emérito da UnB e membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Helena Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Jorge Almeida Guimarães, presidente da Capes; e Hernan Chaimovich, presidente do CNPq.

principalmente o inglês, ocasionando dificuldades no processo de seleção e no aproveitamento de estudos no exterior.

Conforme pontua a Comissão de Avaliação: para resolver o problema do idioma, o MEC criou, por meio da Portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014, o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), que inclui, entre seu público alvo, potenciais candidatos às bolsas do CsF. As ações desse Programa consistem na oferta de cursos de idiomas presenciais em universidades federais, no acesso a curso de inglês e de francês *online* autoinstrucional (*My English Online e Français sans Frontières*) e na aplicação de testes de nivelamento e proficiência.

Diante dos impasses, a Comissão defende que a principal inovação do CsF consistiu em estender a internacionalização para o ensino de graduação, estimulando à circulação de novos conhecimentos e à adoção de novas metodologias e práticas educativas. Além disso, o Programa tem o mérito de ter diversificado a lista de países com os quais o Brasil mantém intercâmbio de estudantes, embora critique a concentração de bolsistas em alguns países, notadamente nos Estados Unidos e Canadá, os quais concentram 52% das bolsas implementadas.

Contudo, a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, responsável por avaliar a implementação e os resultados do Programa Ciência sem Fronteiras, defende não somente a continuidade do Programa - "é preciso que sejam garantidos recursos mínimos, não apenas para honrar os encargos já assumidos junto a bolsistas e parceiros nacionais e internacionais, mas também para a concessão de novas bolsas, de forma a valorizar projetos estratégicos para o desenvolvimento do País" - como também a transformação do Ciência sem Fronteiras em política de Estado, e não apenas de governo, conferindo ao CsF a forma de lei.

Segundo pesquisa de opinião realizada em 2015 pelo DataSenado[4] com os beneficiários do Programa[5], "aprofundar conhecimentos na sua área de formação foi a principal motivação para a maioria dos bolsistas (66%) e ex-bolsistas (60%) do CsF" (BRASIL, 2015). Crescimento individual, desenvolvimento de outro idioma e carreira acadêmica vieram em seguida.

Os dados obtidos na pesquisa solicitada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação do Senado Federal também constatou que o Programa estimulou a dedicação

4. O DataSenado é um serviço oficial que desenvolve pesquisas disponibilizadas para avaliação legislativa de políticas públicas e outras questões pertinentes a sociedade.

5. A pesquisa foi realizada no período de 1º a 28 de setembro de 2015, por meio de *e-mail* com bolsistas (26%) e ex-bolsistas (74%) cadastrados na base de dados da Capes e do CNPq. Conforme relatório do DataSenado, 14.627 estudantes responderam à pesquisa, a maior parte, 52%, fizeram ou estão fazendo intercâmbio na Europa, 39% na América, 7% na Oceania, 2% na Ásia e 1% na África. A maioria, 64%, tem até 25 anos, 17% têm de 26 a 30 anos e 12%, 31 anos ou mais. Do total de respondentes, 3%não possuem renda familiar. Outros 11% são de famílias com renda de até 2 salários mínimos, um quarto estão na faixa de 2 a 5 salários; 24% possuem renda de 5 a 10 e, 22%, superior a 10 salários mínimos.

dos alunos aos estudos (53%), aumentou o interesse por pesquisa (57%), proporcionou a fluência na língua do país onde estudaram (58%), estimulou o contato acadêmico dos alunos com outras instituições no exterior após o término do intercâmbio (67%) e possibilitou a "transferência" dos conhecimentos adquiridos na instituição estrangeira aos professores e alunos no Brasil (68%).

Entre os 14.627 estudantes que responderam à pesquisa, a maioria ficou satisfeita com o Programa (92%), embora o acompanhamento e avaliação do CsF tenha sido ineficiente na medida em que 64% dos participantes alegaram ter encaminhado o relatório técnico-científico obrigatório e não ter recebido retorno da CAPES/CNPq (58%).

Longe de estabelecer-se como política de Estado conforme recomendado pela Comissão de Avaliação de Políticas Públicas do Senado Federal, o Programa Ciência sem Fronteiras foi restrito a pós-graduação. De acordo com a Nota oficial divulgada pela Capes em julho de 2016, as concessões de bolsas foram finalizadas em 2014, conforme previsão inicial. "A mudança de foco proposta é exclusiva para intercâmbio de graduação. As bolsas de pós-graduação (doutorado e pós-doutorado, atração de jovens cientistas) permanecem e, dentro do limite financeiro disponível, poderão até ser ampliadas."

Conforme explicação da Capes, foi realizada uma análise preliminar do Programa que identifica a necessidade de aperfeiçoamento deste, considerando o custo elevado para a graduação sanduíche. A Capes compara o investimento no CsF ao investimento em alimentação escolar, concluindo que o CsF deveria ser reestruturado, estabelecendo como foco o ensino de idiomas no país e no exterior, visando incluir jovens pobres do ensino médio matriculados em escolas públicas.

A mudança de concepção sobre a natureza do Programa, suspendendo as bolsas de graduação, em virtude do alto custo orçamentário que poderia ser destinado a merenda escolar, pode parecer uma ação coerente dentro do discurso de que se deve investir, principalmente na base. Todavia, parece também óbvio, que a restrição das atribuições do Programa está relacionada com a mudança política do país em que novas ideologias são erigidas visando justificar a configuração de poder político, haja vista que o Programa Ciência sem Fronteiras foi considerado o carro-chefe do governo Dilma Rousseff, no concernente as políticas de educação.

De acordo com Thiengo (2013) o CsF expressa as tendências internacionais para o setor educacional brasileiro, no contexto, do consenso produzido pelos países centrais e aplicado nos países do capitalismo periférico. Nesses termos, visamos contribuir com análise do Programa no que concerne as formas ideológicas expressas nos documentos do CsF e na perspectiva de alguns participantes do CsF.

As implicações da ideologia do conhecimento podem ser visualizadas na concepção economicista do programa, visando formar indivíduos para uma sociedade

altamente competitiva. Conforme o Decreto nº 7.642 de 2011, o Programa tem como objetivo, entre outros:

> promover, por meio da concessão de bolsas de estudos, a formação de estudantes brasileiros, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação em áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil (BRASIL, 2011, p. 2).

Observe que o documento emprega os termos utilizados pela ideologia do conhecimento como empreendedorismo e competitividade. Além disso, apresenta a parceria com empresas, através da concessão de bolsas (empresas financiadoras) e vagas de estágios (empresas parceiras), visando "contribuir para o aumento da competitividade das empresas brasileiras" (BRASIL, 2011, p. 2). As empresas deveriam receber bolsistas de pós-doutoramento (jovens talentos) e pesquisadores visitantes especiais, bem como ampliar a capacitação dos seus trabalhadores por meio da bolsa de mestrado profissional. São aproximadamente noventa empresas que estabeleceram parcerias com o programa, demonstrando o direcionamento para diversificação do financiamento das instituições estatais com diminuição dos gastos públicos. Segundo Mari (2009), doações de empresas privadas estariam no rol dos financiamentos privados, bem como atividades geradoras de ingressos de divisas.

Outra orientação prática da ideologia do conhecimento, difundida principalmente nos documentos do Banco Mundial é a exclusão dos cursos das áreas de humanidades. Thiengo (2013) relata que em 2012 foi excluído o eixo *indústria criativa* do Ciência sem Fronteiras, exatamente, por abrir uma possibilidade para os estudantes da área dos cursos de humanas. Na ocasião, 24 cursos, entre esses 20 da área de humanidades, foram excluídos. A autora prossegue explicando que esse fato acabou ocasionando uma reação por parte dos alunos excluídos, os quais haviam realizado a inscrição para concorrer a bolsas do Programa; como resposta, o governo alegou que no Brasil esses cursos não possuem lacunas para serem complementadas.

Isso reflete o direcionamento do Banco Mundial, para o qual "enquanto os estudantes forem incentivados a procurar cursos de humanidades [...] haverá prejuízo à formação dos profissionais, pois se formam homens ilustrados, porém despreparados para o mundo do trabalho" (MARI, 2009, 174).

Na análise das entrevistas algumas questões ficaram evidentes no relato dos alunos, quais sejam: i) foco na aprendizagem de outro idioma; ii) oportunidade de vivenciar outras culturas; iii) acesso a sistemas de ensino "melhores", iv) falta de articulação entre a UFRR, CAPES e CNPq; v) ausência de planejamento na implementação do Programa.

A primeira e a segunda questão refletem as principais motivações dos alunos para participar do Programa. Segundo o aluno D. O do curso de Medicina, o aprimoramento de

outro idioma foi o principal motivo para participar da mobilidade estudantil, como também a oportunidade de “cursar medicina num país de primeiro mundo”. Isso reflete as formas ideológicas do Programa no concernente a “formação e capacitação [...] em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisas estrangeiros de excelência (BRASIL, 2011, p. 1)”. Isso corrobora a análise de Thiengo (2013, p. 92) de que o documento do Ciência sem Fronteiras, de modo semelhante ao documento de 2003 do Banco Mundial, recorre a comparações com países em que a produtividade de conhecimento é mais expressiva, refletindo dessa forma, o tom consensual do Programa às diretrizes dos organismos internacionais.

Observe que a ideologia do conhecimento, presente no documento oficial do Programa, utiliza como referência o sistema de ensino dos países centrais, cujo diferencial encontra-se na estrutura. É altamente preocupante quando se compara, por exemplo, o sistema de ensino privado norte-americano e o público brasileiro, por dissimular as oportunidades de acesso e o direcionamento da educação para o desenvolvimento econômico, justificando a precariedade do sistema de educação superior brasileiro, simplesmente pela ausência de estrutura física. Isso ficou notório na concepção do aluno do curso de Medicina (D.O) no que concerne as diferenças/ semelhanças entre o curso da instituição de origem e da Universidade de destino, Trinity College, na Irlanda.

> Então assim, acho que a primeira coisa é a estrutura, lá a gente tinha inúmeros laboratórios surreais mesmo, coisa de primeiro mundo com vários aparelhos, várias substâncias, várias coisas que a gente, infelizmente, não tem aqui. Por motivos estruturais, financeiros, própria idade da universidade.

De forma semelhante as ideologias da “cura do subdesenvolvimento pela modernização” do pós-guerra, explicitadas pelos países centrais para conter os despossuídos dos países periféricos, garantindo por meio de uma simples *modernização*, como esclarece Mészáros (2004), os padrões da sociedade norte-americana, considerada ideologicamente referência para os demais países, a ideologia do conhecimento exposta pelo CsF coloca como solução para o “desenvolvimento” do Brasil o investimento em formação em países considerados de excelência em termos tecnológicos, de modo que a capacitação nesses países contribuiria para o avanço do país, no velho estilo da “modernização”, no caso do sistema de ensino superior, o qual precisa se modernizar e adaptar-se a nova sociedade do conhecimento que demanda um trabalhador com atributos como empreendedorismo, competitividade e inovação, aptos a contribuir com os grandes grupos de investidores do Programa.

O acesso a sistemas de ensino superior considerados de excelência possibilitaria formar pessoas altamente capacitadas, com alta qualificação, necessária para garantir o atributo da empregabilidade, mistificando o desemprego e responsabilizando o indivíduo. No âmbito dessa ideologia defendida pelo CsF , a estudante R. M. S do curso de Engenharia

Civil (mobilidade estudantil na Athlone Institute of Technology, Irlanda), fala sobre uma das suas principais motivações para participar do Programa: “Li que alunos que participam de intercâmbio têm mais oportunidade. Fora, no trabalho; ainda mais na minha carreira que é engenharia civil. Fui pensando em três coisas: uma delas foi a profissão, que poderia sair e ganhar um emprego melhor”. O relato da estudante revela como a ideologia do conhecimento explicitada no Programa alcança o indivíduo, tornando-o confiante de que se conseguir os atributos necessários ao mercado de trabalho terá um emprego garantido.

Outra questão mencionada pelos estudantes é a falta de articulação entre a universidade de origem e a universidade de destino, a CAPES e o CNPq. De acordo com os relatos os problemas eram resolvidos diretamente com as agências de fomento, sem a participação da universidade de origem, no decorrer do processo de mobilidade:

> membros da UFRR, diretamente a gente não tinha contado. A gente tinha uma linha direta que a gente se comunicava, não sei se tanto com a UFRR, mas assim, o linha direta era um órgão que cuidava de todo mundo, de todas as universidades. Não é do MEC, mas é um órgão do Programa mesmo, se precisava de documentação, atualizar algum cadastro era com esse portal do linha direta que a gente contava. Eu particularmente não precisei, era um programa que facilitava (D. O, estudante de Medicina).
>
> Eles (universidade de destino) mandaram um e-mail, mandaram uma camiseta [...] mandaram algumas coisa pra lembra. Mas, assim, foi o único contato (F. C. O, estudante de medicina - National University of Ireland, Galway, Irlanda)

A falta de participação das instituições de ensino superior no acompanhamento e desenvolvimento da mobilidade estudantil, denota que o processo de internacionalização proporcionado pelo CsF não visava contribuir com as universidades brasileiras. Isso evidencia a falta de retorno para as instituições e o foco no caráter individual, desconsiderando as motivações coletivas por meio das contribuições as universidades. As benesses da mobilidade estudantil apontadas pelos estudantes têm como cerne sempre o indivíduo, seja no aprimoramento de um idioma estrangeiro seja na oportunidade de outras vivências e experiências.

As implicações ideológicas estão presentes, principalmente na concepção do Programa. Na análise das entrevistas foi possível visualizar as contradições entre a concepção e a implementação de uma política pública educacional. Ideologicamente atrelado a noção de formação voltada ás demandas do mercado, o Programa encontrou dificuldades na formação mercadológica, embora tenha conseguido sobretudo pela ampliação do idioma, notadamente o inglês e a contemplação de outras vivências, formando profissionais voltados ao desafio do mundo globalizado. Na concepção de D.O: “voltaram, vamos dizer assim, futuros profissionais muito mais qualificados. Além de abrir a mente, te dar uma perspectiva diferente, você tá em contato com uma universidade de primeiro mundo”.

Para além, a maior evidência da sobreposição econômica, ou melhor, do direcionamento do Programa as orientações do documento do Banco Mundial - *Construir sociedades del conocimiento: nuevos retos para la educación terciária* (2003), encontra-se na forma como foi implementado, com o objetivo de encaminhar o maior número de alunos possível para atender a formação para a sociedade do conhecimento, notório na ausência de uma política de mobilidade estudantil que pudesse contemplar a formação dos alunos nos aspectos, sobretudo acadêmico e social – " Primeiro de tudo que a gente foi a primeira légua, nem o próprio programa Ciência sem Fronteiras sabia como ia ser (J. F. O, estudante de engenharia civil - Northeast Normal University - China)".

Visualizamos as implicações práticas da ideologia do conhecimento, principalmente, na concepção do Programa Ciência sem Fronteiras, visando contemplar as prescrições do Banco Mundial, impostas no documento de 2003. Neste sentido, "Jorge Almeida Guimarães, então presidente da Capes, em audiência na CCT, em abril de 2015, admitiu que o plano plurianual do órgão para 2011- 2020 não tinha uma palavra sobre o CsF, uma vez que o documento foi concluído no final de 2010, poucos meses antes da concepção do Programa" (BRASIL, 2015).

Isso corrobora o argumento de Martins (2015) de que a origem do Programa Ciência sem Fronteiras encontra-se na visita do presidente Barack Obama ao Brasil em 2011, quando ocorreu a assinatura do "Memorando de Entendimento para o estabelecimento do Programa Diálogos Estratégicos Brasil- EUA a ser celebrado entre a CAPES e a Comissão para o intercâmbio educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright)".

Em julho de 2011 na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em Brasília foi realizado o primeiro anúncio do Programa, seguido da primeira convocação (Chamada Pública CAPES n. 01/2011) de "estudantes de graduação em áreas e temas de estudo de interesse para o Brasil, para realização de disciplinas e estágios em Universidades dos Estados Unidos" (MARTINS, 2015, p. 91).

Portanto, o referido Programa foi destacado no âmbito da política de educação no Brasil, sobremaneira, em virtude do contexto sócio-político de crise econômica. Para além, podemos considerá-lo como o aprofundamento do direcionamento das políticas educacionais brasileiras à lógica dos organismos internacionais, especificamente do Banco Mundial, o qual possui como orientação ideológica a "sociedade do conhecimento", inserida nos debates da centralidade do trabalho imaterial, os quais apregoam o conhecimento como principal força produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos as teorias do trabalho imaterial e a formação de uma ideologia assentada no conhecimento como principal força produtiva. Essa ideologia difundida pelo Banco Mundial por meio da terminologia "sociedade do conhecimento" apresenta implicações práticas que orientam a formulação de políticas públicas nos países periféricos, no caso as políticas públicas educacionais. Essas implicações ideológicas dominantes são perceptíveis na formação humana, compreendida como "formação de recursos humanos voltados para incentivar a competitividade do país".

Neste contexto, encontra-se o Programa Ciência sem Fronteiras. Carro-Chefe do Governo Dilma Rouseff, o Programa de mobilidade e intercâmbio estudantil pretendia proporcionar um montante de 101, 000 mil bolsas para alunos de cursos de graduação, tecnológicos, e pós-graduação até 2014 com intuito de contribuir com o processo de internacionalização do ensino superior brasileiro, enviando o maior número de alunos brasileiros a instituições de ensino no exterior, consideradas de excelência. Neste contexto, o CsF deveria aumentar a visibilidade e a inserção das instituições brasileiras através de expressiva cooperação internacional e promover um avanço decisivo da tecnologia e da inovação no Brasil, como uma exigência da sociedade moderna.

Partindo do entendimento de que o termo "sociedade do conhecimento", presente nas definições e objetivos do programa, denota a ideologia do conhecimento como força produtiva que visa justificar as novas formas de exploração da classe trabalhadora, concluímos que realmente a concepção econômica se impõe sobre a formação dos alunos na concepção do Programa.

O caráter repentino da criação do CsF também denota que o principal objetivo do Programa não foi contemplar a formação dos alunos, e sim cumprir com as diretrizes do Banco Mundial de "formar para atuar em um novo tipo de sociedade". Soma-se o uso de palavras consideradas atributos fundamentais a formação de sujeitos capacitados a atuar na "sociedade do Conhecimento", como empreendedorismo, competência, inovação e competitividade.

Todavia, os resultados do intercâmbio parecem apontar para uma formação voltada aos interesses dos alunos, escolhendo disciplinas e atividades nas instituições de destino que melhor atendiam aos seus interesses de formação. Disso, resultou a indisponibilidade dos financiadores privados do Programa para cumprirem suas metas, alegando que não havia retorno, já que não poderiam interferir no planejamento dos estudos dos bolsistas, nem encaminhar pessoas direcionadas por eles. Fato, embora, contraditório do ponto de vista dos resultados, também aponta para a concepção do CsF em formar para o mercado.

Partindo destes pontos, consideramos que a "ideologia do conhecimento" está presente na concepção e na implementação do CsF com intuito de cumprir as metas estabelecidas pelo Banco Mundial cujo objetivo é formar para a "sociedade do conhecimento". Seguindo

esse raciocínio, analisamos a ambivalência do conceito de ideologia, porém concordando com Mészáros, o qual defende que a ideologia se manifesta na consciência social por meio do conflito de classes e nas estratégias de controle social manifestas nas relações sociais. Acordamos com esse teórico também que as ideologias dominantes do pós-guerra com o advento das novas tecnologias possuíam como objetivo fornecer apenas uma explicação plausível, a partir da qual pudessem projetar a estabilidade da ordem estabelecida. Nesse contexto, foram criadas as teorias do trabalho imaterial, visando desqualificar o conceito de trabalho marxiano e embasando a ideologia da "economia do conhecimento" em que o conhecimento se torna a principal força produtiva, que não pode ser apropriada, superando assim, a exploração capitalista.

Discorremos sobre as transformações desde o trabalho como valor de uso, fruto das necessidades humanas até o trabalho abstrato, situado no modo de produção capitalista e, sobretudo, como o trabalho a partir da década de 1970 foi apropriado pelas teorias do trabalho imaterial para difundir a ideologia da "sociedade do conhecimento", visando superar a teoria de Marx em virtude do seu caráter transformador e apresentar explicações para as novas formas de exploração do capital. Neste sentido, o trabalho como categoria foi apropriado pelos teóricos do trabalho imaterial, embasando a ideologia do conhecimento como principal força produtiva.

Essa ideologia, difundida pelos Organismos Internacionais, mais precisamente o Banco Mundial por meio de diretrizes econômicas aos países periféricos apresenta implicações práticas que delimitam as relações sociais e se manifestam a partir de várias ações, dentre políticas públicas. Foi nesse sentido que buscamos analisar o Programa Ciência sem Fronteiras, como resultante de direcionamentos econômicos, situados no contexto da ideologia "sociedade do conhecimento" cuja base teórico-ideológica encontra-se na relação entre ideologia e trabalho no modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

AMORIM, H. As teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 31-45, Jan./Abr. 2014

ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007. 288 p.

ALVES, G.; ANTUNES, R. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc**., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004

ALVES, G.; BATISTA, R. L. O fetiche do capital intelectual: a ideologia do conhecimento e da adaptação no contexto da reestruturação produtiva do capital. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, 2010. 154-174 p.

BATISTA, R. L. **A ideologia da nova educação profissional no contexto da reestruturação produtiva**. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2011. 357 p.

BRASIL. Decreto-lei n. 7.642 de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 dez.2011.

_______. Portaria Interministerial n. 01 de 09 de janeiro de 2013. Institui as áreas e temas prioritários de atuação do Programa Ciência sem Fronteiras. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan.2013.

_______. **Avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras**. Senado Federal, 2015.

_______. **Ciência sem Fronteiras** - um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação. Capes, 2011.

_______. **Programa Ciência sem Fronteiras**. Avaliação de Políticas Públicas - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senado Federal. Relatório s/n CCT de 2015.

CAMARGO, S. Considerações sobre o conceito de trabalho imaterial. **Pensamento Plural**,Pelotas, v. 09, p. 37 – 56 julho/dezembro 2011.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação/ Newton Duarte. - I. ed., I. reimpressão - Campinas, SP: Autores Associados, 2008. 106 p.

COGGIOLA, L. A. O. As crises econômicas e a teoria marxista. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 7. n. 3. p. 96-180

CORAZZA, G. O todo e as partes: uma introdução ao Método da Economia Política. **Est. Econ**. São Paulo, v. 26, n. Especial, p. 35-50, 1996.

COTRIM, V. A. **Trabalho produtivo em Marx**. Novas e velhas questões. 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2009.

__________. **Trabalho, conhecimento, valor. Marx frente a uma contradição atual**. 2015. 467 f. Tese (Doutorado em História Econômica) Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2015.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

EAGLETON, T. **Ideologia. Uma introdução**. Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges – São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo, 1997. 204 p.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GERMER, C. M. **A relação abstrato/concreto no método da economia política**. Disponível em <https://outrosoutubrosvirao.files.wordpress.com/2009/05/claus-germer-a-relacao-abstrato-concreto-no-metodo-da-economia-politica.pdf> Data: 23/05/2017 .

GORZ. A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005. 108 p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LESSA, S. Trabalho imaterial. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, Unesp-Araraquara, n. 11, p. 119-143, n. 2001.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 277 p.

MARI, C. L. **“Sociedade do Conhecimento” e Educação Superior na década de 1990**: O Banco Mundial e a produção do desejo irrealizável de Midas. 2006. 265 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

_______. Educação Superior e sociedade do conhecimento: entre as orientações econômicas e pedagógicas do Banco Mundial na década de 90. **Conjectura** [s.l.], v. 14, n. 1, jan./maio 2009.

MARTINS, J. A. L. O. **Programa Ciência sem Fronteiras no contexto da política de internacionalização da educação superior brasileira**. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso, 2015.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução Álvaro Pina. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009. 128 p.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 571 p.

_______. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Editora Martin Claret, 2005. 196 p.

_______. **O Capital. Livro I**, capítulo VI (inédito), tradução Eduardo Sucupira Filho. Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo, 1978. 151 p.

_______. **Grundisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. Boitempo, 2011. 788 p.

_______.**Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e Introdução Florestan Fernandes. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288 p.

_______. **Teses sobre Feuerbach (1845)**. Edição Ridendo Castigat Mores, versão para e-book. Fonte digital RocketEditon de 1999.

MASSON, G. MAINARDES, J. A ideologia da sociedade do conhecimento e suas implicações para a educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.2, pp.70-85, Jul/Dez 2011

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 559 p.

MORAES, M. C. M. Os “pós-ismos” e outras querelas ideológicas. **Perspectiva**, Florianópolis, UFSC/CED, NUP, n. 24. p. 45-59, 1996.

NAPOLEONI, C. **Lições sobre O Capítulo VI (inédito) de Marx**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1981. 173 p.

NOVAES, H, DAGNINO, R. O fetiche da tecnologia. **ORG & DEMO**, v.5, n.2, p.189-210, 2004.

PETERNELLA, A. **Crise da pedagogia e suas implicações à formação do pedagogo no início do século XXI**. 2016. 289 f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2016.

PINHO, M. T. B. **Ideologia e formação humana em Marx, Lukács e Mészáros**. 2013. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

TONET, I. **Introdução. A ideologia alemã**. Tradução Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 128 p.

ROUANET, S. P. Fato, ideologia, utopia. **Folha de São Paulo**, 24 de março de 2002. Disponível em < https://ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=28> Data: 24/05/2017.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. 152-180 p.

SANTOS, V. O. **Categorias marxianas fundamentais para o debate do trabalho imaterial**. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2012.

SILVA, S. T. **A qualificação para o trabalho em Marx**. 2005. 266 f. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação de Economia da Universidade Federal do Paraná. 2005.

SOUSA, A. L. **A reforma educacional brasileira da década de 1990**: crítica à opção preferencial pela mercantilização do ensino. 2004. 215 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

THIENGO, L. C. **As tendências internacionais e a universidade brasileira na primeira década dos anos 2000**: ensino superior e produção de consenso. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Viçosa, 2013.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis. Buenos Aires**: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales - CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007. 488 p.

SOBRE A AUTORA

ADRIANE KARINA AMIN DE AZEVEDO - Possui graduação em Geografia (lic/bach) pela Universidade Federal do Pará (2013), especialização em Educação para a Gestão Ambiental pelo Núcleo de Meio Ambiente (UFPA) e mestrado em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima (2017). Atualmente é técnica administrativa da Universidade Federal de Roraima, atuando na secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

TRABALHO E IDEOLOGIA:

Implicações no Programa Ciência Sem Fronteiras

Ano 2022

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

TRABALHO E IDEOLOGIA:

Implicações no Programa Ciência Sem Fronteiras

Ano 2022